

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício 2017

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	2
Relatório dos Auditores Independentes	20
Demonstrações Contábeis.....	28
Demonstração do Resultado Consolidado.....	28
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.....	29
Balanço Patrimonial Consolidado.....	30
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	31
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	32
<hr/>	
Notas Explicativas	
1 – O Banco e suas operações.....	34
2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	34
3 – Principais práticas contábeis.....	35
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis.....	59
5 – Demonstrações contábeis consolidadas.....	63
6 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias.....	67
7 – Informações por segmento.....	70
8 – Receita líquida de juros.....	82
9 – Receita líquida de tarifas e comissões.....	82
10 – Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	83
11 – Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda.....	83
12 – Outras receitas/despesas operacionais.....	83
13 – Despesas com pessoal.....	84
14 – Despesas administrativas.....	84
15 – Classificação dos ativos e passivos financeiros.....	85
16 – Caixa e equivalentes de caixa.....	87
17 – Depósitos compulsórios em bancos centrais.....	87
18 – Empréstimos a instituições financeiras.....	87
19 – Aplicações em operações compromissadas.....	87
20 – Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	88
21 – Ativos financeiros disponíveis para venda.....	89
22 – Ativos financeiros mantidos até o vencimento.....	90
23 – Empréstimos a clientes.....	91
24 – Provisão para perdas em empréstimos a clientes	94
25 – Ativos não correntes disponíveis para venda.....	98
26 – Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	99
27 – Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas	104
28 – Imobilizado de uso.....	107
29 – Ágio e outros ativos intangíveis.....	108
30 – Outros ativos e outros passivos.....	111
31 – Depósitos de clientes.....	112
32 – Valores a pagar a instituições financeiras.....	112
33 – Obrigações por operações compromissadas.....	112
34 – Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações.....	113
35 – Provisões, ativos e passivos contingentes.....	119
36 – Imposto de renda.....	123
37 – Patrimônio líquido.....	125
38 – Valor justo dos instrumentos financeiros.....	131
39 – Instrumentos financeiros derivativos.....	137
40 – Garantias financeiras e outros compromissos.....	140
41 – Capital regulatório e limite de imobilização.....	140
42 – Gestão de riscos.....	143
43 – Transferência de ativos financeiros.....	170
44 – Compensação de ativos e passivos financeiros	172
45 – Benefícios a empregados.....	175
46 – Partes relacionadas.....	185
47 – Ativos e passivos correntes e não correntes.....	189
48 – Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	191
49 – Efeitos da variação cambial no resultado.....	193
50 – Eventos subsequentes.....	194
<hr/>	
Membros da Administração.....	195

Senhoras e Senhores Acionistas

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos clientes e da sociedade.

O ano de 2017 foi desafiador, porém tínhamos plena confiança na entrega de resultados compatíveis com as estimativas divulgadas e os compromissos assumidos, pois conhecemos a capacidade e o comprometimento dos nossos funcionários.

Encerramos o ano com de lucro líquido de R\$ 12.275 milhões, aumento de R\$ 3.615 milhões se comparado a 2016. O retorno sobre patrimônio líquido ficou em (RSPL) de 12,8%, frente a 9,8% do ano anterior. Parte desse resultado foi alcançado pelo rígido controle de despesas administrativas, que caíram 6,42% em um ano, mesmo com a inflação (IPCA) de 2,95% e pela substancial redução das despesas líquidas com provisão para perdas em empréstimos a clientes em R\$ 5.555 milhões (19,5% frente a 2016).

Nossas receitas líquida de tarifas e comissões cresceram 5,9% em relação a 2016, o que demonstra o sucesso da evolução da nossa estratégia de relacionamento com os clientes, principalmente com a utilização de novas tecnologias. A materialização desse resultado está na melhoria dos nossos índices de Basileia e capital principal, que evoluíram para 19,6% e 10,5%, respectivamente, em 2017.

Para 2018, acreditamos que a transformação e a complexidade do ambiente de negócios irão se intensificar. Por isso, a melhora da experiência do cliente e o investimento em inovação continuarão a ser premissas para a nossa atuação. A maior eficiência nas operações e nos processos, o crescimento do uso de inteligência artificial na análise de dados, a maior especialização dos funcionários e a constante busca pela conveniência dos clientes ao utilizar nossos canais de atendimento serão pilares na evolução da rentabilidade.

Acreditamos também que a aceleração da recuperação econômica será mola propulsora para o crescimento de nossa carteira de crédito, especialmente, para as pessoas físicas, micro e pequenas empresas e agronegócio. Os efeitos do fortalecimento da atividade econômica também se refletirão no aumento dos negócios com seguros, meios de pagamento, mercado de capitais e gestão de recursos.

Para mais informações, sugerimos a leitura do Análise do Desempenho no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

1. Estratégia Corporativa

Nos últimos anos, a economia mais conectada e competitiva influenciou significativamente a indústria financeira. À medida que os desafios e a complexidade do ambiente de negócios aumentam, maior é a necessidade das organizações desenvolverem cultura de inovação que oriente o planejamento estratégico. Por conta do dinamismo do cenário e das necessidades de nossos clientes, mantemos nossa Estratégia Corporativa sempre atualizada e aderente aos desafios presentes em nosso ambiente de atuação.

Nosso propósito é cuidar do que é valioso para as pessoas. Para o período de 2018-2022, nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promover o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

- a) **Financeira:** a prioridade é o crescimento da rentabilidade e das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais e de crédito.
- b) **Clientes:** o objetivo é proporcionar experiências de valor, priorizando ações que favoreçam a melhoria da satisfação dos clientes.
- c) **Processos:** o foco será mantido na Transformação Digital e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, o que os tornam mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à jornada dos clientes.
- d) **Pessoas:** foco na busca do desenvolvimento de competências estratégicas necessárias para fazer frente aos desafios que se apresentam para os próximos cinco anos, notadamente: empreendedorismo, relacionamento com clientes, inovação, negócios digitais, liderança e eficiência. Além disso, continuaremos pautados pela meritocracia nos programas sucessórios, pelo reconhecimento de talentos e valorização da diversidade.

- e) **Sustentabilidade:** complementa e perpassa as demais perspectivas; o foco é aprimorar nosso desempenho em sustentabilidade, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

Além da estratégia corporativa, entendemos que para enfrentar os desafios do cenário atual e futuro, especialmente quanto à maior exigência de nossos clientes, era necessário a criação de duas novas unidades especializadas. Comprometidos com a eficiência operacional e com o controle de despesas, a criação das novas unidades não gerou incremento de custos, dado que remanejamos o pessoal e a estrutura de outras áreas.

- **Unidade Captação e Investimentos**, com objetivo de desenvolver estratégias em assessoria especializada para investidores, diversificar o nosso portfólio de produtos e disseminar a visão orientada à jornada do investidor.
- **Unidade de Comércio Exterior**, com objetivo de desenvolver estratégias em negócios internacionais, fortalecer a nossa reconhecida parceria com o segmento de comércio exterior, promover o desenvolvimento de competências e a especialização de nossos profissionais.

A seguir, alguns prêmios e eventos que foram destaques no ano:

- I. na vanguarda da tecnologia bancária, vencemos em 21 categorias no Prêmio efinance¹ 2017 por uma série de inovações, entre as quais (i) a possibilidade de compra com pontos² em lojas físicas pelo aplicativo Ourocard, (ii) solução de Open Banking com o lançamento do Portal do Desenvolvedor, (iii) a disseminação da cultura digital pelo desenvolvimento do Laboratório Avançado do Banco do Brasil (LABBS) no Vale do Silício (EUA) e (iv) a Conta Fácil³, primeiro passo para a conta corrente aberta pelo celular;
- II. o Ourocard foi considerado, pelo 9º ano consecutivo, o cartão de crédito preferido dos brasileiros, segundo Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito, organizada pela CardMonitor;
- III. recebemos o Prêmio Atendimento Ouro da Associação das Relações Empresa Cliente (Abrarec), na categoria melhor atendimento de *call center* receptivo;
- IV. conquistamos, por meio da BBDTVM, a primeira colocação na categoria Fundos de Ações do *ranking* "Melhor Banco para Investir", elaborado pela FGV;
- V. conquistamos a categoria Top Básico no Prêmio Broadcast Projeções. O evento, promovido pela Agência Estado, tem por objetivo premiar as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos do País mais se aproximaram do observado durante o ano de 2016. No mesmo evento, foram premiados, entre os 10 primeiros, quatro analistas do BB-Banco de Investimentos S.A. no Prêmio Broadcast Analistas, que avalia as recomendações de ações que obtiveram a melhor rentabilidade em 2016;
- VI. conquistamos o Troféu Ouro do Prêmio CIC 2017 para o case "Um *game* que conquistou corações e resultados", projeto de gamificação reconhecido como a melhor campanha interna, motivacional e de endomarketing;
- VII. recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o Certificado de Empresa Legal durante o Simpósio Brasileiro de Defesa do Consumidor, uma iniciativa da Era do Diálogo, promovido pelo Centro de Inteligência Padrão - CIP, com o apoio da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente – Abrarec, reconhecendo o nosso investimento para a solução de conflitos com consumidores de forma ágil, econômica e conciliadora, sem a necessidade de propor ações judiciais;
- VIII. figuramos no 1º lugar entre os bancos brasileiros no relacionamento em redes sociais (Facebook e Twitter) com base na análise do SocialBakers - Ranking Mundial Socially Devoted (3º trimestre/2017), que é uma das principais fornecedoras de dados analíticos sobre eficácia da comunicação de marcas na rede social;
- IX. recebemos o selo "Responde Rapidamente" na página oficial do BB na rede social Facebook. O selo aparece nas páginas que respondem pelo menos 90% das mensagens privadas com um tempo médio de 15 minutos. Contribuição direta da implementação do atendimento via *chatbot* em 2017.

¹ O Prêmio efinance tem como objetivo identificar e destacar os mais importantes projetos na área de TI e Comunicação no segmento de finanças no Brasil.

² Pontos referentes ao Programa de Relacionamento "Ponto pra você".

³ Conta de pagamentos para quem ainda não possui conta no Banco do Brasil e que pode ser aberta pelo celular.

2. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada para promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e Elegibilidade, Riscos e Capital e pela Auditoria Interna.

A DE é composta pelo Conselho Diretor (CD - presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Auditor Geral, dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e de Riscos e Capital e da Diretoria Executiva.

Aprofundamos diversas práticas de governança no decorrer de 2017. Revimos de forma abrangente nosso Estatuto Social, Código de Ética, normas de conduta, regimentos internos dos órgãos de governança e do Código de Governança Corporativa, documentos que dão suporte às nossas práticas de governança. Criamos também política de transações com partes relacionadas, política de indicação e sucessão de administradores (CA, CF e CD), com objetivo de dar ainda mais transparência às nossas estratégias e nossa gestão.

Em maio, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), divulgamos a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, documento escrito em linguagem clara, direta, ao público em geral e aos investidores e subscrita pelos membros do Conselho de Administração. Em agosto ingressamos no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, sendo a primeira companhia financeira a aderir ao programa. Em novembro, recebemos a certificação com Selo de Governança Nível 1 no IG-Sest, com nota máxima nos quesitos observados.

Nossas ações (BBAS3) estão listadas, desde 2006, no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança.

3. Economia

Brasil

O ano de 2017 foi caracterizado pela melhora no ambiente econômico doméstico. Mesmo que essa melhora tenha acontecido de forma heterogênea ao longo do ano e que eventos não econômicos desfavoráveis tenham sido observados, houve significativo progresso. Uma importante agenda de reformas foi aprovada e amparou os primeiros sinais da moderada recuperação da atividade, em que pese a postergação da deliberação sobre pontos relevantes dessa agenda. Além disso, inflação controlada, juros em queda e a retomada do emprego foram elementos que reforçaram a conjuntura mais favorável aos negócios.

Impulsionados pelo excelente resultado da agropecuária, consubstanciado na safra recorde, os números do PIB apresentaram reversão da histórica recessão dos anos anteriores. Ainda pelo lado da oferta, as indústrias extrativa e de transformação mostraram sinais positivos. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias consolidou sua recuperação e a formação bruta de capital fixo apresentou no terceiro trimestre o primeiro avanço depois de quinze trimestres consecutivos de retração.

A safra recorde foi importante inclusive para o histórico saldo da balança comercial no ano (US\$ 67 bilhões), impulsionado de um lado pela trajetória favorável dos preços das *commodities* e, de outro, pelo aumento das exportações de produtos básicos (destaque para grãos e minerais metálicos). O desempenho da balança comercial, aliado ao cenário externo de elevada liquidez e baixa aversão ao risco, contribuiu para o fluxo de recursos externos ao Brasil, possibilitando ao Real manter-se relativamente fortalecido na maior parte do ano (cotação média de R\$/US\$ 3,20). Nesse contexto, o índice Ibovespa apresentou valorização de 27% em 2017, em linha com avaliações positivas sobre a economia brasileira.

Todavia, o ambiente favorável aos mercados não impediu a ocorrência de episódios de maior volatilidade, especialmente originados de incertezas na arena política e de dúvidas em relação à reversão da trajetória ascendente do endividamento público. Nesse contexto, a rigidez dos gastos continua a ser um desafio no campo fiscal para os próximos anos.

O ambiente inflacionário foi extremamente benigno. A deflação dos preços dos alimentos e a elevada ociosidade da economia garantiram inflação ao consumidor, medida pela variação do IPCA, abaixo de 3,0% (limite inferior do intervalo de tolerância da meta) e o deslocamento da política monetária para campo expansionista. Nesse sentido, a taxa Selic foi reduzida em 675 p.b., alcançando o patamar de 7,0% a.a. ao final de 2017. Os juros historicamente baixos e a compressão dos *spreads* continuarão demandando ganhos em termos de eficiência por parte da indústria financeira.

O forte declínio da inflação, que preservou a renda dos trabalhadores, a redução dos custos dos empréstimos e a leve recuperação do mercado de trabalho favoreceram a retomada do crédito às famílias. Por outro lado, as incertezas ainda presentes na economia, a ociosidade de fatores e os efeitos colaterais da recessão sobre o sistema produtivo afetaram as decisões de investimentos e inibiram a retomada da recuperação do crédito ao setor empresarial.

Mundo

No ambiente externo, a atividade econômica nos Estados Unidos continuou em expansão, mas sem exercer pressões relevantes sobre a inflação, que permaneceu abaixo do objetivo do Federal Reserve. Como consequência, a autoridade monetária norte-americana prosseguiu com a política de aumentos graduais nos juros básicos, o que contribuiu para a manutenção da liquidez internacional em níveis elevados e para o baixo grau de aversão ao risco. Ainda assim, incertezas quanto aos rumos da política econômica americana e questões geopolíticas (especialmente no Oriente Médio e Ásia) causaram aumentos pontuais de volatilidade ao mercado.

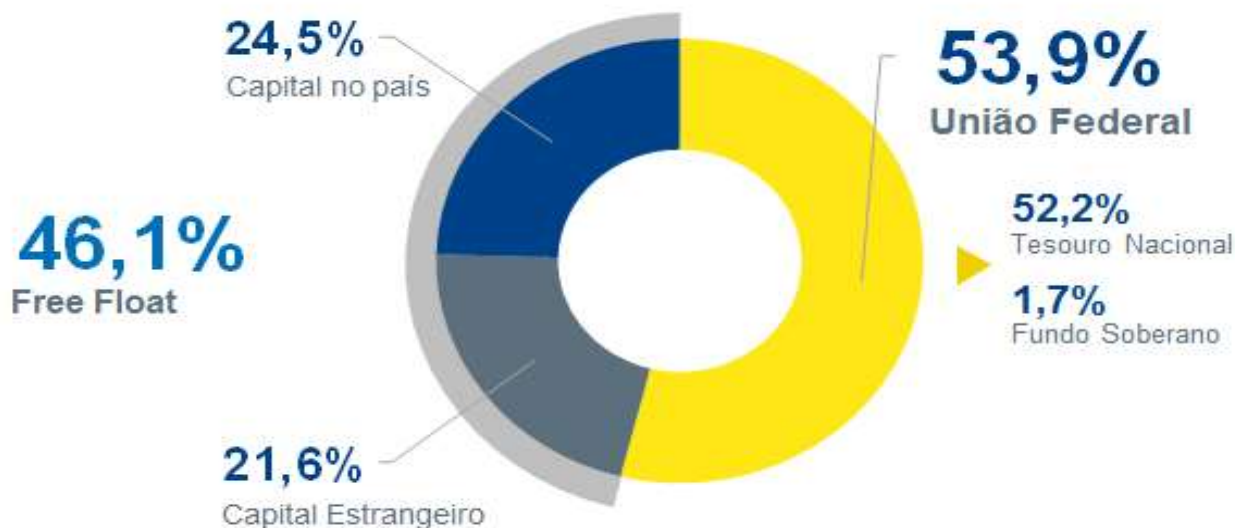
Já no continente europeu, provavelmente em resposta às políticas expansionistas, em especial a monetária, a atividade econômica prosseguiu em recuperação. Na Ásia, o crescimento chinês dentro do intervalo estabelecido pelo Partido Comunista (6,5% a 7,0%) afastou temporariamente os temores de uma desaceleração mais forte da economia.

Nesse contexto, o fluxo de capitais às economias emergentes prosseguiu favorável ao longo de 2017, e os preços das *commodities*, de modo geral, mantiveram-se em patamares elevados.

4. Indicadores de mercado e atendimento aos acionistas

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,3% do índice Ibovespa para o quadrimestre de Setembro a Dezembro de 2017. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de 2017, era assim distribuída:

Figura 1. Composição Acionária (%)¹


1 – Não considera ações em tesouraria

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores. Frequentemente, convidamos analistas de mercado para conferências com a nossa Administração para esclarecer temas específicos sobre o Banco.

Mantemos equipe dedicada ao atendimento de analistas e investidores, que realizou 994 atendimentos no ano, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Para atendimento ao investidor institucional, realizamos 956 reuniões, incluindo participação em oito conferências no país e outras onze no exterior, onze *non-deal roadshow* e um *roadshow*, além de promovermos quatro teleconferências de resultado.

Para o investidor pessoa física, promovemos reuniões com clientes dos nossos escritórios *Private Banking* em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo e duas reuniões Apimec.

A seguir, apresentamos os principais indicadores de mercado para 2017:

Tabela 2. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2016	2017
Valor Patrimonial - BBAS3	32,3	36,4
Cotação de Fechamento - BBAS3	28,1	31,8
Retorno sobre Ativos (%)	0,6	0,9
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	9,8	12,8
Cotação ADR (US\$)	8,3	9,7

Distribuição de Lucros

Distribuímos, em 2017, R\$ 3.229 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em 23/02/2016, publicamos Fato Relevante, no qual comunicamos que o nosso Conselho de Administração decidiu fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em junho/17, foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração a criação de Política Específica de Remuneração aos Acionistas, disponível no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Outras informações sobre a nossa política de dividendos estão disponíveis na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 46 do nosso Estatuto Social, disponíveis no sítio www.bb.com.br/ri.

5. Experiência dos Clientes

Como parte de um planejamento com o olhar para a sustentabilidade da nossa empresa de 209 anos, elegemos 2017 como o “Ano do Atendimento”. Essa foi uma sinalização para que os esforços de todos os funcionários de nossa empresa priorizassem a experiência do cliente.

Esse direcionamento foi materializado em ações executivas, todas com foco no atendimento. As ações foram distribuídas nos seguintes tópicos: experiência do cliente, inovação, gestão, eficiência, soluções de negócios e capacitação.

O ambiente digital irá também transformar a forma como trabalhamos, pois nossos colaboradores serão mais eficientes em suas rotinas e assertivos em ofertas, adequadas às diferentes necessidades de cada cliente. O apoio da tecnologia reduzirá o tempo em execução de tarefas operacionais, permitindo aos nossos funcionários priorizar o relacionamento com os clientes.

Sabemos, porém, que ser digital não é tudo. Não é garantia de solidez no futuro. Por isso, o atendimento pessoal continuará a ser fundamental na construção de relacionamentos duradouros e pautados na ética e na confiança. Elegemos, assim, 2018 como o “Ano do Relacionamento”.

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, apresentaremos algumas das principais ações implementadas para elevar a conveniência e melhorar a experiência dos nossos clientes, por meio da especialização e modernização de serviços.

Segmento Pessoas Físicas

App BB chega a 15 milhões de usuários

Nosso *app* atingiu em dezembro a marca de 15 milhões de usuários, em comparação com 10,2 milhões em 2016 e 6,9 milhões em 2015. Acessado por mais de quatro milhões de pessoas todos os dias, o aplicativo é responsável por 51% das transações realizadas no Banco. Com o resultado, alcançamos o objetivo traçado no início de 2017.

Além disso, nosso *app* é o mais bem avaliado do sistema financeiro brasileiro nas duas principais lojas de aplicativos – Google Store (4,5) e Apple Store (4,0) e, entre todos os aplicativos, ele é o quarto preferido pelos brasileiros, segundo pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, divulgada pelo site Mobile Time.

Atendimento via “Fale Com o seu Gerente”

Disponível, em nosso *app*, para o público alta renda, a ferramenta de mensagens instantâneas “Fale com seu Gerente” registrou em 2017 uma média de 125 mil mensagens trocadas por dia, por cerca de 1,6 milhão de clientes. No período, foram implementadas melhorias que garantiram melhor usabilidade e personalização no relacionamento com os clientes, como a integração da foto do gerente de relacionamento e envio de arquivos e documentos pela ferramenta.

Abertura de conta corrente pelo *smartphone*

Em maio, lançamos a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. O processo envolve desde o *upload* de documentos até o cadastramento de senhas, tudo feito pelos clientes no *smartphone*. A inovação significa mais comodidade para o cliente e menor demanda nas agências, o que permitirá que estas tenham mais foco no relacionamento e na realização de negócios.

Em 2017, o volume de contas abertas pelo *app* superou o volume de abertura nas agências em cinco estados (AM, MA, PA, PE e MT). No DF, AC, RJ, RN, RR e TO, 40% das contas foram abertas por meio do aplicativo. No acumulado do ano até dezembro, 1,5 milhão de clientes abriram conta corrente pelo *app* e a expectativa é de termos, em 2018, três milhões de contas abertas por meio desse canal.

Além de ter custo de abertura menor em relação ao processo tradicional nas agências, sendo aproximadamente R\$ 0,02 pelo celular e R\$ 24 na agência, a conta digital apresenta clientes 13% mais satisfeitos, além de pacotes de serviços exclusivos adequados ao perfil deste público. Esse é nosso conceito de “Banco Digital”, que une eficiência, satisfação do cliente e resultado sustentável.

Minhas Finanças – Orçamento equilibrado

Um orçamento equilibrado é fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros. Pensando nisso, lançamos o “Minhas Finanças”. Desenvolvido com a participação dos próprios clientes, a aplicação auxilia no acompanhamento do orçamento e um controle financeiro mais efetivo, o que permite a esse cliente uma análise mais consciente da sua vida financeira. O “Minhas Finanças” tem atualmente quatro milhões de usuários cadastrados e dois milhões de acessos diário à ferramenta.

Transferência Automática entre Limites de Crédito

Lançada em novembro, a solução proporciona maior autonomia e comodidade aos nossos clientes, uma vez que possibilita a adequação dos limites de crédito parcelado – CDC e parcelado do cartão de forma automática. Outra inovação foi a possibilidade de transferir valores do crédito rotativo (cheque especial e cartão de crédito) para contratação de crédito parcelado - CDC.

Em menos de dois meses, foram realizadas mais de 150 mil adesões. Desse universo, 35 mil clientes tiveram os limites de crédito migrados para o crédito parcelado - CDC, totalizando R\$ 126 milhões em valores transferidos, e R\$ 18,4 milhões contratados em modalidades de crédito mais vantajosas. Os canais digitais responderam por 41% dessas adesões.

Condução Preventiva

Esse novo processo, disponibilizado em novembro, permitiu de forma sistemática e preventiva a sensibilização de clientes com características especiais de endividamento. A partir dessa identificação, contribuimos, por meio da oferta de crédito consignado, para a organização dos compromissos dos clientes, adequando-os à sua capacidade pagamento. Além de melhorar o risco das operações, essa solução eleva a satisfação e contribui para a fidelização dos nossos clientes.

No último bimestre de 2017, foram contratadas 13,8 mil operações de condução preventiva, no montante de R\$ 450 milhões no crédito consignado.

Simulador de Investimentos

Lançamos, em novembro, o nosso Simulador de Investimentos. Esta nova ferramenta, disponível no *internet banking* e no canal *mobile*, busca simplificar a jornada do investidor e incentivar a diversificação na alocação de recursos, customizando a oferta de soluções de investimento de maneira inteligente e orientada a uma melhor experiência pelos usuários.

A solução, utilizada por mais de 9.800 clientes, com volume captado de R\$ 198,8 milhões, considera a Análise de Perfil do Investidor e outras informações, tais como o valor desejado para aplicação, horizontes de investimentos e produtos que já fazem parte da carteira dos nossos clientes, para indicar as melhores opções dentre as existentes no nosso portfólio, por faixa de risco.

Conselho de Clientes

Iniciamos em novembro, o Conselho de Clientes, que reúne um grupo permanente de clientes convidados que expõem suas necessidades e expectativas em relação aos nossos serviços e produtos. Essa interação nos proporciona oportunidade para aprimorarmos nosso atendimento e nossos negócios. Em 2017 foram ouvidos 36 clientes pessoas físicas e os apontamentos foram direcionados às nossas áreas decisórias. Continuaremos com o Conselho em 2018.

Crédito Veículo via Mobile atinge R\$ 1 bilhão em desembolso

Os nossos clientes podem contratar Crédito Veículo no canal *mobile*, o que representou, em 2017, aproximadamente R\$ 1 bilhão de desembolso por este canal. A participação do *app* no total de operações cresceu 120% no último ano e representa maior comodidade aos clientes, já que mais da metade das vendas foram realizadas fora do horário bancário, inclusive nos fins de semana.

Lançamento da Pulseira Ourocard

Lançamos em março, no Congresso de Meios Eletrônicos de Pagamento (CMEP), a Pulseira Ourocard, primeiro *wearable* do Banco do Brasil, por meio da qual os clientes podem realizar pagamentos, por aproximação, nas funções débito e crédito, sem a necessidade do uso do plástico.

Acolhimento e Contratação de Crédito Imobiliário

De forma pioneira no mercado financeiro, disponibilizamos o acolhimento e contratação do financiamento imobiliário pelo nosso *app*.

Na primeira fase do projeto, disponível em julho, foi possível simular e solicitar análise de proposta no canal *mobile* e pela *internet*. Nessa etapa foram realizadas quatro milhões de simulações.

Em dezembro, foi possível realizar o acolhimento completo via *app*. Por esse canal, nosso cliente pode aprovar o crédito, contratar seguro, fazer *upload* dos documentos e enviar proposta para análise e contratação do financiamento imobiliário. Em pouco mais de 15 dias, foram acolhidas mais de mil propostas, com a primeira contratação via *mobile* acontecendo em apenas 13 dias.

Disponibilizamos ainda, no extrato da conta corrente, informações indicativas sobre o limite de crédito imobiliário para mais de 1,2 milhão de clientes com limites que variam de R\$ 50 mil a R\$ 1,5 milhão.

Atendimento via *chat bot*

Dentre as várias iniciativas desenvolvidas baseadas em inteligência cognitiva, ressaltamos o nosso *chat bot* que atendeu 70% dos assuntos tratados com os clientes que entram em contato conosco pelo *Facebook Messenger*.

Essa aplicação é a única do mercado bancário brasileiro baseada em conversação e atualmente atende a temas relacionados a contas, cartões, empréstimos, financiamentos, Programa Ponto Pra Você, renegociação de dívidas, atendimento, segurança, tarifas, funcionamento de caixas eletrônicos e emissão de senha para atendimento nas agências pelo *app*. O objetivo é que, em 2018, o *bot* responda a 100% das perguntas feitas pelo *Messenger*.

Além disto, nossos clientes também estão sendo atendidos via *chat bot* nos canais *mobile* e *internet*.

Atendimento Telefônico das Agências

Modernizamos o sistema de atendimento telefônico com implantação de tecnologia que permite convergir para a nossa Central de Atendimento as ligações que os clientes originam para as agências. A convergência amplia os ganhos de escala, pois mais clientes são atendidos ao mesmo tempo com alta aderência ao padrão estabelecido.

Cerca de 1.000 agências estão conectadas à essa nova plataforma e, em 2018, esperamos que esse número deve ser duplicado. Com isso, estimamos atender, de forma qualificada mais de 600 mil ligações por mês, o que permitirá estreitar os laços de relacionamento com os nossos clientes, além de aproveitar oportunidades para contratação de negócios, com a intensificação de abordagens apoiadas por sugestões de oferta do nosso sistema de gestão de clientes.

Gerenciador Financeiro facilita a vida do produtor rural

O Gerenciador Financeiro Produtor Rural, lançado em 2017, permite ao cliente produtor rural pessoa física e seus representantes, a realização de transações financeiras e utilização de aplicativos do Banco. A solução facilita a gestão do fluxo de caixa dos produtores e a delegação de atividades administrativas, o que torna a vida do cliente mais fácil, a gestão do seu negócio mais eficiente e aumenta sua satisfação com o Banco.

Produtor rural pode contratar custeio pelo celular

No início do ano lançamos o Custeio Digital. A funcionalidade, disponível no *app* BB, permite que os produtores encaminhem as propostas de contratação de custeio pelo celular. A nova solução dispensa a apresentação prévia do projeto técnico, da certidão de ônus reais e de documentos já em nossa posse por conta de operações anteriores, tornando o processo mais ágil para o cliente.

Projeto Tecban 2020

O projeto com a empresa Tecban busca substituir a rede de autoatendimento própria pela rede compartilhada de terminais Banco24Horas, aliando qualidade e conveniência ao cliente, com redução de nossos custos.

Em 2017 foram desativados 853 terminais e ativados 1.309 novos pontos Banco24Horas, uma economia aproximada de R\$ 5,4 milhões, responsável pelo processamento de aproximadamente 23,8 milhões de transações ao mês de nossos clientes.

Segmento Empresas e Governo

Cientes do segmento Atacado contam com maior conveniência no atendimento e participam da construção de soluções oferecidas pelo BB

O programa Atacado Digital, iniciado em 2017, proporciona mais agilidade e conforto no atendimento. Com o “Fale com o seu gerente”, o empresário tem acesso ao Banco via *chat* e *videochat*, sem necessidade de deslocamento.

A construção do melhor atendimento só é possível se ouvirmos os clientes. Essa foi a intenção ao constituirmos o Conselho de Clientes Atacado, um fórum que reúne clientes para que exponham suas percepções sobre a experiência com o BB, suas necessidades e expectativas. As reuniões ocorrerão periodicamente com os clientes Atacado, nos segmentos *Middle*, *Upper Middle* e *Corporate*.

Cliente MPE tem mais facilidade para abrir contas

O micro e pequeno empresário que desejar abrir uma conta conosco, poderá fazê-lo pela internet. A partir do portal bb.com.br/mpe, ele fornece algumas informações, escolhe a agência para relacionamento e realiza o *upload* dos documentos. Após análise cadastral, os novos clientes comparecem à agência apenas uma vez, para assinatura e formalização dos contratos.

Solução similar está disponível para o microempreendedor individual (MEI) com a BB Conta Fácil Microempreendedor, conta corrente digital, cuja abertura também pode ser feita pelo *app* BB.

Ser digital sem abrir mão do contato pessoal

Visitas são parte fundamental da construção de um relacionamento duradouro e de confiança com o cliente, por isso, investimos em um aplicativo que facilita o dia a dia dos gerentes de relacionamento. O *app* BB Visitas auxilia na preparação, realização e condução das visitas ao agilizar o acesso e registro de informações dos clientes. Os gerentes poderão conhecer ainda mais as necessidades dos clientes, atendê-los melhor e fazer mais negócios. Além disso, os dados registrados pelos gerentes são valiosos insumos para o desenvolvimento de novas estratégias e ações mais assertivas de indução de negócios.

Personalização de pacotes de serviço: comodidade e economia

Desde outubro, nossos clientes podem personalizar seu pacote de serviços pela contratação de módulos adicionais de serviços. O valor do módulo é menor que a soma das tarifas de serviço avulsas, o que gera economia e adequa o pacote às necessidades dos clientes.

Município mais que digital

Apoiada na solução Ourocard Cidades, essa iniciativa estimula a afiliação de lojistas e oferece benefícios para ampliar a utilização de cartões pelos clientes junto ao comércio local. Além disso, o cliente que utilizar o cartão terá benefícios, como isenção de anuidade e troca de pontos por produtos. O objetivo é fomentar a economia local e aumentar a eficiência operacional, ao reduzir a circulação de papel moeda e, conseqüentemente, as despesas com o transporte de numerário, além de proporcionar mais segurança para clientes e lojistas.

Solução de dívidas para empresas

Permitimos, desde 2016, aos nossos clientes Pessoa Física renegociarem suas dívidas através do celular, no Solução de Dívidas *Mobile*, garantindo agilidade e comodidade. Em 2017 a solução foi estendida também para os clientes PJ. Já foram contratadas 177 mil operações, alcançando R\$ 1,6 bilhão em 2017.

6. Gestão de Pessoas

O desenvolvimento das nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteados pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	2016	2017
Perfil de Funcionários		
Funcionários	100.622	99.161
Feminino	41.549	41.044
Masculino	59.073	58.117
Escolaridade		
Ensino Médio	19.750	17.533
Graduação	43.083	41.073
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.575	40.354
Demais	214	201
Distribuição Geográfica		
Norte	4.689	4.440
Nordeste	16.719	16.637
Centro-Oeste	16.349	16.748
Sudeste	44.924	43.752
Sul	17.899	17.549
Exterior	42	35
Rotatividade de Funcionários (%)	9,95	1,59

Em 2017, investimos R\$ 70,9 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 10.397 bolsas de graduação, 11.311 de pós-graduação e 4.744 bolsas de idiomas.

Neste ano, podemos destacar, dentre as diversas capacitações disponibilizadas no catálogo UniBB, os seguintes treinamentos presenciais com foco em crédito MPE, alinhados à nossa atuação no mercado de crédito com qualidade e sustentabilidade:

- I. a **Oficina Gestão do Crédito PJ e Agro**, faz parte do Programa de Capacitação em Crédito, e capacitou mais de 4,1 mil gerentes de agência (98% do público-alvo), que tem como objetivo a realização de negócios rentáveis e sustentáveis através do aprimoramento da gestão do crédito, do relacionamento e do atendimento ao cliente;
- II. a **Oficina Gestão da Carteira de Clientes MPE**, aborda os conceitos de negociação, gestão do crédito e gestão de carteiras de clientes para o planejamento da carteira, visando à efetivação de resultados sustentáveis com esse público. Desde o seu lançamento, foram capacitados mais de 2,5 mil gerentes de relacionamento;
- III. e o **Workshop Crédito e o Cliente Empresa** abordou os aspectos da análise de crédito e risco dos clientes do segmento Empresa. Aproximadamente 900 gerentes de relacionamento de carteiras Empresa participaram do *workshop*.

Em linha com o planejamento e a formação da nova geração de líderes, lançamos o jogo DesEnvolver, solução Educacional cujo objetivo é o desenvolvimento de competências de liderança necessárias e que fortalece o protagonismo dos nossos funcionários em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ao todo, 10.377 colaboradores foram indicados como mentores e mais de 28 mil participaram do processo.

Como resultado dos investimentos, conquistamos o prêmio de melhor universidade corporativa do mundo na categoria Inovação no *Global CCU Awards*. Alinhada ao movimento estratégico de Transformação Digital, a UniBB vem oferecendo o que há de mais inovador em tecnologias e metodologias educacionais. Foram cerca de 8 milhões de horas de treinamento, incluindo cursos presenciais e à distância, e 3 milhões de cursos concluídos no Portal UniBB, com média de 80 horas de treinamentos por funcionário, considerando cursos presenciais e à distância.

Somos uma empresa de economia mista e selecionamos nossos funcionários por meio de concurso público, com exigência de escolaridade mínima de ensino médio, sem limite de idade máxima e com 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para afrodescendentes.

Não há diferenças salariais entre mulheres e homens que ocupem os mesmos cargos. Além disso, o processo de ascensão profissional é baseado na meritocracia, levando em consideração a formação, a experiência e os resultados obtidos pelo funcionário em sua vida profissional.

Nesse sentido, não perdemos de vista nossos compromissos nacionais e internacionais de valorização da diversidade. E para prover oportunidades iguais a homens e mulheres, lançamos, em março de 2017, um conjunto de medidas para acelerar a ascensão orgânica e elevar a representatividade de mulheres em todos os níveis da empresa, inclusive funções de liderança. Entre essas medidas estão:

- I. nossos executivos aderiram ao movimento ElesPorELas (HeForShe), da ONU Mulheres, no qual eles se comprometem a fazer a sua parte por um mundo sem violência e discriminação contra a mulher. O ElesPorElas reforçou a percepção do papel fundamental dos homens para tornar a equidade de gênero uma realidade;
- II. incrementamos as ações afirmativas de gênero em todos os programas corporativos de ascensão profissional;
- III. estendemos, aos transgêneros, acesso ao canal de Ouvidoria Interna exclusivo para as mulheres.

Tabela 1. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	2016	2017
Folha de pagamento ¹	20.631	18.153
Previdência Complementar ²	1.565	1.471
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.016	1.422
Treinamento ⁴	67	64
Honorários de diretores e conselheiros	49	46

1 - Despesas com proventos, benefícios e encargos sociais, conforme nota explicativa 13 – Despesas com Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar, conforme nota explicativa 45 - Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme nota explicativa 13 – Despesas com Pessoal;

4 - Conforme nota explicativa 13 – Despesas com Pessoal.

7. Desempenho Financeiro

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na data de publicação do nosso balanço, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de relações com investidores bb.com.br/ri.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 2. Destaques Financeiros

	2016	2017
Resultado (R\$ milhões)		
Lucro Líquido	8.660	12.275
Receita Líquida de Juros	61.914	53.230
Receita líquida de tarifas e comissões	20.848	22.071
Despesas Administrativas ¹	(33.300)	(31.161)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Dez/16	Dez/17
Patrimoniais (R\$ milhões)		
Ativos	1.387.216	1.353.075
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	603.857	585.191
Depósitos a clientes	425.316	426.077
Patrimônio Líquido	90.077	101.238
Índice de Basileia (%)	18,5%	19,6%

8. Atendimento

A tabela abaixo apresenta o nosso modelo de atendimento.

Destacamos o crescimento de 43,2% nos pontos de atendimento digital e especializado no ano. Essa forma de relacionamento valoriza a conveniência dos nossos clientes, com horário estendido, consultores e profissionais especializados, canais presenciais exclusivos, além de produtos e serviços específicos para cada segmento.

Tabela 3. Atendimento

	2016	2017	Var. %
Total de Agências	5.440	4.770	(12,3)
Atendimento Tradicional	5.053	4.216	(16,6)
Atendimento Digital e Especializado	387	554	43,2
Agências Estilo	250	249	(0,4)
Agências Empresa	38	122	221,1
Agências Governo	32	30	(6,3)
Agência Agro	5	17	240,0
Private Banking	7	9	28,6
Escritórios Exclusivo	34	85	150,0
Escritórios MPE	20	31	55,0
Escritórios Estilo	1	11	1.000,0

9. Capital

Solidez é a essência de um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso índice de capital atingiu 19,6% em dezembro de 2017. O índice de capital nível I chegou a 13,8%, sendo 10,5% de capital principal e alcançou R\$ 135,5 bilhões de patrimônio de referência.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Temos, como meta, o objetivo de manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil. Além disso, seguindo nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes, sendo o crédito o negócio mais relevante. Nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

Mais informações poderão ser encontradas no nosso sítio de relações com investidores (bb.com.br/ri), da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br).

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Crédito

Destacamos o Portal de Adimplência, canal que reúne estratégias e informações em uma única ferramenta, a fim de auxiliar na gestão das carteiras de crédito, no controle da inadimplência e na redução do fluxo de PCLD. Além disso, utilizamos a inteligência artificial para auxiliar nossos colaboradores na cobrança e recuperação de créditos. A ferramenta utiliza computação cognitiva, uma das aplicações de inteligência artificial e permite que o computador "entenda" o que o interlocutor questiona, identificando suas intenções e respondendo adequadamente, em um contexto de "conversa" e sucessivas interações.

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

Em 2017 a BB Seguridade registrou resultado de R\$ 4,0 bilhões, com crescimento de 0,9% sobre 2016 e retorno sobre o patrimônio líquido de 45,5%. No ano as empresas coligadas à BB Seguridade mantiveram importantes lideranças de mercado, como prêmios emitidos de seguros (nos segmentos em que a BB Mapfre opera), reservas de previdência e de capitalização.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>

Meios de Pagamento

Operamos pela BB Administradora de Cartões e pela *holding* BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Livel e Cateno, além da participação no capital da Cielo S.A., por meio de nossa subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A.

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Ao final de 2017, a base total de cartões emitidos atingiu 70,6 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos, crescimento de 0,7% em um ano. A base de cartões Elo gerados alcançou 13,0 milhões no período, avanço de 24,5%. A quantidade de cartões com uso recorrente, pelo menos uma vez nos últimos 30 dias, chegou a 8,1 milhões na função crédito e 11,7 milhões na função débito.

O volume transacionado em 2017 alcançou R\$ 280,2 bilhões, crescimento de R\$ 9,1 bilhões frente ao ano passado.

Gestão de Recursos

Mantivemos a liderança na indústria de fundos de investimentos através da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), com participação de mercado de 22,9% e um total de R\$ 864,5 bilhões em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 18,3% em relação a 2016.

Em 2017 a captação líquida da BB DTVM foi positiva em R\$ 46,8 bilhões, com destaque para as categorias Renda Fixa, Previdência e Multimercados.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o ranking Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro de 2017, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

Mercado de Capitais

O mercado de capitais vem se recuperando nos últimos trimestres e constitui uma alternativa importante ao financiamento, principalmente para grandes empresas, com potencial de gerar receitas com tarifas e criar outras oportunidades de negócios. Nesse ano, assessoramos nossos clientes em 40 emissões de renda fixa domésticas e

internacionais, somando R\$ 59,1 bilhões captados. No mercado de renda variável, participamos da distribuição de nove transações, que somaram R\$ 2,8 bilhões.

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras BB Securities Ltd (Londres), Banco do Brasil Securities LLC (Estados Unidos) e BB Securities Asia Pte. Ltd. (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Consórcios

Apresentamos inovações e bons resultados no negócio de consórcios em 2017. Comercializamos 218 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 8,6 bilhões em volume de negócios, aumento de 27,7% em relação ao mesmo período de 2016.

No “Ano do Atendimento”, registramos recorde de contemplações, que resultaram em R\$ 4 bilhões em volume. Além disso, nosso cliente pode contratar, ofertar lance e confirmar contemplações pelo *app* BB.

Infraestrutura

Analisamos 48 projetos de infraestrutura em 2017, crescimento de 45% em relação a 2016, reflexo da maior demanda por financiamentos e serviços de assessoria financeira. O volume de operações atingiu R\$ 6,2 bilhões e as receitas com a prestação desse serviço avançaram 23%, incluindo a estruturação de emissões em Mercado de Capitais no setor.

Com base nos projetos já leiloados que ainda não obtiveram financiamento, investimentos recorrentes e renovação de contratos de diversos projetos, continuaremos apoiando o setor de infraestrutura em 2018. Além disso, novos projetos devem gerar oportunidades para intensificarmos a prestação de assessoria e apoio financeiro aos leilões, auxiliando o desenvolvimento do país e a geração de renda e emprego.

11. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente viáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 4. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo	
	2016	2017
Fies	28.150,4	35.834,5
MPO	560,2	305,2
Crédito Acessibilidade	169,3	163,6

12. Gestão de Riscos, Controle e Segurança

Gestão de Riscos

A nossa forma de atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela nossa Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

Adotamos estrutura de governança e gestão do risco compatíveis com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles. O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre nossos controles internos, consulte o Formulário de Referência mais recente disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Em 2017, 44.903 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de combate à corrupção e 18.202 em prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

13. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,7% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 28,1 bilhões em dezembro de 2017. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,1 bilhão e das pequenas empresas R\$ 16,3 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 1,0 bilhão e para as pequenas empresas R\$ 9,7 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 2.652,1 mil, que representam 5,2% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela 7 a seguir:

Tabela 7. Principais Negócios Sociais

Empresa Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
BB Securities Asia	01/01/2017	31/12/2017	Consultoria	17,1
Cielo	09/02/2017	12/05/2017	Relatório de Asseguração	91,4
BB AG	06/03/2017	06/03/2017	Treinamento Fit&Proper	15,4
Tecban	23/03/2017	23/08/2018	Consultoria	167,9
Banco Patagonia	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria	23,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/05/2017	Implementação sistemas	49,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria - Regulação	12,0
BB AG	05/04/2017	05/04/2017	Consultoria	10,9
Banco Votorantim	06/04/2017	30/11/2017	Treinamento	16,0
BB Securities Londres	10/04/2017	-	Consultoria ICAAP	107,6
Banco Votorantim	10/05/2017	31/07/2017	Consultoria	95,0
BB Londres	01/06/2017	31/12/2017	Consultoria	52,4
BB AG	09/06/2017	09/06/2017	Treinamento	16,3
Banco Votorantim	24/06/2017	31/07/2017	Consultoria - Tributos	100,0
Neoenergia	30/06/2017	30/06/2017	Consultoria	163,2
Livelo	04/07/2017	28/08/2017	Consultoria	33,8
BB AG	07/07/2017	30/08/2017	Treinamento	45,5
Tecban	01/08/2017	30/10/2017	Consultoria	363,0
GIC	18/08/2017	N/A	Relatório de Asseguração	260,0
BB Londres	07/09/2017	07/09/2018	Compliance tributário	155,4
GIC	30/10/2017	N/A	Consultoria	270,0
Banco Votorantim	03/11/2017	30/11/2017	Consultoria	233,2
Banco Votorantim	03/11/2017	30/11/2017	Consultoria	254,3
BB Tóquio	12/12/2017	11/12/2018	Consultoria - Tributos	99,4

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, no ano de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e 26 – Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures*.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1.372,5 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 501,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 816,3 milhões).
- II. O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como



um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes**

Conforme mencionado nas notas explicativas 3i, 4b, 24 das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco revisa periodicamente sua carteira de empréstimos a clientes avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (*impairment*). A determinação do *impairment* de empréstimos a clientes é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Banco, que incluem análises de fatores econômicos-financeiros do cliente, retenção de riscos, histórico de relacionamento com a contraparte e considerações sobre garantias. O Banco divide suas análises de *impairment* entre análises individualizadas, para clientes com exposições consideradas “individualmente significativas” e análises coletivas, para os demais clientes. Adicionalmente, a partir de 2018 entra em vigor a IFRS 9 - Financial Instruments que altera os critérios de classificação e mensuração do *impairment* de empréstimos a clientes e, nesse contexto, o Banco estruturou um novo processo para atendimento aos novos requerimentos estabelecidos nesse pronunciamento. De acordo com o IAS 8 - Accounting Policies, changes in accounting estimates and errors, o Banco efetuou divulgações, qualitativas e quantitativas, relacionadas aos impactos mais relevantes do novo pronunciamento com base nos saldos de 31 de dezembro de 2017. Devido à relevância das operações de empréstimos a clientes e o grau de julgamento relacionado para a determinação do *impairment* e divulgação dos impactos relacionados a aplicação do IFRS 9, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de tecnologia de informação avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles automatizados chave relativos aos processos relacionados à aprovação e registro dos empréstimos e adiantamentos, à avaliação das metodologias, índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo do *impairment* coletivo e às avaliações da adequação do *impairment* para empréstimos a clientes analisados individualmente. Nós também avaliamos, com base em amostragem, o *impairment* de empréstimos a clientes considerados individualmente, inspecionamos as documentações e as premissas que suportam a decisão do Banco quanto ao valor recuperável das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Adicionalmente, testamos a suficiência das garantias e a suficiência dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco para mensurar as perdas por *impairment* das carteiras de empréstimos a clientes avaliadas de forma coletiva. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Efetuamos ainda, com auxílio de nossos especialistas em gestão de riscos (Financial Risk Management), o entendimento dos processos implementados pelo Banco para preparação das divulgações constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas a alteração dos critérios de mensuração do *impairment* de empréstimos a clientes, a serem adotados a partir de 2018 e, com base em amostragem, avaliamos a razoabilidade dos impactos esperados apurados e divulgados referentes a esse assunto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das



demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor justo, conforme o IAS 39, e informações divulgadas nas notas explicativas n.ºs 3f, 4a, 20, 21 e 38 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor justo está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor justo significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 3f, 4a, 20, 21 e 38, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Provisões e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais**

Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs 3r, 4i, e 35 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro,



avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 3r, 4i e 35, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Benefícios a empregados**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3q, 4h e 45 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentadoria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a IAS 39. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido ao julgamento envolvido no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Projeção de resultados futuros para a realização de ativos**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.ºs 3s, 4g e 36) e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.ºs 3l e 29) cuja realizações estão suportadas por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar



as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, à adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Participações Societárias**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3a, 5 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,



as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,



consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

	Nota	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de juros		139.763.614	168.039.236	182.368.871
Despesas de juros		(86.533.899)	(106.124.895)	(136.620.920)
Receita líquida de juros	[8]	53.229.715	61.914.341	45.747.951
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	[18]	-	13.867	5.863
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	[24]	(22.864.367)	(28.420.155)	(23.288.968)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos		30.365.348	33.508.053	22.464.846
Receitas não de juros		33.943.994	32.190.947	38.037.526
Receita líquida de tarifas e comissões	[9]	22.071.288	20.847.786	18.521.352
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[10]	(427.696)	(1.957.607)	1.808.465
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	[11]	471.874	128.063	(596.247)
Ganhos líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	[26]	3.750.978	3.959.882	4.392.986
Outras receitas operacionais	[12]	8.077.550	9.212.823	13.910.970
Despesas não de juros		(48.378.881)	(54.808.573)	(50.364.868)
Despesas com pessoal	[13]	(20.560.025)	(22.615.509)	(21.329.593)
Despesas administrativas	[14]	(10.601.093)	(10.685.388)	(10.380.962)
Contribuições, taxas e outros impostos		(5.482.208)	(5.659.758)	(5.639.919)
Amortização de ativos intangíveis	[29]	(2.416.403)	(2.607.135)	(2.720.550)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	(2.832.984)	(3.011.849)	(4.153.573)
Depreciação	[28]	(1.162.822)	(1.149.168)	(1.123.904)
Outras despesas operacionais	[12]	(5.323.346)	(9.079.766)	(5.016.367)
Lucro antes dos impostos		15.930.461	10.890.427	10.137.504
Impostos	[36]	(3.655.158)	(2.230.850)	5.660.535
Correntes		(3.290.685)	(6.635.568)	(6.145.380)
Diferidos		(364.473)	4.404.718	11.805.915
Lucro líquido do período		12.275.303	8.659.577	15.798.039
Atribuível aos acionistas controladores		10.628.794	7.027.281	14.069.582
Atribuível às participações de acionistas não controladores		1.646.509	1.632.296	1.728.457
Lucro por ação				
Lucro por ação (R\$) – básico e diluído		3,82	2,52	5,03
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluído		2.784.905.261	2.787.552.822	2.794.842.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro líquido do período	12.275.303	8.659.577	15.798.039
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado Consolidado			
Ativos financeiros disponíveis para venda	703.493	1.577.837	(2.076.136)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	1.372.158	2.045.205	(3.108.144)
(Ganhos)/perdas realizadas sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	(471.874)	(128.063)	596.247
Efeito fiscal	(196.791)	(339.305)	435.761
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	99.525	97.524	(131.777)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	203.131	205.355	(251.769)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimentos líquidos no exterior	(11.142)	(16.947)	1.774
Efeito fiscal	(92.464)	(90.884)	118.218
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(323.636)	(868.919)	269
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado Consolidado			
Planos de benefícios definidos	3.048.369	(1.573.065)	(5.238.095)
Perdas em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	5.091.650	(2.623.835)	(8.486.480)
Efeito fiscal	(2.043.281)	1.050.770	3.248.385
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	3.527.751	(766.623)	(7.445.739)
Resultado abrangente do período	15.803.054	7.892.954	8.352.300
Atribuível aos acionistas controladores	14.277.709	6.580.180	6.664.897
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.525.345	1.312.774	1.687.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[16]	13.471.112	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	[17]	69.081.139	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	[18]	35.116.862	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	[19]	348.186.760	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	8.453.138	7.669.398
Instrumentos de dívida e patrimônio		7.798.219	6.056.835
Derivativos		654.919	1.612.563
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	120.214.877	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	10.457.429	9.120.261
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	[23],[24]	585.190.941	603.856.735
Ativos não correntes disponíveis para venda	[25]	94.512	44.531
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	[26]	20.532.053	19.641.884
Ativo imobilizado	[28]	7.466.150	7.614.059
Ativos intangíveis	[29]	7.615.120	8.743.714
Ágio sobre investimentos		591.582	591.582
Outros		7.023.538	8.152.132
Ativos fiscais		47.869.809	54.462.800
Correntes		8.389.350	12.289.713
Diferidos	[36]	39.480.459	42.173.087
Outros ativos	[30]	79.325.140	74.341.638
Total		1.353.075.042	1.387.215.686
Passivo			
Depósitos de clientes	[31]	426.076.603	425.315.886
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	24.649.124	21.276.934
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	789.887	2.234.846
Instrumentos de dívida		-	364.455
Derivativos		789.887	1.870.391
Obrigações por operações compromissadas	[33]	376.242.695	374.634.032
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	337.982.290	368.350.768
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	9.600.351	9.562.939
Passivos fiscais		5.434.568	8.843.301
Correntes		2.365.251	5.946.803
Diferidos	[36]	3.069.317	2.896.498
Outros passivos	[30]	71.061.096	86.920.287
Total		1.251.836.614	1.297.138.993
Patrimônio líquido			
	[37]		
Capital social		67.000.000	67.000.000
Instrumento elegível a capital principal		8.100.000	8.100.000
Ações em tesouraria		(1.850.043)	(1.854.749)
Reserva de capital		5.604.313	5.607.386
Reservas de lucros		35.280.691	27.646.569
Outros resultados abrangentes acumulados		(13.960.404)	(17.609.319)
Resultados acumulados não apropriados		(2.817.724)	(2.513.647)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		97.356.833	86.376.240
Participações de acionistas não controladores		3.881.595	3.700.453
Total do patrimônio líquido		101.238.428	90.076.693
Total do passivo e patrimônio líquido		1.353.075.042	1.387.215.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores												
	Capital social	Instrumento elegível a capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes					Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
						Disponíveis para venda	Remensurações planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(Perdas) Hedge	Resultados acumulados não apropriados			
Saldos em 31.12.2015	60.000.000	8.100.000	(1.697.380)	5.606.203	29.031.090	(3.090.199)	(13.918.187)	(156.613)	2.781	(1.320.444)	82.557.251	3.672.743	86.229.994
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.027.281	7.027.281	1.632.296	8.659.577
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	1.674.611	(1.573.065)	(538.479)	(10.168)	-	(447.101)	(319.522)	(766.623)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	1.674.611	(1.573.065)	(538.479)	(10.168)	7.027.281	6.580.180	1.312.774	7.892.954
Aumento de capital – capitalização de reservas	7.000.000	-	-	-	(7.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	6.157	1.183	-	-	-	-	-	-	7.340	-	7.340
Outros	-	-	(163.526)	-	-	-	-	-	-	12.012	(151.514)	(11.494)	(163.008)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	5.615.479	-	-	-	-	(5.615.479)	-	-	-
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(262.410)	(262.410)	-	(262.410)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.354.607)	(2.354.607)	(1.266.328)	(3.620.935)
Variação de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.242)	(7.242)
Saldos em 31.12.2016	67.000.000	8.100.000	(1.854.749)	5.607.386	27.646.569	(1.415.588)	(15.491.252)	(695.092)	(7.387)	(2.513.647)	86.376.240	3.700.453	90.076.693
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.628.794	10.628.794	1.646.509	12.275.303
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	806.800	3.048.369	(199.252)	(7.002)	-	3.648.915	(121.164)	3.527.751
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	806.800	3.048.369	(199.252)	(7.002)	10.628.794	14.277.709	1.525.345	15.803.054
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	4.706	(3.073)	-	-	-	-	-	-	1.633	-	1.633
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.628	7.628	(45.563)	(37.935)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	7.634.122	-	-	-	-	(7.634.122)	-	-	-
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.424)	(77.424)	-	(77.424)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.228.953)	(3.228.953)	(1.298.640)	(4.527.593)
Saldos em 31.12.2017	67.000.000	8.100.000	(1.850.043)	5.604.313	35.280.691	(608.788)	(12.442.883)	(894.344)	(14.389)	(2.817.724)	97.356.833	3.881.595	101.238.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido	12.275.303	8.659.577	15.798.039
Ajustado por:	28.771.528	41.126.168	3.735.374
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	27.049.679	31.965.644	26.082.477
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	2.832.984	3.011.849	4.153.573
Amortização de ativos intangíveis	2.416.403	2.607.135	2.720.550
Depreciação	1.162.822	1.149.168	1.123.904
Impostos diferidos	364.473	(4.404.718)	(11.805.915)
Atualização de ativo/passivo atuarial	49.715	(67.600)	(1.487.004)
(Ganhos)/perdas líquidos de capital em outros ativos	19.504	90.806	7.051
Provisão para desvalorização de valores e bens	(34.693)	3.734	(29.284)
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(36.146)	9.361.703	(4.343.112)
Ganhos líquidos na alienação de valores e bens	(201.265)	(219.041)	(5.960.442)
(Ganhos)/perdas líquidos com conversão de investimento no exterior	(346.511)	1.835.683	(3.365.755)
(Ganhos)/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(471.874)	(128.063)	596.247
Ganhos líquidos de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(3.750.978)	(3.959.882)	(4.392.986)
(Ganhos)/perdas líquidos na alienação de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	2.347	-
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	(13.867)	(5.863)
Outros	(282.585)	(108.730)	441.933
Variação nos ativos e passivos operacionais	(87.972.072)	(45.400.703)	8.535.293
Variação líquida em depósitos compulsórios em bancos centrais	(5.630.045)	(2.640.176)	2.413.319
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	4.086.213	2.943.197	2.210.495
Variação líquida em aplicações em operações compromissadas	(23.202.996)	(48.066.639)	(15.159.110)
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.741.384)	1.799.283	3.091.829
Variação líquida em empréstimos a clientes	(8.492.992)	37.993.472	(68.412.902)
Variação líquida em ativos não correntes disponíveis para venda	-	-	20
Variação líquida em outros ativos	(9.008.195)	(21.339.989)	(2.645.214)
Variação líquida em depósitos de clientes	760.717	2.379.101	(14.884.968)
Variação líquida em valores a pagar a instituições financeiras	3.372.190	(20.538.911)	11.140.596
Variação líquida em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.080.504)	(1.418.783)	638.990
Variação líquida em obrigações por operações compromissadas	1.608.663	41.112.385	39.601.213
Variação líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(31.623.805)	(46.586.588)	51.035.699
Variação líquida em impostos correntes	318.811	(480.932)	473.168
Variação líquida em impostos diferidos	2.636.805	345.216	(2.411.579)
Variação líquida em outros passivos	(19.975.550)	9.098.661	1.443.737
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	(46.925.241)	4.385.042	28.068.706

Continuação	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Atividades de investimento			
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(65.392.379)	(38.827.077)	(30.565.505)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	61.367.698	51.825.031	29.801.581
Compra de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(3.021.096)	(4.865.232)	-
Resgate de ativos financeiros mantidos até o vencimento	188.414	-	70.892
Compra de ativo imobilizado	(1.199.667)	(1.501.536)	(1.400.292)
Venda de ativo imobilizado	26.313	111.339	47.711
Aquisição de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(275.761)	-	-
Aquisição de ativos intangíveis	(1.309.115)	(2.726.111)	(1.581.971)
Alienação de ativos intangíveis	14.295	42.372	8.605
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	3.219.813	2.520.093	2.344.781
Caixa líquido proveniente de atividades de investimento	(6.381.485)	6.578.879	(1.274.198)
Atividades de financiamento			
Liquidação de passivos de longo prazo	(4.973.256)	(4.819.711)	(4.195.245)
Juros pagos sobre instrumento elegível a capital principal	(77.424)	(262.410)	(81.872)
Variação de participação societária em coligadas e <i>joint ventures</i>	(10.713)	(7.242)	-
Efeito líquido na alienação de ações em tesouraria	-	-	(85.029)
Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas controladores	(1.374.862)	(2.708.471)	(6.330.861)
Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos a acionistas não controladores	(2.463.694)	(1.266.328)	(1.653.688)
Captação de passivos de longo prazo	6.228.583	7.878.581	21.829.959
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	(2.671.366)	(1.185.581)	9.483.264
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(55.978.092)	9.778.340	36.277.772
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	103.116.103	102.699.466	62.078.582
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	36.146	(9.361.703)	4.343.112
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	47.174.157	103.116.103	102.699.466
Informações complementares			
Caixa pago em juros	(89.298.729)	(106.136.282)	(131.002.633)
Caixa recebido em juros	136.340.858	152.621.273	189.311.898
Caixa pago em impostos	(3.038.651)	(6.628.278)	(4.621.911)
Movimentações contábeis que não envolvem caixa e seus equivalentes			
Ativos reclassificados para ativos não correntes disponíveis para venda	49.982	(1.437)	21.823
Empréstimos a clientes transferidos para bens não de uso (outros ativos)	23.331	1.382	17.124
Dividendos declarados e não pagos	1.353.830	107.581	291.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco do Brasil mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão e da BB Seguridade por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 21.03.2018.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2016.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado consolidado e na demonstração do resultado abrangente consolidado.

O Banco reavalia o processo de consolidação pelo menos a cada data de reporte. Essa análise considera a possibilidade de alterações estruturais, o que inclui mudanças nos arranjos contratuais do Grupo.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O Banco controla quando possui poder sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Perda de controle – Em conformidade com a IFRS 10, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas para transações de securitização de ativos, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma entidade estruturada, o Banco avalia uma série de critérios estabelecidos na IFRS 10. As entidades são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle, conforme estabelecido na IFRS 10.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimentos do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as companhias são consideradas quando o Banco avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em coligadas, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da coligada se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Em conformidade com a IAS 28, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação ou outro evento. As políticas contábeis do Banco para compensação de ativos e passivos financeiros e impostos sobre a renda são apresentadas nos itens "j" e "s" desta Nota, respectivamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado do período em que surgirem.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial consolidado.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo da taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O cálculo da taxa efetiva inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado consolidado incluem, principalmente: (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; (iii) os rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) juros decorrentes de obrigações por operações compromissadas; (v) juros incorridos em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações; e (vi) remuneração de depósitos de clientes, com exceção de depósitos à vista.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – As receitas auferidas com dividendos são reconhecidas no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do balanço patrimonial consolidado: caixa e depósitos bancários, depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, exceto recursos de uso restrito.

f) Instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza do instrumento e sua intenção. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou (iii) for um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e efetivo – Nota 3.h).

Os derivativos classificados pelo Banco nessa categoria são: (i) derivativos destinados a negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo; (ii) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

O Banco somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou (iii) o instrumento financeiro possui um ou mais derivativos embutidos, o que modifica significativamente os fluxos de caixa que seriam requeridos pelo contrato.

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se o Banco tiver a intenção e a habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado consolidado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo com ganhos e perdas sendo reconhecidos em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação, exceto no caso do reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i). Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são reconhecidos como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais o Banco tem a intenção positiva e capacidade financeira comprovada de mantê-los até o vencimento. São inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Em conformidade com a IAS 39, o Banco não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos antes de sua data de vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois de o Banco ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e que fosse improvável a chance deste evento ocorrer.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que o Banco pretende vender imediatamente ou no curto prazo, que serão classificados como mantidos para negociação, e aqueles que o Banco, por ocasião do reconhecimento inicial, designe como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda; ou (ii) aqueles para os quais o Banco possa não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial, salvo por conta de redução no valor recuperável do crédito.

Os empréstimos e recebíveis são apresentados no balanço patrimonial subdivididos em quatro categorias: (i) depósitos compulsórios em bancos centrais; (ii) empréstimos a instituições financeiras; (iii) empréstimos a clientes; e (iv) aplicações em operações compromissadas, cuja data de realização seja superior a 90 dias.

Depósitos compulsórios em bancos centrais – Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Os depósitos compulsórios são inicialmente registrados ao valor justo, e avaliados subsequentemente, quando aplicável, pelo custo amortizado. As respectivas receitas financeiras são registradas em receita de juros de depósitos compulsórios em bancos centrais.

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em receita de juros de empréstimos a clientes.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão e o valor da perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i) é reconhecido no resultado como despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas incorridas na carteira. Quando os empréstimos ou grupos de empréstimos similares têm problemas de recuperação e o seu valor contábil é reduzido por meio de uma conta de provisão, a receita de juros continua a ser reconhecida até o momento em que os empréstimos são considerados como de curso anormal (geralmente quando o empréstimo está vencido há mais de 60 dias).

O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Empréstimos a clientes em que o recebimento do valor de capital ou de juros estejam vencidos por 60 dias ou mais, são considerados como empréstimos de curso anormal e, em função dessa classificação, têm o reconhecimento da receita de juros e outros encargos financeiros suspensos.

Para todos os empréstimos de curso anormal, quaisquer valores recebidos, seja a critério do cliente ou como resultado de procedimentos judiciais, são contabilizados obedecendo a seguinte ordem: (i) como pagamento de multas ou encargos financeiros; (ii) como pagamento de receita de juros já reconhecida; (iii) como pagamento de juros vencidos até a data de pagamento, mas ainda não reconhecidos e, finalmente, (iv) como pagamento do capital.

Esta situação pode resultar em reconhecimento de receita de juros para pagamentos efetuados a empréstimos de curso anormal. Os empréstimos considerados de curso anormal retornam ao curso normal quando não há atraso maior do que 60 dias e que o Banco espere receber o valor contratual remanescente de capital e de juros do empréstimo.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos juros incorridos. O valor pago por títulos adquiridos com contrato de revenda, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra e; (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao

valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são mensurados e registrados no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Os passivos financeiros registrados ao valor justo referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do período.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial consolidado somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e; (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado (principal ou o mais vantajoso) na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. Um mercado é tido como ativo se transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nas situações em que não existe um preço cotado em mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. O método de avaliação escolhido incorpora todas as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre

risco. Os métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Quando necessário, os valores gerados pelos modelos são ajustados para refletir a variação entre os preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, o risco de crédito da contraparte e a liquidez da posição. Os ajustes efetuados também possuem a intenção de suprir as limitações teóricas dos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração. As estimativas e julgamentos necessários dependem, dentre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

Os métodos de mensuração utilizados pelo Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhados na Nota 38.

g) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

h) Instrumentos financeiros para proteção (*hedge accounting*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de *hedge* na qualificação de um relacionamento de *hedge*. No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo, a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge* e de forma contínua, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em compensar as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuídos aos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período estabelecido para o relacionamento de *hedge*, e se os resultados observados estão dentro do intervalo de 80% a 125%. Nas situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxos de caixa que possam, por fim, afetar a demonstração de resultado.

Hedge de valor justo – Para os *hedges* de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é coberto é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado. Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são apresentados no balanço patrimonial em ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Nos casos de expiração, venda, rescisão, exercício do instrumento, revogação da designação ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting*, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é transferido para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a transferência, o instrumento não é considerado expirado ou rescindido.

Qualquer ajuste ao item objeto de *hedge* até o momento da descontinuação do relacionamento de *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é aplicável, é amortizado ao longo da vida útil remanescente do instrumento como parte da taxa efetiva de juros recalculada.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges* para proteção de risco de mercado. Os instrumentos utilizados são os contratos futuros, *swaps* ou opções. A composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de risco de mercado encontra-se detalhada na Nota 39.

Hedge de fluxo de caixa – Para os *hedges* de fluxo de caixa designados e qualificados, a parte efetiva do ganho ou de perda no instrumento de *hedge* é inicialmente reconhecida como elemento separado do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. A parte não efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para demonstração do resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Nos casos de expiração, venda, rescisão, exercício do instrumento de *hedge*, revogação da designação ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting*, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é transferido para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a transferência, o instrumento não é considerado expirado ou rescindido.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Hedge de investimento líquido em operações no exterior – *Hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedges* de itens monetários que são registrados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte efetiva do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação.

Derivativos não qualificados para *hedge accounting* – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (Nota 3.f). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelo Banco, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; (iii) o Banco, por motivos econômicos ou legais, relacionados à dificuldade financeira do mutuário, dá ao mutuário uma concessão que o Banco, de outro modo, não consideraria; (iv) seja provável que o

mutuário entrará em falência ou passará por reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando, desde o reconhecimento inicial dos ativos, que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados provenientes de um grupo de ativos financeiros, embora a redução ainda não possa ser identificada com os ativos financeiros individuais no grupo, incluindo mudanças adversas na situação de pagamento de mutuários no grupo ou condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com inadimplência nos ativos no grupo.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução ao valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, o Banco usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Empréstimos a clientes – Na avaliação da redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes, o Banco verifica se existem evidências objetivas de perdas em relação a esses ativos financeiros, com o objetivo de classificá-los em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade).

As operações com problemas de recuperabilidade são divididas em dois grupos em função da significância das operações: (i) operações em imparidade individualmente significativas, para tratamento de forma individualizada; e (ii) operações em imparidade individualmente não significativas, para tratamento de forma coletiva.

Para a segmentação dos empréstimos a clientes com evidências de perdas em "individualmente significativas" e "individualmente não significativas", a Administração adota como parâmetro as alçadas corporativas para concessão dos créditos mais significativas. Dessa forma, adota-se como ponto de corte, para determinação da significância das operações, o valor máximo de alçada comercial para realização de operações com pessoas jurídicas, assim considerado o valor de endividamento do cliente a partir do qual suas novas operações necessitariam de aprovação em nível decisório estratégico do Banco.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda pode vir a se materializar em um empréstimo a cliente avaliado individualmente, são verificados, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, a cada data de reporte, a necessidade de eventual redução ao valor recuperável dos ativos financeiros individualmente considerados. Estas informações também são utilizadas para determinar a classificação das operações em alto, médio ou baixo risco.

A identificação de um evento de perda para uma contraparte em uma operação específica faz com que todas as demais operações com aquela contraparte sejam também classificadas como com evidência de perda.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco. Com relação aos empréstimos avaliados individualmente, o Banco geralmente reconhece a total redução do valor recuperável do empréstimo quando os clientes entram, ou o Banco julga provável que os clientes entrem em proteção de falência ou em recuperação judicial. O mesmo procedimento é adotado para clientes mantidos em relatórios de inadimplência efetuados por empresas de proteção ao crédito como Serasa Experian e SPC Brasil e aos empréstimos ativos de clientes que possuem outros empréstimos baixados por perdas.

Em situações em que o valor justo da garantia associada é suficiente para cobrir 100% do valor do empréstimo, não há reconhecimento de perda por imparidade, considerando que o Banco julga ser possível o recebimento do valor do empréstimo através da execução e venda do bem dado em garantia.

Para empréstimos sem garantias associadas, o Banco avalia o histórico do cliente como por exemplo o seu comportamento no pagamento de empréstimos tomados anteriormente.

Caso o Banco determine que os eventos de perda não afetam o valor recuperável dos empréstimos a clientes individualmente avaliados, os ativos financeiros são incluídos em um grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e os avalia coletivamente para fins de redução ao valor recuperável. Os empréstimos a clientes que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

A avaliação coletiva de perdas por redução ao valor recuperável, aplicada às operações classificadas como em imparidade individualmente não significativa, baseia-se na aplicação dos Índices de Perdas Históricas (IPH) observados na carteira do Banco. Os IPH são apurados a partir da observação das perdas incorridas pelo Banco, por safras mensais, a partir do décimo terceiro mês anterior à data de encerramento do exercício, no caso de operações com prazo a decorrer de até trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "curto prazo"), ou a partir do décimo nono mês anterior, no caso de operações com prazo a decorrer superior a trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "longo prazo").

O IPH mensal de curto prazo é calculado por meio do acompanhamento, por até doze meses, das migrações de operações para perdas frente ao saldo contábil inicial de operações selecionadas no mês imediatamente anterior aos doze meses de acompanhamento. O IPH mensal de longo prazo é apurado de forma análoga ao de curto prazo, estendendo-se o período de acompanhamento de perdas para até dezoito meses.

Com a finalidade de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, o cálculo dos IPH mensais é realizado de forma segmentada por agrupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Caso a evidência de perda por redução ao valor recuperável em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva se materialize, o valor da perda é reconhecido em despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, em contrapartida a uma conta redutora do respectivo ativo financeiro. Os valores registrados a título de provisão representam a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração.

Se o valor de uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta redutora, sendo tal reversão reconhecida no resultado do período.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a sua respectiva conta redutora quando considerados incobráveis ou não recuperáveis. O Banco normalmente baixa os empréstimos quando nenhum pagamento for recebido depois de transcorridos 360 dias de vencido ou em até 540 dias para empréstimos com prazo de vencimento superior a 36 meses. Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado em despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2017 e 31.12.2016 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos a clientes.

Empréstimos renegociados – Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse definitiva das garantias. Isso pode envolver a extensão do tempo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios sejam cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável.

Em quase todos os casos, o Banco exige pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos repactuados para que um empréstimo renegociado não seja mais considerado como em atraso ou de curso anormal. Empréstimos renegociados retornam à condição de atraso ou de curso anormal após 60 dias de vencido nos termos da renegociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está acima do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável de um ativo financeiro, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pelo Banco será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do período será registrada em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo com problemas de recuperabilidade e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado.

Se o valor justo de um instrumento de dívida disponível para venda com problemas de recuperabilidade posteriormente aumentar e esse aumento puder ser relacionado objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por imparidade, esta é revertida por meio do resultado. Caso contrário, ela é revertida por meio de outros resultados abrangentes. As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Caso houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por redução ao valor recuperável. Se, num período subsequente, o montante da perda por redução ao valor recuperável diminui e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do período.

j) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se, e apenas se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em outras situações, eles são apresentados separadamente.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado de uso também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue:

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o parágrafo 43 da IAS 16.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para alocar o valor depreciável dos ativos intangíveis gerados internamente e adquiridos ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

Vida útil estimada	Gerados internamente	Adquiridos
<i>Software</i>	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	-	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	-	2 a 10 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	-	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	-	5 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios.

m) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

Os bens não de uso são registrados inicialmente pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de ativos não correntes disponíveis para venda.

A IFRS 13 trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não corrente disponível para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como disponíveis para venda são detalhadas na Nota 25.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em outras receitas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total (Nota 3.i).

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada a nenhum ativo em particular, incluindo ágio, que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada ou entidade controlada em conjunto.

Na hipótese do valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração ao valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

No caso do ágio gerado pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado ao Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago com o valor presente dos resultados do Banco projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos líquidos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas com base no custo de capital próprio do Banco.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Os ativos arrendados a clientes sob contratos em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados são incluídos no imobilizado e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil econômica estimada desses ativos. A receita de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento em outras receitas operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como uma despesa na mesma base que a receita do arrendamento.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no balanço patrimonial consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é a taxa implícita do arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos.

Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Transações de venda e *leaseback* – Caso uma transação de venda e *leaseback* resulte em um arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e *leaseback* resulta em um arrendamento operacional, o reconhecimento imediato ou diferido de qualquer ganho ou perda será uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

p) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em outros passivos.

q) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida no resultado no período em que os respectivos serviços são prestados pelos empregados como contrapartida às contribuições do mesmo período.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que: (i) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e (ii) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço patrimonial consolidado refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

r) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados; (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando o Banco entende que a realização da receita é praticamente certa. Os ativos contingentes são avaliados continuamente para garantir que o ativo e a respectiva receita sejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em outros ativos.

s) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (elevação da alíquota de 15% para 20% com base na Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018). Para as demais entidades, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

Diferenças temporárias – São as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legal de compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

t) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

u) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

v) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na demonstração do resultado consolidado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (*payout*). A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 25% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

w) Pronunciamentos emitidos a serem aplicados em período futuro

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações que foram recentemente emitidas pelo IASB, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 31.12.2017:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB publicou a IFRS 9, sendo a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39. O projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três principais fases: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

(i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A norma aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A IFRS 9 estabelece três categorias de mensuração para ativos financeiros: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio do resultado (VJR) e (c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Custo amortizado: Um ativo será mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo por meio do resultado: Um ativo será mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” ou quando a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes: Um ativo será mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Pré transição

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (empréstimos, em essência) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoa física e pessoa jurídica), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interbancárias, aplicações em fundos, investimentos em títulos e valores mobiliários, aplicações em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificação e mensuração serão efetuadas em conformidade com essas análises.

Com base em sua avaliação preliminar, o Banco não espera que os novos requerimentos tenham impacto significativo na mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que são mensuradas ao custo amortizado de acordo com a IAS 39 (ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos / recebíveis), substancialmente continuarão a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado (mantido para negociação) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (disponíveis para venda).

Em relação à classificação desses ativos, haverá impactos na apresentação do conjunto completo de demonstrações contábeis. Para atendimento aos requerimentos da IFRS 9, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, VJR e VJORA), o conjunto completo de demonstrações contábeis deverá ser adaptado.

(ii) metodologia de redução ao valor recuperável

Outra alteração refere-se ao cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) – PCLD dos ativos financeiros. De acordo com os novos requerimentos, as perdas deverão ser apuradas com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas, diferentemente do atual modelo de perdas incorridas.

Pré transição

Os novos requisitos da IFRS 9 possuem o intuito de aprimorar as regras de provisão, pela substituição de modelos baseados em conceito de perda incorrida, que vem perdendo sua eficiência em ambientes econômicos globais cada vez mais instáveis. Diante deste fato, as novas regras da IFRS 9 utilizam o conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações passarão a ter provisões desde a sua origem, sendo agravadas à medida que sua situação de risco de crédito se deteriora.

A metodologia para cálculo da PCLD, no Banco do Brasil, englobará a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 - Operações em normalidade: Os ativos enquadrados neste estágio estão em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, ou sem indicativo de aumento significativo de risco. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco: Os ativos enquadrados neste estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo de risco. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 - Operações em descumprimento (ativos problemáticos): Os ativos enquadrados neste estágio estão em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – em geral 90 dias), ou qualitativo (caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito). Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos será revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O modelo de cálculo da PCLD de acordo com a IFRS 9, encontra-se em processo de validação interna, realizado por equipe independente de controle interno e foi aplicado retroativamente durante o segundo semestre de 2017, para efeitos de simulação. De acordo com os estudos realizados, observou-se um acréscimo nas provisões para perdas com ativos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, de aproximadamente 1,2% do patrimônio líquido do Banco.

Os impactos da adoção da nova regra foram avaliados com base nas nossas melhores estimativas na data do relatório, porém, quando da implementação definitiva da IFRS 9, poderão ocorrer desvios com o resultado apresentado, em função principalmente de: (i) estratégia de oferta de crédito do Banco, considerando a expansão e retração de determinados segmentos de negócios; (ii) alteração em cenários macroeconômicos, refletidos por estimativas para as variáveis utilizadas nos modelos desenvolvidos; (iii) implementação tecnológica definitiva dos parâmetros de risco para o cálculo da perda esperada conforme regras da IFRS 9 nos sistemas do Banco; (iv) alterações pontuais no *design* dos modelos utilizados no cálculo dos parâmetros de risco; (v) implementação e desenvolvimento de novos modelos de parâmetros de risco: (PD, LGD e EAD/FCC) ao longo do período; e (vi) incorporação de novas carteiras e produtos anteriormente não cobertos pelos atuais modelos, em especial, instrumentos financeiros não sujeitos atualmente à avaliação de risco de crédito.

(iii) contabilização de cobertura

A nova norma também incluiu um modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – Em maio de 2014, o IASB publicou uma nova norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

Pré transição

O Banco avaliou a norma e diante do exposto, é possível afirmar que, embora a IFRS 15 apresente um novo conjunto de princípios relacionados a receitas, as práticas atuais adotadas pelo Banco quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o novo arcabouço normativo. Portanto, embora o reconhecimento e mensuração não possuam alterações relevantes, os requerimentos de evidenciação possuem maiores detalhes do que o arcabouço normativo anterior.

Em função da extensão dos novos requerimentos, foram identificados impactos para o processo de divulgação contábil, ainda em estudo pelo Banco, para adequação à nova norma.

A IFRS 15 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 – Arrendamentos – Em janeiro de 2016, o IASB publicou uma nova norma que altera os requerimentos de contabilização de obrigações oriundas de contratos de *leasing* para o arrendatário. A IFRS 16 abandona a classificação de *leasing* em operacional e financeiro, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A contabilização para arrendadores também não sofre mudanças significativas.

A IFRS 16 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, com aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 15.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – Em maio de 2017, o IASB publicou uma nova norma que substituirá a IFRS 4. A norma vigente permite ampla variedade de práticas contábeis para contratos de seguro. A IFRS 17 modificará a contabilidade para as entidades emissoras de contratos de seguro e de contratos de investimento com características de participação discricionária.

A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 9 e IFRS 15.

Alterações à IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações – Em junho de 2016, o IASB promoveu alterações à IFRS 2 que esclarecem a base de mensuração para pagamentos baseado em ações liquidados em caixa e a contabilização na alteração de prêmio liquidado em caixa para instrumentos patrimoniais.

As alterações à IFRS 2 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro – Em setembro de 2016, o IASB promoveu alterações à IFRS 4 que abordam inconsistências geradas entre os requerimentos da IFRS 9 e da IFRS 4 (que está em desenvolvimento). Estas inconsistências incluem a volatilidade temporária nos resultados reportados. Duas abordagens poderão ser adotadas para o tratamento destas inconsistências.

As alterações à IFRS 4 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IAS 40 – Propriedades para Investimento – Em dezembro de 2016, o IASB promoveu alterações à IAS 40, que esclarecem requerimentos em transferências de, ou para, propriedades para investimento.

As alterações à IAS 40 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e *joint ventures*.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Alterações à IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2017, o IASB promoveu alterações à IAS 28 que esclarecem a mensuração da participação a longo prazo dos investimentos em coligada ou *joint venture*, para os quais não se aplica o método de equivalência patrimonial.

As alterações à IAS 28 são efetivas para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes – imparidade e provisão para itens não registrados no balanço patrimonial

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, a utilização de crédito, as concentrações de riscos e os dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por agrupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Em atendimento a IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos de itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*), o Banco constitui provisão para perdas, sendo este valor reconhecido como despesa líquida com provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas em empréstimos a clientes e perdas sobre garantias financeiras prestadas, podem ser obtidas nas Notas 3.i, 24 e 40, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco recalcula o valor recuperável desse ativo.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3.n e 29.

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, com mensuração ao custo amortizado, de acordo com a IAS 39. Essa classificação requer um nível de julgamento significativo.

Nos julgamentos efetuados, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento. Caso o Banco não mantenha esses investimentos até o vencimento, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa próxima ao vencimento – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao valor justo, alternativamente ao custo amortizado. Os investimentos classificados no grupo mantidos até o vencimento são objeto de teste de imparidade, similar àquele praticado para os ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Impostos sobre os lucros

As receitas/ganhos gerados pelo Banco estão sujeitos ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

g) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 36).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como: (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

h) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

i) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

	Atividade	País de constituição	% Participação Total	
			31.12.2017	31.12.2016
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Singapura	100%	100%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	100%	100%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	100%	100%
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	100%	100%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	58,97%	58,97%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%
BB Asset Management Ireland Limited	Administração de Ativos	Irlanda	100%	100%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%
Segmento Seguridade				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Brasil	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	100%	100%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Brasil	100%	100%
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	Brasil	100%	-
BB DTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	Brasil	100%	-
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁽¹⁾	Informática	Brasil	99,99%	99,99%
Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo	Securitização	Brasil	94,94%	95,43%
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento	Securitização	Brasil	89,22%	91,03%
BB Fund Class D	Fundo de Investimento	Ilhas Cayman	73,75%	70,72%
BB Fund Class A	Fundo de Investimento	Ilhas Cayman	56,37%	-
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-
Loans Finance Company Limited (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Para a consolidação, foram utilizadas as Demonstrações Contábeis relativas a novembro/2017, devido à incompatibilidade de cronograma entre a controlada e o Banco.

a) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

Veículos de securitização

EPE Dollar

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

EPE Loans

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos: (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (FI Fênix)

O FI Fênix foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas, por meio do investimento dos recursos obtidos pelo Fundo na aquisição de direitos creditórios e ativos financeiros. Os direitos creditórios são originados por companhias brasileiras que atuam no comércio varejista, especificamente em operações de compra e venda de produtos e serviços por meio de cartões de crédito, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas da Cielo S.A.

A carteira deve observar os limites de concentração de até 100% do patrimônio líquido representado por direitos de crédito adquiridos devidos pela Cielo S.A.

O patrimônio do Fundo está representado por cotas seniores, cotas subordinadas mezanino e cotas subordinadas junior. As cotas seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as cotas subordinadas.

Em 31.12.2017, o Banco detinha a totalidade das 11.563 cotas seniores. Do total de 937 cotas subordinadas, o Banco detinha 500 cotas.

Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)

O FI Compesa foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de 96 meses a partir da data de subscrição inicial, com possibilidade de liquidação antecipada.

Tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, valorização de suas cotas por meio da aquisição de: (i) direitos creditórios do segmento de serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (cedente); e (ii) ativos financeiros. Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são oriundos das contas de água e esgoto, arrecadados de acordo com os contratos de arrecadação do cedente.

O patrimônio do Fundo está representado por 300 cotas seniores e 15 cotas subordinadas. As cotas subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de resgate está sujeito ao pagamento de resgate das cotas seniores.

Em 31.12.2017, o Banco detinha a totalidade das 300 cotas seniores, sem participação em cotas subordinadas.

Fundos de Investimentos

BB Fund Class D

O BB Fund Class D é um fundo mútuo que tem por objetivo a valorização de suas cotas e rendimentos utilizando-se, majoritariamente, de aplicação dos seus recursos em papéis de dívida pública do governo e de empresas brasileiras lançados no mercado externo.

O Banco, indiretamente através da BB DTVM, administra e controla o Fundo.

BB Fund Class A

O BB Fund Class A é um fundo mútuo que tem por objetivo a valorização de suas cotas e rendimentos utilizando-se, majoritariamente, de aplicação dos seus recursos em títulos mobiliários de empresas brasileiras ou de outras economias emergentes no mercado externo.

O Banco, indiretamente através da BB DTVM, administra e controla o Fundo.

BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (BB DTVM Ações Saúde)

O BB DTVM Ações Saúde é um fundo mútuo que tem por objetivo aplicar seus recursos em fundos de investimento que componham uma carteira de ações de emissão de empresas relacionadas aos setores de seguridade, saúde, bem estar e consumo.

O Banco, indiretamente através da BB DTVM, administra e controla o Fundo.

BB DTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (BB DTVM Multimercado)

O BB DTVM Multimercado é um fundo mútuo que tem por objetivo a valorização de suas cotas, buscando a rentabilidade superior à variação do CDI, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento com perfis diferenciados e prazo médio da carteira superior a 365 dias.

O Banco, indiretamente através da BB DTVM, administra e controla o Fundo.

b) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

31.12.2017	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	2.859.539	14.722.710	123.763
Ativo não corrente	8.143.889	3.235.437	358.439
Passivo corrente	1.922.047	15.258.869	149.786
Passivo não corrente	428.138	333.736	63.758
Receitas	4.144.753	3.778.651	1.035.693
Lucro líquido	4.099.159	652.077	33.015
Resultado abrangente total	4.095.865	635.014	33.015
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.160.299	138.341	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,64%	41,03%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.378.957	267.547	5
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.910.951	970.582	62

31.12.2016	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	2.082.297	12.381.645	248.963
Ativo não corrente	8.155.261	3.141.292	237.267
Passivo corrente	1.680.429	12.970.803	237.749
Passivo não corrente	428.013	198.347	-
Receitas	4.266.823	3.695.130	1.020.404
Lucro líquido	4.108.823	609.514	22.631
Resultado abrangente total	4.141.283	609.514	22.631
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.111.445	154.882	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,64%	41,03%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.382.208	250.084	4
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.734.635	965.759	59

(1) Informações contábeis relativas às empresas BB Tecnologia e Serviços S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

31.12.2017	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A. (1)	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	506.255	-	1.713.560
Ativo não corrente	7.624.929	-	895.118
Passivo corrente	41.885	-	2.561.605
Passivo não corrente	427.383	-	-
Receitas	2.350.064	-	2.943.431
Lucro líquido	2.245.061	-	1.570.754
Resultado abrangente total	2.254.611	-	1.570.775

31.12.2016	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A. (1)	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	399.381	-	2.299.074
Ativo não corrente	8.297.818	-	818.751
Passivo corrente	609.907	-	3.055.859
Passivo não corrente	427.383	-	-
Receitas	2.641.740	1.473.839	2.989.756
Lucro líquido	2.522.511	1.445.680	1.609.938
Resultado abrangente total	2.554.964	1.445.680	1.609.944

(1) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016.

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização societária na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

BB Cor Participações S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 30.03.2016, a Assembleia Geral de Acionistas da Brasildental aprovou o aumento de capital da companhia, no valor de R\$ 4.500 mil, mediante a emissão de 180 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, na mesma proporção do número de ações de todas as espécies existentes, cabendo a cada acionista o exercício do direito de preferência sobre as ações idênticas às que era possuidor.

A aprovação do aumento de capital resultou na aquisição pela BB Seguros de 44.999 ações ON e 90.000 ações PN, no valor total de R\$ 3.375 mil, e pela Odontoprev de 45.001 ações ON, no valor total de R\$ 1.125 mil. A participação acionária da BB Seguros na Brasildental permanece inalterada em comparação à data de constituição da empresa.

IRB – Brasil Resseguros S.A.

Em função da reorganização societária planejada pelo IRB-Brasil Re no intuito de otimizar a gestão de seus ativos imobiliários, o Banco do Brasil, como acionista indireto do IRB-Brasil Re, submeteu à aprovação do Banco Central do Brasil, em 08.06.2015, a criação de uma *holding* (IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.) e de quatro sociedades de propósito específico (SPE). A referida autarquia emitiu parecer favorável em 17.11.2015.

A Assembleia Geral do IRB-Brasil Re aprovou, em 21.08.2015:

- a transformação do IRB-Brasil em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários, conforme Instrução CVM n.º 480/2009;
- a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 400/2003; e
- a reformulação e consolidação do Estatuto Social do IRB-Brasil Re, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Em 14.12.2015, o Conselho de Administração do IRB-Brasil Re aprovou os estatutos sociais da IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (IRB – PAR) e das SPEs, bem como a transferência dos imóveis que integrarão seu capital. Em 2016, foram lavradas as Escrituras Públicas de Constituição, obtidos os registros no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e os registros na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), tanto da IRB-PAR quanto das SPEs.

Em 18.02.2016, os ofertantes optaram pela não continuidade do processo de Oferta Pública Inicial (“IPO”) do IRB Brasil Re que se encontrava em curso na Bolsa de Valores e na CVM, tendo em vista as condições desfavoráveis do mercado de capitais brasileiro.

b) Reorganização societária na área de cartões

Stelo

Em 12.06.2015, a Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (Aliança), a qual tem como atividade principal participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista, adquiriu 30% do capital social da Stelo, mediante aumento de capital e emissão de novas ações por esta última. O movimento societário consolidou o previsto no Memorando de Entendimentos de 15.04.2014 entre a Alelo e a Cielo, controladora da Aliança.

Levando-se em consideração as participações indiretas do Banco na Cielo e na Alelo, por meio do BB Banco de Investimento S.A. e da BB Elo Cartões Participações S.A., respectivamente, a participação societária indireta total do Banco na Stelo é de 43,61%.

A Stelo iniciou suas operações em 2015 mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno)

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade foi constituída por um ativo intangível representado pelo direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30,00% para a BB Elo Cartões e 70,00% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

	Ações ON	Ações PN	Total
Participação acionária direta do BB - %	22,14	100,00	30,00
Participação acionária indireta total do BB - %	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.456.860 mil impactou o resultado do Banco no Exercício de 2015, conforme quadro a seguir:

	27.02.2015
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado consolidado (3+4)	3.456.860

Livelo

Em 14.05.2014, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Alelo iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios;
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa iniciou suas operações em 2016 mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

c) Outras movimentações societárias

Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - GIC

Em 14.06.2017, o Banco do Brasil firmou os documentos necessários à constituição da empresa Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC em conjunto com o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal, por meio de sua subsidiária Caixa Participações S.A. e o Banco Itaú Unibanco S.A. Cada uma das partes detêm 20% do capital social da GIC, sendo o controle da companhia compartilhado entre as partes.

A Bureau de Crédito desenvolverá um banco de dados com objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis. Tal atuação propiciará, através de um conhecimento mais profundo do perfil das pessoas físicas e jurídicas, um significativo aperfeiçoamento dos nossos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito realizados pelos entes participantes do Sistema Financeiro Nacional, resultando, assim, na melhoria do ambiente de crédito do país em uma perspectiva de médio e longo prazos. As partes estimam que a Companhia estará integralmente operacional em 2019.

O aporte de capital ocorreu em julho de 2017, sendo o valor do investimento reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- Os investimentos em entidades controladas em conjunto (joint ventures) são consolidados proporcionalmente à participação do Banco;
- As receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- O montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- Mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 5 e 26. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2017							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	144.675.094	28.620	82.845	16.874.226	340.208	820.495	(771.641)	162.049.847
Despesas de juros	(90.017.813)	(343.279)	-	-	(16.326)	(116.176)	788.160	(89.705.434)
Receita líquida de juros	54.657.281	(314.659)	82.845	16.874.226	323.882	704.319	16.519	72.344.413
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(22.189.218)	-	-	-	(822)	-	(792)	(22.190.832)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	32.468.063	(314.659)	82.845	16.874.226	323.060	704.319	15.727	50.153.581
Receitas não de juros	23.952.560	1.215.156	2.078.783	7.069.886	5.700.781	1.874.398	(1.931.824)	39.959.740
Receita líquida de tarifas e comissões	16.254.918	813.134	2.070.708	2.739.479	4.232.116	1.770.635	(1.457.799)	26.423.191
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(441.024)	104.492	(7.820)	(79.099)	-	(25.231)	88.528	(360.154)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(58.305)	69.266	(1.500)	2.421	-	-	-	11.882
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	149.050	9.106	-	46.993	(84.696)	-	-	120.453
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.363.427	-	-	200.908	4.564.335
Outras receitas operacionais	8.047.921	219.158	17.395	(3.335)	1.553.361	128.994	(763.461)	9.200.033
Despesas não de juros	(49.999.602)	(147.352)	(299.693)	(17.653.388)	(3.461.543)	(1.464.735)	1.916.097	(71.110.216)
Despesas com pessoal	(20.609.602)	(58.391)	(91.796)	(583.673)	(218.063)	(380.530)	8.691	(21.933.364)
Despesas administrativas	(11.533.956)	(17.317)	(24.432)	(704.778)	(549.367)	(563.682)	1.426.478	(11.967.054)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.808.460)	(80.387)	(147.448)	(751.811)	(547.289)	(261.543)	-	(6.596.938)
Amortização de ativos intangíveis	(2.092.504)	-	-	(83.827)	(27.038)	(1.945)	-	(2.205.314)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.522.003)	543	1.004	(54.072)	(10.184)	(5.072)	-	(2.589.784)
Depreciação	(1.158.353)	-	-	(24.350)	(111.517)	(16.325)	-	(1.310.545)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(7.274.724)	8.200	(37.021)	(15.450.877)	(1.998.085)	(235.638)	480.928	(24.507.217)
Lucro antes dos impostos	6.421.021	753.145	1.861.935	6.290.724	2.562.298	1.113.982	-	19.003.105
Impostos	(1.785.920)	(263.138)	(829.339)	(2.302.994)	(890.081)	(270.823)	-	(6.342.295)
Correntes	(880.247)	(317.396)	(828.797)	(2.341.170)	(852.477)	(257.395)	-	(5.477.482)
Diferidos	(905.673)	54.258	(542)	38.176	(37.604)	(13.428)	-	(864.813)
Lucro líquido do período	4.635.101	490.007	1.032.596	3.987.730	1.672.217	843.159	-	12.660.810
Atribuível aos acionistas controladores	4.352.377	490.007	1.032.596	2.620.425	1.672.217	843.154	-	11.010.776
Atribuível às participações de acionistas não controladores	282.724	-	-	1.367.305	-	5	-	1.650.034
Total dos ativos	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056
Total dos passivos	1.308.451.657	4.940.858	1.510.076	201.527.919	24.631.666	3.841.641	(20.592.163)	1.524.311.654
Total do patrimônio líquido	96.730.320	3.074.109	138.722	7.597.003	8.418.684	2.783.992	(20.019.428)	98.723.402

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

	Exercício/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	171.882.246	142.199	98.673	17.320.074	435.653	848.725	(813.081)	189.914.489
Despesas de juros	(111.617.219)	(446.286)	-	-	(17.586)	(113.930)	929.757	(111.265.264)
Receita líquida de juros	60.265.027	(304.087)	98.673	17.320.074	418.067	734.795	116.676	78.649.225
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(25.620.735)	-	-	-	(1.368)	-	(133.487)	(25.755.590)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	34.644.292	(304.087)	98.673	17.320.074	416.699	734.795	(16.811)	52.893.635
Receitas não de juros	22.719.618	1.021.136	1.632.997	7.167.673	6.429.356	1.753.575	(1.825.572)	38.898.783
Receita líquida de tarifas e comissões	15.591.807	759.925	1.621.910	2.397.260	4.686.500	1.574.328	(1.561.000)	25.070.730
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.850.118)	(160.989)	-	(113.233)	-	(31.622)	89.587	(2.066.375)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	26.017	7.272	(1.948)	(251)	-	-	-	31.090
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	21.557	(19.096)	-	(37.405)	(62.450)	147	-	(97.247)
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.699.278	-	-	272.281	4.971.559
Outras receitas operacionais	8.930.355	434.024	13.035	222.024	1.805.306	210.722	(626.440)	10.989.026
Despesas não de juros	(53.680.493)	(511.026)	(275.163)	(17.705.061)	(4.085.385)	(1.577.088)	1.842.383	(75.991.833)
Despesas com pessoal	(22.690.269)	(77.778)	(89.864)	(582.249)	(327.618)	(363.863)	8.626	(24.123.015)
Despesas administrativas	(11.681.289)	(30.078)	(21.626)	(736.160)	(738.530)	(506.281)	1.514.368	(12.199.596)
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.039.720)	(63.311)	(118.507)	(682.481)	(609.795)	(241.788)	3.999	(6.751.603)
Amortização de ativos intangíveis	(2.219.714)	(1.660)	-	(71.523)	(62.706)	(1.969)	-	(2.357.572)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(1.971.062)	(207)	(1.282)	(5.531)	(16.273)	(59.594)	-	(2.053.949)
Depreciação	(1.151.913)	(3.165)	-	(20.546)	(123.089)	(11.568)	-	(1.310.281)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(8.926.526)	(334.827)	(43.884)	(15.606.571)	(2.207.374)	(392.025)	315.390	(27.195.817)
Lucro antes dos impostos	3.683.417	206.023	1.456.507	6.782.686	2.760.670	911.282	-	15.800.585
Impostos	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	-	(6.091.990)
Correntes	(4.621.409)	(88.800)	(649.169)	(2.573.939)	(909.948)	(236.210)	-	(9.079.475)
Diferidos	2.921.241	49.271	538	2.594	(36.997)	50.838	-	2.987.485
Lucro líquido do período	1.983.249	166.494	807.876	4.211.341	1.813.725	725.910	-	9.708.595
Atribuível aos acionistas controladores	1.696.242	166.494	807.876	2.823.312	1.813.725	725.907	-	8.033.556
Atribuível às participações de acionistas não controladores	287.007	-	-	1.388.029	-	3	-	1.675.039
Total dos ativos	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223
Total dos passivos	1.351.470.437	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.683.305	(14.605.452)	1.529.237.471
Total do patrimônio líquido	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)	87.193.752

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

	Exercício/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	188.448.726	75.343	85.518	14.615.813	589.751	738.522	(629.587)	203.924.086
Despesas de juros	(142.713.651)	(332.921)	-	-	(17.390)	(64.496)	745.735	(142.382.723)
Receita líquida de juros	45.735.075	(257.578)	85.518	14.615.813	572.361	674.026	116.148	61.541.363
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(23.785.790)	-	-	-	(680)	-	(128.724)	(23.915.194)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	21.949.285	(257.578)	85.518	14.615.813	571.681	674.026	(12.576)	37.626.169
Receitas não de juros	24.790.679	1.082.033	1.490.771	7.174.092	11.226.359	1.676.455	(1.938.527)	45.501.862
Receita líquida de tarifas e comissões	13.719.098	659.866	1.473.375	2.046.244	4.078.936	1.413.101	(1.420.590)	21.970.030
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.607.135	(13.087)	-	(104.613)	-	(491)	81.637	2.570.581
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(618.849)	10.464	(6.591)	(250)	-	-	-	(615.226)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	3.596.068	4.917	-	1.496	50.480	6.884	-	3.659.845
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	5.067.317	-	-	258.335	5.325.652
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	5.487.227	419.873	23.987	163.898	7.096.943	256.961	(857.909)	12.590.980
Despesas não de juros	(51.276.317)	(533.505)	(261.035)	(15.117.743)	(4.278.761)	(1.438.584)	1.924.059	(70.981.886)
Despesas com pessoal	(21.535.726)	(68.923)	(85.266)	(585.320)	(315.400)	(339.493)	8.615	(22.921.513)
Despesas administrativas	(11.203.597)	(39.225)	(23.520)	(766.482)	(677.060)	(468.930)	1.401.172	(11.777.642)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.143.061)	(59.027)	(106.115)	(632.191)	(1.063.334)	(218.675)	7	(6.222.396)
Amortização de ativos intangíveis	(2.263.277)	(1.402)	-	(55.107)	(61.595)	(2.113)	-	(2.383.494)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(3.437.149)	1.095	(1.078)	(20.541)	(10.157)	(31.125)	-	(3.498.955)
Depreciação	(1.117.264)	(3.417)	-	(20.609)	(139.832)	(9.182)	-	(1.290.304)
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	(7.576.243)	(362.606)	(45.056)	(13.037.493)	(2.011.383)	(369.066)	514.265	(22.887.582)
Lucro antes dos impostos	(4.536.353)	290.950	1.315.254	6.672.162	7.519.279	911.897	(27.044)	12.146.145
Impostos	9.758.764	(80.414)	(542.320)	(2.391.216)	(2.532.534)	(234.656)	17.774	3.995.398
Correntes	(820.896)	(126.516)	(541.586)	(2.395.164)	(4.397.030)	(202.486)	-	(8.483.678)
Diferidos	10.579.660	46.102	(734)	3.948	1.864.496	(32.170)	17.774	12.479.076
Lucro líquido do período	5.222.411	210.536	772.934	4.280.946	4.986.745	677.241	(9.270)	16.141.543
Atribuível aos acionistas controladores	4.899.827	210.536	772.934	2.861.553	4.986.745	677.234	(9.270)	14.399.559
Atribuível às participações de acionistas não controladores	322.584	-	-	1.419.393	-	7	-	1.741.984
Total dos ativos	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011
Total dos passivos	1.358.880.439	3.937.451	1.132.134	140.402.507	7.536.739	4.136.328	(13.522.760)	1.502.502.838
Total do patrimônio líquido	79.779.697	2.886.842	131.629	6.395.220	6.289.356	3.396.971	(17.343.542)	81.536.173

(1) Inclui, no segmento Meios de Pagamento, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento.

(2) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2017								Consolidado IFRS
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾						Transações Intersegmentos	
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros		
Receitas de juros	162.049.847	(5.733.688)	-	-	(16.596.162)	56.909	-	(13.292)	139.763.614
Despesas de juros	(89.705.434)	3.158.776	-	-	-	16.326	-	(3.567)	(86.533.899)
Receita líquida de juros	72.344.413	(2.574.912)	-	-	(16.596.162)	73.235	-	(16.859)	53.229.715
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(22.190.832)	(513.278)	-	-	-	822	-	(161.079)	(22.864.367)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	50.153.581	(3.088.190)	-	-	(16.596.162)	74.057	-	(177.938)	30.365.348
Receitas não de juros	39.959.740	(290.881)	975.610	-	(2.013.332)	(5.202.725)	-	515.582	33.943.994
Receita líquida de tarifas e comissões	26.423.191	(594.484)	-	-	11.058	(4.194.623)	-	426.146	22.071.288
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(360.154)	(58.113)	-	-	79.099	-	-	(88.528)	(427.696)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	11.882	437.594	22.375	-	23	-	-	-	471.874
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	120.453	124.948	975.922	-	2.077.529	452.126	-	-	3.750.978
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.564.335	-	-	-	(4.363.427)	-	-	(200.908)	-
Outras receitas operacionais	9.200.033	(200.826)	(22.687)	-	182.386	(1.460.228)	-	378.872	8.077.550
Despesas não de juros	(71.110.216)	2.430.033	123.516	-	17.259.201	3.417.158	(175.348)	(323.225)	(48.378.881)
Despesas com pessoal	(21.933.364)	628.540	-	-	530.456	214.422	-	(79)	(20.560.025)
Despesas administrativas	(11.967.054)	518.850	-	-	520.542	548.264	(8)	(221.687)	(10.601.093)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.596.938)	195.323	-	-	402.975	516.432	-	-	(5.482.208)
Amortização de ativos intangíveis	(2.205.314)	(321.954)	-	-	83.827	27.038	-	-	(2.416.403)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.589.784)	(305.203)	-	-	51.934	10.069	-	-	(2.832.984)
Depreciação	(1.310.545)	11.993	-	-	24.142	111.517	71	-	(1.162.822)
Outras despesas operacionais	(24.507.217)	1.702.484	123.516	-	15.645.325	1.989.416	(175.411)	(101.459)	(5.323.346)
Lucro antes dos impostos	19.003.105	(949.038)	1.099.126	-	(1.350.293)	(1.711.510)	(175.348)	14.419	15.930.461
Impostos	(6.342.295)	621.355	(55.582)	-	1.384.938	736.426	-	-	(3.655.158)
Correntes	(5.477.482)	85.939	-	-	1.387.860	712.998	-	-	(3.290.685)
Diferidos	(864.813)	535.416	(55.582)	-	(2.922)	23.428	-	-	(364.473)
Lucro líquido do período	12.660.810	(327.683)	1.043.544	-	34.645	(975.084)	(175.348)	14.419	12.275.303
Atribuível aos acionistas controladores	11.010.776	(312.506)	1.043.544	-	22.993	(975.084)	(175.348)	14.419	10.628.794
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.650.034	(15.177)	-	-	11.652	-	-	-	1.646.509
Total dos ativos	1.623.035.056	(55.050.661)	549.187	-	(195.865.243)	(25.989.661)	(2.252)	6.398.616	1.353.075.042
Total dos passivos	1.524.311.654	(55.923.965)	55.925	-	(196.922.238)	(23.929.282)	-	4.244.520	1.251.836.614
Total do patrimônio líquido	98.723.402	873.304	493.262	-	1.056.995	(2.060.379)	(2.252)	2.154.096	101.238.428
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	95.325.729	744.924	493.262	-	701.453	(2.060.379)	(2.252)	2.154.096	97.356.833
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.397.673	128.380	-	-	355.542	-	-	-	3.881.595

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais *versus* os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

	Exercício/2016								Consolidado IFRS
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾						Transações Intersegmentos	
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros		
Receitas de juros	189.914.489	(4.822.988)	-	-	(17.071.884)	103.065	(6.840)	(76.606)	168.039.236
Despesas de juros	(111.265.264)	5.157.970	-	-	-	17.586	-	(35.187)	(106.124.895)
Receita líquida de juros	78.649.225	334.982	-	-	(17.071.884)	120.651	(6.840)	(111.793)	61.914.341
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	13.867	-	-	-	-	-	-	13.867
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(25.755.590)	(2.635.414)	-	-	-	1.368	-	(30.519)	(28.420.155)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	52.893.635	(2.286.565)	-	-	(17.071.884)	122.019	(6.840)	(142.312)	33.508.053
Receitas não de juros	38.898.783	(242.153)	784.859	-	(1.724.536)	(5.873.627)	(56.069)	403.690	32.190.947
Receita líquida de tarifas e comissões	25.070.730	(394.811)	-	-	266.697	(4.638.449)	(27.090)	570.709	20.847.786
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.066.375)	(25.112)	95.944	-	113.233	-	14.290	(89.587)	(1.957.607)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	31.090	175.330	(78.637)	-	280	-	-	-	128.063
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(97.247)	115.577	1.058.876	-	2.452.240	430.583	(147)	-	3.959.882
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.971.559	-	-	-	(4.699.278)	-	-	(272.281)	-
Outras receitas operacionais	10.989.026	(113.137)	(291.324)	-	142.292	(1.665.761)	(43.122)	194.849	9.212.823
Despesas não de juros	(75.991.833)	57.509	329.108	-	16.995.646	4.037.017	30.174	(266.194)	(54.808.573)
Despesas com pessoal	(24.123.015)	633.781	19.893	-	529.624	324.282	-	(74)	(22.615.509)
Despesas administrativas	(12.199.596)	541.631	14.768	-	513.865	737.422	30.808	(324.286)	(10.685.388)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.751.603)	167.282	7.029	-	336.894	580.302	4.337	(3.999)	(5.659.758)
Amortização de ativos intangíveis	(2.357.572)	(385.452)	1.660	-	71.523	62.706	-	-	(2.607.135)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.053.949)	(976.569)	15	-	2.381	16.273	-	-	(3.011.849)
Depreciação	(1.310.281)	14.442	3.165	-	20.344	123.089	73	-	(1.149.168)
Outras despesas operacionais	(27.195.817)	62.394	282.578	-	15.521.015	2.192.943	(5.044)	62.165	(9.079.766)
Lucro antes dos impostos	15.800.585	(2.471.209)	1.113.967	-	(1.800.774)	(1.714.591)	(32.735)	(4.816)	10.890.427
Impostos	(6.091.990)	1.564.564	(50.565)	-	1.700.906	689.349	(43.114)	-	(2.230.850)
Correntes	(9.079.475)	17.719	642	-	1.703.500	722.008	38	-	(6.635.568)
Diferidos	2.987.485	1.546.845	(51.207)	-	(2.594)	(32.659)	(43.152)	-	4.404.718
Lucro líquido do período	9.708.595	(906.645)	1.063.402	-	(99.868)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	8.659.577
Atribuível aos acionistas controladores	8.033.556	(869.723)	1.063.402	-	(94.047)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	7.027.281
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.675.039	(36.922)	-	-	(5.821)	-	-	-	1.632.296
Total dos ativos	1.616.431.223	(53.526.881)	79.613	-	(170.504.199)	(7.703.956)	(545.847)	2.985.733	1.387.215.686
Total dos passivos	1.529.237.471	(55.042.627)	(326.284)	-	(171.409.306)	(6.466.918)	74.865	1.071.792	1.297.138.993
Total do patrimônio líquido	87.193.752	1.515.746	405.897	-	905.107	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	90.076.693
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	83.980.784	1.372.152	405.897	-	561.216	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	86.376.240
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.212.968	143.594	-	-	343.891	-	-	-	3.700.453

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

	Exercício/2015								Consolidado IFRS
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Interseções	
Receitas de juros	203.924.086	(6.862.931)	(421)	900	(14.405.702)	(169.498)	(41.826)	(75.737)	182.368.871
Despesas de juros	(142.382.723)	5.773.269	-	-	-	17.391	-	(28.857)	(136.620.920)
Receita líquida de juros	61.541.363	(1.089.662)	(421)	900	(14.405.702)	(152.107)	(41.826)	(104.594)	45.747.951
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	5.863	-	-	-	-	-	-	5.863
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(23.915.194)	656.197	-	-	-	680	-	(30.651)	(23.288.968)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	37.626.169	(427.602)	(421)	900	(14.405.702)	(151.427)	(41.826)	(135.245)	22.464.846
Receitas não de juros	45.501.862	(4.100.734)	654.466	(900)	(1.826.778)	(2.571.414)	(103.529)	484.553	38.037.526
Receita líquida de tarifas e comissões	21.970.030	(299.737)	38	-	429.062	(4.039.776)	(206)	461.941	18.521.352
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.570.581	(799.004)	12.191	-	104.613	-	1.721	(81.637)	1.808.465
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(615.226)	18.429	303	-	250	(3)	-	-	(596.247)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	3.659.845	(3.264.586)	976.709	-	2.698.439	329.463	(6.884)	-	4.392.986
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	5.325.652	-	-	-	(5.067.317)	-	-	(258.335)	-
Outras receitas operacionais	12.590.980	244.164	(334.775)	(900)	8.175	1.138.902	(98.160)	362.584	13.910.970
Despesas não de juros	(70.981.886)	2.815.304	360.622	-	14.557.280	3.184.152	(886)	(299.454)	(50.364.868)
Despesas com pessoal	(22.921.513)	716.234	22.107	-	541.082	312.500	6	(9)	(21.329.593)
Despesas administrativas	(11.777.642)	371.582	22.541	-	520.049	675.921	2.926	(196.339)	(10.380.962)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.222.396)	162.946	10.383	-	431.972	(23.207)	383	-	(5.639.919)
Amortização de ativos intangíveis	(2.383.494)	(455.160)	1.402	-	55.107	61.595	-	-	(2.720.550)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(3.498.955)	(687.626)	(1.345)	-	24.196	10.157	-	-	(4.153.573)
Depreciação	(1.290.304)	2.587	3.417	-	20.493	139.832	71	-	(1.123.904)
Outras despesas operacionais	(22.887.582)	2.704.741	302.117	-	12.964.381	2.007.354	(4.272)	(103.106)	(5.016.367)
Lucro antes dos impostos	12.146.145	(1.713.032)	1.014.667	-	(1.675.200)	461.311	(146.241)	49.854	10.137.504
Impostos	3.995.398	(38.617)	(41.320)	-	1.603.996	126.122	32.730	(17.774)	5.660.535
Correntes	(8.483.678)	54.468	3	-	1.607.944	675.820	63	-	(6.145.380)
Diferidos	12.479.076	(93.085)	(41.323)	-	(3.948)	(549.698)	32.667	(17.774)	11.805.915
Lucro líquido do período	16.141.543	(1.751.649)	973.347	-	(71.204)	587.433	(113.511)	32.080	15.798.039
Atribuível aos acionistas controladores	14.399.559	(1.737.114)	973.347	-	(72.213)	587.433	(113.510)	32.080	14.069.582
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.741.984	(14.535)	-	-	1.009	-	(1)	-	1.728.457
Total dos ativos	1.584.039.011	(53.959.105)	123.804	-	(135.409.582)	(7.429.011)	(546.417)	2.045.829	1.388.864.529
Total dos passivos	1.502.502.838	(57.554.840)	(187.580)	-	(136.337.046)	(6.929.342)	14.198	1.126.307	1.302.634.535
Total do patrimônio líquido	81.536.173	3.595.735	311.384	-	927.464	(499.669)	(560.615)	919.522	86.229.994
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	78.408.096	3.400.781	311.384	-	577.752	(499.669)	(560.615)	919.522	82.557.251
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.128.077	194.954	-	-	349.712	-	-	-	3.672.743

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

i) Operações internacionais
Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil		Outros países		Total
	Exercício/2017	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2017
Ativo	1.273.527.572	252.559.653	(173.012.183)	79.547.470	1.353.075.042
Receitas	175.475.087	6.987.278	(8.754.757)	(1.767.479)	173.707.608
Despesas	(160.169.199)	(6.163.314)	4.900.208	(1.263.106)	(161.432.305)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	17.945.782	1.839.228	(3.854.549)	(2.015.321)	15.930.461
Lucro/(prejuízo) líquido	15.305.888	823.964	(3.854.549)	(3.030.585)	12.275.303

	Brasil		Outros países		Total
	Exercício/2016	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2016
Ativo	1.297.541.958	265.758.544	(176.084.816)	89.673.728	1.387.215.686
Receitas	186.474.824	21.943.849	(8.188.490)	13.755.359	200.230.183
Despesas	(174.374.581)	(21.443.833)	4.247.808	(17.196.025)	(191.570.606)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	14.421.946	409.163	(3.940.682)	(3.531.519)	10.890.427
Lucro/(prejuízo) líquido	12.100.243	500.016	(3.940.682)	(3.440.666)	8.659.577

	Brasil		Outros países		Total
	Exercício/2015	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2015
Ativo	1.256.650.895	322.586.714	(190.373.080)	132.213.634	1.388.864.529
Receitas	213.404.699	14.827.442	(7.825.744)	7.001.698	220.406.397
Despesas	(193.140.985)	(14.578.083)	3.110.710	(11.467.373)	(204.608.358)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	14.599.513	253.025	(4.715.034)	(4.462.009)	10.137.504
Lucro/(prejuízo) líquido	20.263.714	249.359	(4.715.034)	(4.465.675)	15.798.039

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul e América do Norte e para os ativos são oriundas das dependências localizadas na Europa e América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

j) Investimentos em coligadas e joint ventures e ativos não circulantes

	31.12.2017						Consolidado IFRS
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	
Investimentos em coligadas e joint ventures	5.379.727	1.652.561	-	7.475.845	5.993.689	30.231	20.532.053
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	14.977.257	-	-	5.545	-	98.468	15.081.270
Ativo Imobilizado	7.374.625	-	-	-	-	91.525	7.466.150
Ágio sobre investimentos	591.582	-	-	-	-	-	591.582
Intangíveis	7.011.050	-	-	5.545	-	6.943	7.023.538

	31.12.2016						Consolidado IFRS
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	
Investimentos em coligadas e joint ventures	5.122.151	1.243.819	-	8.209.239	5.063.337	3.338	19.641.884
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	16.276.504	-	-	3.784	-	77.485	16.357.773
Ativo Imobilizado	7.542.156	-	-	-	-	71.903	7.614.059
Ágio sobre investimentos	591.582	-	-	-	-	-	591.582
Intangíveis	8.142.766	-	-	3.784	-	5.582	8.152.132

(1) Exceto instrumentos financeiros, ativo fiscal diferido, benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguro.

k) Receitas por segmento

	Exercício/2017					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receita de juros	144.675.094	28.620	82.845	16.874.226	340.208	820.495
Receitas de clientes externos	144.145.256	25.410	719	16.671.297	301.548	709.987
Receitas de transações intersegmentos	529.838	3.210	82.126	202.929	38.660	110.508
Receita não de juros	23.952.560	1.215.156	2.078.783	7.069.886	5.700.781	1.874.398
Receitas de clientes externos	23.095.430	845.643	2.048.304	7.056.594	5.696.571	842.393
Receitas de transações intersegmentos	857.130	369.513	30.479	13.292	4.210	1.032.005

	Exercício/2016					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receita de juros	171.882.246	142.199	98.673	17.320.074	435.653	848.725
Receitas de clientes externos	171.091.955	139.658	2.355	17.151.364	395.314	709.093
Receitas de transações intersegmentos	790.291	2.541	96.318	168.710	40.339	139.632
Receita não de juros	22.719.618	1.021.136	1.632.997	7.167.673	6.429.356	1.753.575
Receitas de clientes externos	21.330.158	719.985	1.606.092	7.152.440	6.343.706	732.350
Receitas de transações intersegmentos	1.389.460	301.151	26.905	15.233	85.650	1.021.225

	Exercício/2015					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receita de juros	188.448.726	75.343	85.518	14.615.813	589.751	738.522
Receitas de clientes externos	187.988.059	74.089	1.989	14.419.930	572.947	653.453
Receitas de transações intersegmentos	460.667	1.254	83.529	195.883	16.804	85.069
Receita não de juros	24.790.679	1.082.033	1.490.771	7.174.092	11.226.359	1.676.455
Receitas de clientes externos	23.742.456	856.479	1.462.600	7.157.103	11.183.917	689.411
Receitas de transações intersegmentos	1.048.223	225.554	28.171	16.989	42.442	987.044

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de juros	139.763.614	168.039.236	182.368.871
Empréstimos a clientes ⁽¹⁾	76.019.445	94.960.406	100.958.745
Aplicações em operações compromissadas	38.691.418	46.280.245	39.128.311
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽²⁾	10.148.362	13.492.530	12.321.800
Depósitos compulsórios em bancos centrais	3.862.405	5.551.256	4.892.949
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.286.916	975.138	403.494
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	798.144	652.540	850.016
Empréstimos a instituições financeiras ⁽³⁾	438.070	(4.092.386)	12.833.386
Outras receitas de juros ⁽⁴⁾	8.518.854	10.219.507	10.980.170
Despesas de juros	(86.533.899)	(106.124.895)	(136.620.920)
Obrigações por operações compromissadas	(40.359.127)	(48.741.310)	(41.614.206)
Depósitos de clientes	(27.607.036)	(33.018.398)	(33.148.160)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(26.120.571)	(16.534.266)	(60.730.755)
Obrigações com instituições financeiras ⁽⁵⁾	7.552.835	(7.830.921)	(616.426)
Outras despesas de juros	-	-	(511.373)
Receita líquida de juros	53.229.715	61.914.341	45.747.951

(1) Inclui receitas de juros reconhecidas sobre operações de crédito com redução ao valor recuperável no total de R\$ 12.453.462 mil no exercício de 2017 (R\$ 14.107.630 mil em 2016 e R\$ 9.062.234 mil em 2015).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 11.481 mil no exercício de 2017 (R\$ 107.849 mil em 2016 e R\$ 41.459 mil em 2015).

(3) A movimentação devedora no exercício/2016 deve-se à variação cambial negativa do período.

(4) Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

(5) A movimentação credora no exercício/2017 deve-se à variação cambial negativa entre moedas estrangeiras, referente a operações no exterior.

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Prestação de serviços a clientes	13.418.263	13.105.334	12.356.574
Conta corrente	6.112.664	5.356.082	4.469.595
Arrecadações	2.070.344	2.178.526	2.156.444
Rendas de cartões	1.768.480	1.647.428	2.092.746
Cobrança	1.449.887	1.685.602	1.706.885
Interbancária e transferência de recursos	779.291	907.610	789.113
Operações de crédito e cadastro	550.418	346.806	267.644
Câmbio	330.833	376.076	326.587
Rendas do mercado de capitais	175.730	146.503	125.359
Outros	180.616	460.701	422.201
Administração de recursos de terceiros	7.191.305	5.871.493	5.397.543
Comissões	3.769.902	3.860.250	3.518.383
Comercialização de seguros	2.274.716	2.390.894	2.164.023
Comercialização de produtos de previdência	646.163	574.577	474.141
Comercialização de produtos de capitalização	503.360	569.944	682.318
Colocação de títulos e valores mobiliários	345.663	324.835	197.901
Garantias prestadas	154.669	179.684	168.639
Outros serviços	249.720	323.291	262.157
Receita de tarifas e comissões	24.783.859	23.340.052	21.703.296
Despesa de tarifas e comissões	(2.712.571)	(2.492.266)	(3.181.944)
Prestação de serviços	(2.458.345)	(2.401.575)	(3.119.828)
Despesas de comissões	(6.792)	(1.318)	(8.942)
Outros serviços	(247.434)	(89.373)	(53.174)
Receita líquida de tarifas e comissões	22.071.288	20.847.786	18.521.352

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Instrumentos financeiros derivativos	(468.302)	(2.149.201)	1.457.132
Outros ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	40.606	191.594	351.333
Total	(427.696)	(1.957.607)	1.808.465

11 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Instrumentos de dívida	473.374	80.216	(594.433)
Instrumentos de patrimônio	(1.500)	47.847	(1.814)
Total	471.874	128.063	(596.247)

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Títulos e créditos a receber	2.220.488	2.281.901	1.053.278
Recuperação de encargos e despesas	2.045.656	1.390.011	1.302.481
Resultado com planos de benefícios – Acordos de superávit	646.880	1.057.658	1.355.063
Reversão de provisões para pagamentos diversos	599.243	367.803	51.929
Operações com cartões	578.907	564.500	779.601
Ganhos com conversão de investimentos no exterior	346.511	-	3.365.755
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽¹⁾	303.622	337.916	124.142
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	268.302	1.650.309	(2.263.947)
Ganhos na alienação de valores e bens ⁽²⁾	201.265	219.041	5.960.442
Variação cambial sobre operações com cartões	82.983	-	-
Ganhos com planos de benefícios – Plano 1 – Previ ⁽³⁾	17.199	24.175	358.000
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	(2.347)	-
Outras	766.494	1.321.856	1.824.226
Total	8.077.550	9.212.823	13.910.970

(1) Refere-se principalmente a atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(2) Em 2015, refere-se principalmente ao reconhecimento do ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo.

(3) Refere-se ao reconhecimento no resultado de certos componentes de custo de planos de benefícios definidos.

Outras despesas operacionais	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização de obrigações atuariais	(1.410.216)	(1.582.343)	(994.028)
Bônus de relacionamento negocial	(1.066.531)	(698.371)	(87.246)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(1.026.712)	(1.365.510)	(934.671)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(294.300)	(205.872)	(226.384)
Remuneração pelas transações do Banco Postal ⁽¹⁾	(236.936)	(1.358.351)	(1.169.547)
(Constituição)/reversão de perdas em outros ativos	(219.953)	(316.454)	(287.334)
Prêmio de seguro de vida – crédito direto ao consumidor	(132.000)	(159.692)	(174.157)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(72.473)	(93.889)	(87.261)
Comissões por recebimento de créditos	(67.796)	(68.620)	(62.088)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(54.015)	(64.652)	(33.637)
Atualização de valores a liberar	(46.652)	(69.516)	(89.490)
Despesas com Proagro	(23.185)	(38.922)	(30.600)
Prestação de garantia, fiança ou aval	(23.173)	(253.719)	(396.291)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(20.520)	(21.990)	(25.592)
Ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(10.222)	(13.482)	(3.721)
Perdas com conversão de investimentos no exterior	-	(1.835.683)	-
Ajuste ao valor recuperável do ágio	-	(47.510)	-
Atualização monetária de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	(5.346)
(Constituição)/Reversão de perdas por desvalorização de valores e bens	34.693	(3.734)	29.284
Ganhos/(perdas) de capital	326.829	(75.569)	(74.559)
Outras	(980.184)	(805.887)	(363.699)
Total	(5.323.346)	(9.079.766)	(5.016.367)

(1) Despesas oriundas da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Proventos	(11.174.867)	(13.747.010)	(12.099.614)
Encargos sociais	(3.957.025)	(4.075.749)	(4.179.498)
Benefícios	(3.021.203)	(2.808.033)	(2.586.349)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(1.422.159)	(1.015.628)	(1.827.984)
Previdência complementar	(874.807)	(853.203)	(520.495)
Treinamentos	(64.030)	(66.705)	(69.925)
Honorários de diretores e conselheiros	(45.934)	(49.181)	(45.728)
Total	(20.560.025)	(22.615.509)	(21.329.593)

(1) Inclui o montante de R\$ 12.190 mil no Exercício/2017 (R\$ 12.190 mil em 2016 e R\$ 11.554 mil em 2015) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 37.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(1.565.351)	(1.449.876)	(1.306.605)
Serviços contratados de terceiros	(1.466.061)	(1.302.182)	(1.427.930)
Serviços de vigilância e segurança	(1.240.640)	(1.240.053)	(1.112.808)
Gastos com comunicações	(1.108.436)	(1.152.173)	(1.165.896)
Transporte	(1.073.546)	(1.091.907)	(1.115.334)
Processamento de dados	(891.675)	(782.807)	(918.313)
Manutenção e conservação de bens	(726.275)	(921.496)	(714.403)
Serviços técnicos especializados	(583.457)	(455.751)	(369.942)
Água, energia e gás	(491.613)	(534.835)	(514.089)
Propaganda e publicidade	(392.218)	(317.599)	(381.395)
Promoções e relações públicas	(177.408)	(245.838)	(261.214)
Viagens	(115.102)	(101.223)	(147.938)
Material de escritório e similar	(113.012)	(119.373)	(126.759)
Contribuições filantrópicas	(66.507)	(82.986)	(60.370)
Outras	(589.792)	(887.289)	(757.966)
Total	(10.601.093)	(10.685.388)	(10.380.962)

15 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A tabela seguinte fornece uma conciliação entre os itens do balanço patrimonial e as categorias de instrumentos financeiros.

Saldo em 31.12.2017	Nota	Mantido para negociação	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	Outros – Custo amortizado	Total
Ativo							
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	-	13.471.112	-	13.471.112
Depósitos compulsórios em bancos centrais	[17]	-	-	-	69.081.139	-	69.081.139
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	[18]	-	-	-	35.116.862	-	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	-	348.186.760	-	348.186.760
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	8.453.138	-	-	-	-	8.453.138
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	-	120.214.877	-	-	-	120.214.877
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	-	-	10.457.429	-	-	10.457.429
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	[23]	-	-	-	585.190.941	-	585.190.941
Total		8.453.138	120.214.877	10.457.429	1.051.046.814	-	1.190.172.258
Passivo							
Depósitos de clientes	[31]	-	-	-	-	426.076.603	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	-	-	24.649.124	24.649.124
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	789.887	-	-	-	-	789.887
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	-	-	376.242.695	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	-	-	337.982.290	337.982.290
Total		789.887	-	-	-	1.164.950.712	1.165.740.599

Saldo em 31.12.2016	Nota	Mantido para negociação	Designado a valor justo	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	Outros – Custo amortizado	Total
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	-	-	12.798.204	-	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	[17]	-	-	-	-	63.451.094	-	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	[18]	-	-	-	-	49.119.008	-	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	-	-	371.682.685	-	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	7.669.398	-	-	-	-	-	7.669.398
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	-	-	104.669.675	-	-	-	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	-	-	-	9.120.261	-	-	9.120.261
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	[23]	-	-	-	-	603.856.735	-	603.856.735
Total		7.669.398	-	104.669.675	9.120.261	1.100.907.726	-	1.222.367.060
Passivo								
Depósitos de clientes	[31]	-	-	-	-	-	425.315.886	425.315.886
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	-	-	-	21.276.934	21.276.934
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	1.870.391	364.455	-	-	-	-	2.234.846
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	-	-	-	374.634.032	374.634.032
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	-	-	-	368.350.768	368.350.768
Total		1.870.391	364.455	-	-	-	1.189.577.620	1.191.812.466

(1) Inclui o saldo de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16).

16 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários	13.471.112	12.798.204
Disponibilidades em moeda nacional	8.744.588	7.824.081
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.726.524	4.974.123
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	33.703.045	90.317.899
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.121.240	32.037.173
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	11.581.805	58.269.836
Aplicações em moeda estrangeira	-	10.890
Total de caixa e equivalentes de caixa	47.174.157	103.116.103

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

17 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS

	31.12.2017	31.12.2016
Sem remuneração ⁽¹⁾	11.744.668	11.443.864
Banco Central do Brasil	11.744.668	11.443.864
Com remuneração	57.336.471	52.007.230
Banco Central do Brasil	57.336.471	52.007.230
Total	69.081.139	63.451.094

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

18 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.836.568	34.028.987
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	10.280.294	15.090.021
Total	35.116.862	49.119.008

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		
Saldo inicial	-	(13.867)
Reversão	-	13.867
Saldo final	-	-

19 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2017	31.12.2016
Revendas a liquidar – posição bancada	11.647.612	58.281.504
Letras Financeiras do Tesouro	10.813.722	58.180.683
Letras do Tesouro Nacional	612.933	-
Outros títulos	220.957	100.821
Revendas a liquidar – posição financiada ⁽¹⁾	336.539.148	313.401.181
Letras Financeiras do Tesouro	333.060.713	219.292.289
Letras do Tesouro Nacional	3.016.349	45.437.404
Notas do Tesouro Nacional	-	48.526.197
Outros títulos	462.086	145.291
Total	348.186.760	371.682.685

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 33, subgrupo carteira de terceiros.

20 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida	7.735.230	6.029.961
Títulos de governos estrangeiros	2.951.606	2.866.308
Títulos públicos federais brasileiros	2.904.786	1.870.012
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1.400.864	1.052.326
Títulos emitidos por empresas não financeiras	461.784	117.473
Títulos emitidos por empresas financeiras	8.331	68.037
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.859	55.805
Instrumentos de patrimônio	62.989	26.874
Ações negociáveis	62.989	26.874
Total de instrumentos de dívida e patrimônio	7.798.219	6.056.835
Instrumentos financeiros derivativos ativos	654.919	1.612.563
Swaps	386.920	1.128.169
Operações a termo	127.878	253.699
Opções	123.557	193.414
Outros ⁽¹⁾	16.564	37.281
Total	8.453.138	7.669.398

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos financeiros derivativos passivos	789.887	1.870.391
Swaps	467.523	1.190.214
Operações a termo	232.568	582.138
Opções	19.611	30.656
Outros	70.185	67.383
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	364.455
Total	789.887	2.234.846

Valor justo dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	31.12.2017	31.12.2016
Compromissos de recompra	174.710	473.446
Prestação de garantia	39.630	20.233
Depósitos compulsórios	-	-
Total	214.340	493.679

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016 não foram reclassificados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada na Nota 15.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	31.12.2017	31.12.2016
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	284.407	531.359
Títulos de governos estrangeiros	171.913	441.133
Aplicações em fundos mútuos de investimento	108.800	51.777
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(15.268)	29.261
Títulos públicos federais brasileiros	19.170	10.119
Títulos emitidos por empresas financeiras	(142)	1.138
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(66)	(2.069)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de patrimônio	28.213	13.454
Ações negociáveis	28.213	13.454
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	(16.972)	143.589
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	996
Total	295.648	689.398

21 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida	120.010.900	104.321.332
Títulos públicos federais brasileiros	85.469.686	66.586.763
Títulos emitidos por empresas não financeiras	22.769.358	29.462.551
Títulos de governos estrangeiros	5.737.222	2.763.523
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	3.489.859	2.679.586
Fundos mútuos de investimento	1.807.292	1.704.902
Títulos emitidos por empresas financeiras	737.483	1.124.007
Instrumentos de patrimônio	203.977	348.343
Ações negociáveis	203.977	348.343
Total	120.214.877	104.669.675

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda vinculados a:

	31.12.2017	31.12.2016
Compromissos de recompra	30.997.903	36.936.707
Prestação de garantia	1.571.698	3.134.276
Total	32.569.601	40.070.983

Os ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016 não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	31.12.2017	31.12.2016
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	(1.084.360)	(2.062.791)
Títulos públicos federais brasileiros	989.936	472.858
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	159.530	(67.900)
Títulos de governos estrangeiros	(72.393)	(456.448)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(141.711)	(64.917)
Fundos mútuos de investimento	(193.330)	(382.102)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(1.826.392)	(1.564.282)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	13.392	91.540
Ações negociáveis	13.392	91.540
Total	(1.070.968)	(1.971.251)

22 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida		
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.280.364	8.692.279
Títulos emitidos por empresas financeiras	873.946	405.344
Títulos emitidos por governos estrangeiros	285.017	-
Títulos públicos federais brasileiros	18.102	22.638
Total	10.457.429	9.120.261

Vencimentos dos ativos financeiros mantidos até o vencimento:

	31.12.2017	31.12.2016
A vencer em até um ano	495.976	560.366
A vencer entre 1 e 5 anos	2.610.694	3.124.492
A vencer entre 5 e 10 anos	5.347.417	4.154.483
A vencer após 10 anos	2.003.342	1.280.920
Total	10.457.429	9.120.261

Nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016 não foram reclassificados títulos da categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento.

23 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES
a) Carteira por modalidades

	Prazo médio (em meses)	31.12.2017	31.12.2016
Operações de crédito		578.983.553	598.941.333
Empréstimos e direitos creditórios descontados ⁽¹⁾	74	200.537.158	213.967.395
- Pessoas jurídicas		97.734.813	113.373.788
- Pessoas físicas		102.802.345	100.593.607
Financiamentos ⁽²⁾	60	136.566.782	145.056.055
- Pessoas jurídicas		131.088.144	137.471.201
- Pessoas físicas		5.478.638	7.584.854
Financiamentos rurais e agroindustriais	87	186.667.590	185.067.910
- Pessoas jurídicas		43.463.029	50.543.110
- Pessoas físicas		143.204.561	134.524.800
Financiamentos imobiliários	332	54.715.861	54.237.642
- Pessoas jurídicas		10.339.493	12.773.861
- Pessoas físicas		44.376.368	41.463.781
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	365	106	244
- Pessoas jurídicas		106	244
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	250	496.056	612.087
- Pessoas físicas		496.056	612.087
Outros créditos com características de concessão de crédito		42.130.628	38.258.586
Operações com cartão de crédito	4	25.296.513	23.510.422
- Pessoas jurídicas		979.709	1.015.080
- Pessoas físicas		24.316.804	22.495.342
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	10	15.564.206	13.699.534
- Pessoas jurídicas		15.547.029	13.685.461
- Pessoas físicas		17.177	14.073
Avais e fianças honrados	12	601.739	494.544
- Pessoas jurídicas		601.739	465.996
- Pessoas físicas		-	28.548
Outros	195	668.170	554.086
- Pessoas jurídicas		666.049	548.191
- Pessoas físicas		2.121	5.895
Operações de arrendamento mercantil	45	398.557	604.197
- Pessoas jurídicas		370.915	574.545
- Pessoas físicas		27.642	29.652
Total dos empréstimos a clientes		621.512.738	637.804.116
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(36.321.797)	(33.947.381)
(Provisão para operações de crédito)		(35.575.193)	(33.350.721)
(Provisão para outros créditos)		(727.582)	(553.422)
(Provisão para arrendamento mercantil)		(19.022)	(43.238)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas		585.190.941	603.856.735

(1) O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito (crédito rotativo).

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Setor público	75.590.190	12,2%	74.322.898	11,7%
Administração pública	40.996.755	6,6%	38.405.221	6,0%
Petroleiro	24.268.133	3,9%	24.103.485	3,8%
Energia elétrica	7.995.710	1,3%	9.621.700	1,5%
Serviços	1.029.696	0,2%	1.018.844	0,2%
Demais atividades	1.299.896	0,2%	1.173.648	0,2%
Setor privado	545.922.548	87,8%	563.481.218	88,3%
Pessoas físicas	320.721.711	51,6%	307.352.640	48,2%
Pessoas jurídicas	225.200.837	36,2%	256.128.578	40,2%
Agronegócio de origem vegetal	30.299.442	4,9%	28.655.250	4,5%
Mineração e metalurgia	24.665.949	4,0%	31.000.025	4,9%
Transportes	17.476.891	2,8%	19.229.779	3,0%
Serviços	17.295.587	2,8%	16.610.111	2,6%
Automotivo	16.825.384	2,7%	16.596.819	2,6%
Imobiliário	14.144.187	2,3%	18.187.443	2,9%
Agronegócio de origem animal	13.787.041	2,2%	15.365.491	2,4%
Energia elétrica	10.288.037	1,7%	15.781.797	2,5%
Comércio varejista	9.822.143	1,6%	12.853.623	2,0%
Combustíveis	9.527.219	1,5%	12.514.748	2,0%
Atividades específicas da construção	7.519.681	1,2%	9.178.884	1,4%
Insumos agrícolas	7.137.499	1,1%	7.499.071	1,2%
Têxtil e confecções	6.100.345	1,0%	7.699.639	1,2%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.675.124	0,9%	5.899.556	0,9%
Químico	5.529.388	0,9%	5.805.797	0,9%
Eletroeletrônico	5.525.156	0,9%	6.587.528	1,0%
Instituições e serviços financeiros	5.386.983	0,9%	4.634.998	0,7%
Telecomunicações	4.097.668	0,6%	3.878.719	0,6%
Madeireiro e moveleiro	4.085.707	0,7%	5.134.764	0,8%
Papel e celulose	3.926.883	0,6%	5.674.382	0,9%
Construção pesada	3.173.504	0,5%	4.158.241	0,7%
Demais atividades	2.911.019	0,4%	3.181.913	0,5%
Total dos empréstimos a clientes	621.512.738	100,0%	637.804.116	100,0%

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31.12.2017	31.12.2016
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	42.046.604	40.226.001
31 a 60 dias	23.076.236	21.284.187
61 a 90 dias	22.561.033	17.064.034
91 a 180 dias	48.960.073	52.385.703
181 a 360 dias	83.917.914	89.046.269
361 a 1080 dias	160.844.935	162.421.706
1081 a 1800 dias	89.379.424	99.487.871
Acima de 1800 dias	139.664.070	141.948.124
Demais ⁽¹⁾	396.586	400.098
Subtotal	610.846.875	624.263.993
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	2.378.327	3.252.259
15 a 30 dias	597.415	1.015.295
31 a 60 dias	1.046.991	1.437.365
61 a 90 dias	837.623	1.351.248
91 a 180 dias	2.073.818	2.905.659
181 a 360 dias	2.854.416	3.155.097
Acima de 360 dias	877.273	423.200
Subtotal	10.665.863	13.540.123
Total	621.512.738	637.804.116

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procera, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 13.204 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2017			31.12.2016		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ⁽¹⁾	220.949	(37.348)	183.601	340.359	(71.109)	269.250
Entre um e cinco anos	258.358	(43.671)	214.687	422.984	(88.372)	334.612
Após cinco anos	324	(55)	269	423	(88)	335
Total	479.631	(81.074)	398.557	763.766	(159.569)	604.197

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

e) Créditos renegociados

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	48.548.687	40.882.458	47.024.651
Renegociados por atraso ⁽²⁾	10.924.658	15.268.685	15.125.821
- Pessoas jurídicas	7.378.813	11.201.077	12.040.412
- Pessoas físicas	3.545.845	4.067.608	3.085.409
Renovados ⁽³⁾	37.624.029	25.613.773	31.898.830
- Pessoas jurídicas	2.649.968	293.427	-
- Pessoas físicas	34.974.061	25.320.346	31.898.830
Movimentação dos créditos renegociados por atraso			
Saldo inicial	27.086.224	19.652.990	9.030.112
Contratações ⁽²⁾	10.924.658	15.268.685	15.125.821
Recebimento e apropriação de juros	(4.312.597)	(3.283.983)	(1.994.262)
Baixas para prejuízo	(8.400.907)	(4.551.468)	(2.508.681)
Saldo final ⁽⁴⁾	25.297.378	27.086.224	19.652.990
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	5.918.116	7.375.489	3.171.173
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	23,4%	27,2%	16,1%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 67.189 mil (R\$ 90.278 mil em 31.12.2016 e R\$ 116.986 mil em 31.12.2015) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 8.511.882 mil (R\$ 6.915.256 mil em 31.12.2016 e R\$ 5.233.849 mil em 31.12.2015) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

24 – PROVISÃO PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES
a) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Constituição de provisão	(27.049.679)	(31.965.644)	(26.082.477)
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	4.185.312	3.545.489	2.793.509
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(22.864.367)	(28.420.155)	(23.288.968)

b) Movimentação

	31.12.2017				
	Saldo inicial	Constituição / (Reversão) da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	33.350.721	26.606.002	(24.465.196)	83.666	35.575.193
Empréstimos e direitos creditórios descontados	20.303.048	19.244.717	(18.121.160)	71.992	21.498.597
Financiamentos	4.404.139	2.194.313	(2.343.399)	11.595	4.266.648
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.754.444	3.875.793	(3.419.827)	-	8.210.410
Financiamentos imobiliários	887.433	1.291.553	(580.810)	79	1.598.255
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.657	(374)	-	-	1.283
Outros créditos com características de concessão de crédito	553.422	430.014	(258.391)	2.537	727.582
Operações com cartão de crédito	92.930	(5.046)	(4.444)	2.537	85.977
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	174.983	115.186	(54.361)	-	235.808
Avais e fianças honrados	281.094	272.620	(148.304)	-	405.410
Outros	4.415	47.254	(51.282)	-	387
Operações de arrendamento mercantil	43.238	13.663	(38.244)	365	19.022
Total	33.947.381	27.049.679	(24.761.831)	86.568	36.321.797

	31.12.2016				
	Saldo inicial	Constituição / (Reversão) da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	27.057.671	31.320.545	(24.966.730)	(60.765)	33.350.721
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.278.258	19.505.406	(16.441.227)	(39.389)	20.303.048
Financiamentos	3.318.740	5.947.928	(4.841.344)	(21.185)	4.404.139
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.714.776	5.367.514	(3.327.846)	-	7.754.444
Financiamentos imobiliários	743.910	500.027	(356.313)	(191)	887.433
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.987	(330)	-	-	1.657
Outros créditos com características de concessão de crédito	652.612	574.689	(665.351)	(8.528)	553.422
Operações com cartão de crédito	131.775	(23.242)	(7.075)	(8.528)	92.930
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	185.391	24.980	(35.388)	-	174.983
Avais e fianças honrados	327.772	526.666	(573.344)	-	281.094
Outros	7.674	46.285	(49.544)	-	4.415
Operações de arrendamento mercantil	38.515	70.410	(64.294)	(1.393)	43.238
Total	27.748.798	31.965.644	(25.696.375)	(70.686)	33.947.381

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

	31.12.2017						
	Individual		Coletivo		Total		Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	
Operações de crédito	24.856.895	10.944.874	554.126.658	24.630.319	578.983.553	35.575.193	543.408.360
Empréstimos e direitos creditórios descontados	15.819.407	6.528.629	184.717.751	14.969.968	200.537.158	21.498.597	179.038.561
Financiamentos	4.009.686	2.237.672	132.557.096	2.028.976	136.566.782	4.266.648	132.300.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.811.042	1.479.294	183.856.548	6.731.116	186.667.590	8.210.410	178.457.180
Financiamentos imobiliários	2.216.760	699.279	52.499.101	898.976	54.715.861	1.598.255	53.117.606
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	106	-	106	-	106
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	496.056	1.283	496.056	1.283	494.773
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.084.824	581.722	41.045.804	145.860	42.130.628	727.582	41.403.046
Operações com cartão de crédito	990	170	25.295.523	85.807	25.296.513	85.977	25.210.536
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	567.799	233.727	14.996.407	2.081	15.564.206	235.808	15.328.398
Avais e fianças honrados	516.035	347.825	85.704	57.585	601.739	405.410	196.329
Outros	-	-	668.170	387	668.170	387	667.783
Operações de arrendamento mercantil	5.766	1.982	392.791	17.040	398.557	19.022	379.535
Total	25.947.485	11.528.578	595.565.253	24.793.219	621.512.738	36.321.797	585.190.941

	31.12.2016						
	Individual		Coletivo		Total		Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	
Operações de crédito	22.286.270	9.907.003	576.655.063	23.443.718	598.941.333	33.350.721	565.590.612
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.136.748	5.276.423	199.830.647	15.026.625	213.967.395	20.303.048	193.664.347
Financiamentos	3.684.791	1.713.843	141.371.264	2.690.296	145.056.055	4.404.139	140.651.916
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.524.262	2.597.048	181.543.648	5.157.396	185.067.910	7.754.444	177.313.466
Financiamentos imobiliários	940.469	319.689	53.297.173	567.744	54.237.642	887.433	53.350.209
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	244	-	244	-	244
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	612.087	1.657	612.087	1.657	610.430
Outros créditos com características de concessão de crédito	767.581	361.670	37.491.005	191.752	38.258.586	553.422	37.705.164
Operações com cartão de crédito	1.123	539	23.509.299	92.391	23.510.422	92.930	23.417.492
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	419.122	165.611	13.280.412	9.372	13.699.534	174.983	13.524.551
Avais e fianças honrados	347.336	195.520	147.208	85.574	494.544	281.094	213.450
Outros	-	-	554.086	4.415	554.086	4.415	549.671
Operações de arrendamento mercantil	12.617	6.433	591.580	36.805	604.197	43.238	560.959
Total	23.066.468	10.275.106	614.737.648	23.672.275	637.804.116	33.947.381	603.856.735

d) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31.12.2017	31.12.2016
Operações de crédito	35.575.193	33.350.721
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.498.597	20.303.048
- Pessoas jurídicas	15.213.769	15.627.707
- Pessoas físicas	6.284.828	4.675.341
Financiamentos	4.266.648	4.404.139
- Pessoas jurídicas	4.014.398	4.090.042
- Pessoas físicas	252.250	314.097
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.210.410	7.754.444
- Pessoas jurídicas	1.544.892	2.557.309
- Pessoas físicas	6.665.518	5.197.135
Financiamentos imobiliários	1.598.255	887.433
- Pessoas jurídicas	804.996	395.872
- Pessoas físicas	793.259	491.561
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.283	1.657
- Pessoas físicas	1.283	1.657
Outros créditos com características de concessão de crédito	727.582	553.422
Operações com cartão de crédito	85.977	92.930
- Pessoas jurídicas	24.098	34.825
- Pessoas físicas	61.879	58.105
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	235.808	174.983
- Pessoas jurídicas	235.808	174.983
Avais e fianças honrados	405.410	281.094
- Pessoas jurídicas	405.410	272.903
- Pessoas físicas	-	8.191
Outros	387	4.415
- Pessoas jurídicas	34	2.396
- Pessoas físicas	353	2.019
Operações de arrendamento mercantil	19.022	43.238
- Pessoas jurídicas	18.152	42.245
- Pessoas físicas	870	993
Total	36.321.797	33.947.381

25 – ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos não correntes disponíveis para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como Informações de Nível 2.

Em consonância com a recomendação da ABNT, a metodologia de avaliação comumente utilizada é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens no mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis às do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade da edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situação no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

	31.12.2017	31.12.2016
Imóveis	94.512	43.740
Imobilizado retirado do uso	-	791
Total	94.512	44.531

No exercício de 2017, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não correntes em R\$ 201.265 mil (R\$ 219.041 mil no exercício de 2016).

26 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES
a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos	
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2017	Exercício/2016
	Total	ON	Total	ON									
Coligadas ⁽¹⁾ e joint ventures ⁽²⁾													
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	10.759.455	10.244.301	5.379.727	5.122.151	277.081	136.536	330.852	55.299	79.167
Cielo S.A. ⁽³⁾	28,68	28,68	28,70	28,70	11.701.351	9.325.685	4.357.615	3.678.791	961.932	1.024.045	904.229	287.352	215.676
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁽⁴⁾	30,00	22,22	30,00	22,22	12.183.938	12.182.681	3.655.181	3.654.804	205.842	170.137	133.124	205.465	143.782
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁵⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.673.871	3.296.735	2.698.972	3.166.057	1.121.521	1.262.008	1.246.821	1.599.227	1.139.848
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.810.231	2.540.106	2.107.533	1.904.952	769.665	644.559	869.721	568.036	659.775
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁷⁾	50,00	49,00	50,00	49,00	3.319.385	3.486.895	1.775.293	2.035.149	(26.104)	112.046	224.645	134.610	-
Neoenergia S.A.	9,35	9,35	11,99	11,99	16.800.838	9.634.519	1.570.055	1.154.899	25.588	19.508	71.057	34.969	32.954
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.135.359	1.880.027	1.067.466	939.826	161.588	197.996	246.818	38.262	46.901
IRB-Brasil Resseguros S.A. ⁽⁸⁾	15,23	15,23	20,51	20,51	3.473.375	3.331.373	529.024	683.288	103.886	120.865	118.667	83.086	99.224
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁹⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	362.352	451.092	352.293	411.447	150.371	272.486	240.282	209.525	266.268
Kepler Weber S.A. ⁽¹⁰⁾	17,45	17,45	17,45	17,45	434.666	472.009	73.139	79.657	(6.518)	(4.189)	7.009	-	469
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	12,52	12,52	12,52	12,52	468.094	404.195	58.603	50.603	8.000	1.397	1.538	-	-
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC	20,00	20,00	-	-	143.620	-	28.724	-	(5.431)	-	-	-	-
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ⁽¹¹⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	16.454	10.371	12.340	7.778	5.183	2.870	(201)	621	-
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹²⁾	9,70	9,70	9,70	9,70	77.282	76.425	9.367	9.263	384	192	303	166	103
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹³⁾	11,11	11,11	11,11	11,11	33.317	49.796	1.507	3.338	(1.831)	(812)	(1.876)	-	-
Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁴⁾	12,09	12,09	12,09	12,09	19.941	21.415	390	568	(179)	238	(3)	-	-
Resultado não realizado ⁽¹⁵⁾	-	-	-	-	-	-	(3.145.176)	(3.260.687)	-	-	-	-	-
Total							20.532.053	19.641.884	3.750.978	3.959.882	4.392.986	3.216.618	2.684.167

(1) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(3) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil. O valor justo do investimento é de R\$ 18.306.088 mil em 31.12.2017 (R\$ 18.089.455 mil em 31.12.2016).

(4) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.

(6) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 33,18%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 115.601 mil, cujo valor foi reduzido em R\$ 176.101 mil devido a perda por imparidade acumulada reconhecida nas Demonstrações Consolidadas do Exercício/2017 (sendo o valor original do ágio de R\$ 291.702 mil em 31.12.2016). O resultado de equivalência no Exercício/2017 foi impactado negativamente no valor de R\$ 77.131 mil, devido a ajuste de perda por *impairment* ocorrido durante o período anterior.

(8) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 10,11%.

(9) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,24%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(10) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.731 mil. O valor justo do investimento é de R\$ 89.694 mil em 31.12.2017 (R\$ 82.668 mil em 31.12.2016).

(11) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(12) Para cálculo de equivalência, foram utilizadas as Demonstrações Contábeis relativas a novembro/2017, devido à incompatibilidade de cronograma entre a coligada e o Banco.

(13) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.195 mil.

(14) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.020 mil.

(15) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de Pagamento	Sim
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holdings de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holdings de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Neoenergia S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Holdings de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	Investimentos	Não
Elo Participações S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Holdings que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Tem por objetivo exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.	Seguridade	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Brasil	São Paulo (SP)	Empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário.	Meios de Pagamento	Sim
Kepler Weber S.A.	Brasil	Porto Alegre (RS)	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias-primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	Investimentos	Não
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC	Brasil	Barueri (SP)	Bureau de crédito, que atuará no fornecimento de serviços sobre informações de adimplência e inadimplência de pessoas físicas e empresas, para auxiliar em decisões sobre concessão de crédito.	Outros	Sim
Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Desenvolve e divulga planos odontológicos a serem distribuídos e comercializados com exclusividade em todos os canais BB no território nacional.	Seguridade	Sim
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Brasil	São Paulo (SP)	Atua no ramo de securitização em operações imobiliárias.	Investimentos	Sim
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Atua com a prestação de serviços de assessoria com fins de licitação.	Outros	Sim
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Empresa especializada na exploração do seguro de crédito à exportação.	Seguridade	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2017							
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Demais
Ativos correntes	50.313.256	76.227.427	2.400.615	7.886.828	226.550.182	9.644.381	1.960.957	16.728.794
Caixa e equivalentes de caixa	296.335	3.909.521	10	33.757	11	18.205	200	287.878
Outros ativos correntes	50.016.921	72.317.906	2.400.605	7.853.071	226.550.171	9.626.176	1.960.757	16.440.916
Ativos não correntes	45.305.023	13.162.139	10.480.678	6.164.722	12.298.707	3.888.440	16.013.319	14.462.560
Passivos correntes	56.544.727	70.834.904	697.355	6.510.628	30.329.876	8.148.827	542.393	20.787.805
Passivos financeiros	51.495.218	2.827.084	-	-	-	-	117.310	114.680
Outros passivos correntes	5.049.509	68.007.820	697.355	6.510.628	30.329.876	8.148.827	425.083	20.673.125
Passivos não correntes	28.314.097	6.853.311	-	4.867.051	205.708.782	2.064.609	631.045	3.239.089
Passivos financeiros	25.947.055	5.084.140	-	-	-	-	386.403	34.680
Outros passivos não correntes	2.367.042	1.769.171	-	4.867.051	205.708.782	2.064.609	244.642	3.204.409
Receitas totais	15.209.320	6.836.036	3.045.264	3.300.403	21.931.893	1.698.485	1.379.699	9.192.306
Receita de juros	13.473.580	251.498	3.045.264	710.406	19.825.132	489.875	-	1.247.814
Despesa de juros	(7.139.506)	(830.148)	-	-	-	-	-	(93.352)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(1.793.189)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(61.413)	(414.532)	(385.969)	(43.513)	(35.935)	(66.821)	(115.238)	(224.411)
IR e CSLL	(424.783)	(1.482.053)	(353.566)	(755.850)	(813.088)	(23.460)	(22.321)	(772.972)
Lucro ou (prejuízo) do período	554.162	3.351.433	686.142	1.495.561	1.026.289	(52.207)	441.978	1.256.989
Outros resultados abrangentes	35.969	(6.796)	-	10.620	951	(173)	-	(2.077)
Resultado abrangente total	590.131	3.344.637	686.142	1.506.181	1.027.240	(52.380)	441.978	1.254.912
Patrimônio líquido ajustado	10.759.455	11.701.351	12.183.938	2.673.871	2.810.231	3.319.385	16.800.838	7.164.460
% de participação	50,00%	28,68%	30,00%	74,99%	74,99%	50,00%	9,35%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	5.379.727	3.355.491	3.655.181	2.005.136	2.107.533	1.659.692	1.570.055	2.022.104
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	693.836	-	115.601	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

	31.12.2016							
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais
Ativos correntes	55.858.740	11.074.288	1.776.792	7.941.448	8.929.328	189.758.555	594.425	17.702.745
Caixa e equivalentes de caixa	183.569	30.301	819	24.700	154.151	12	238	252.588
Outros ativos correntes	55.675.171	11.043.987	1.775.973	7.916.748	8.775.177	189.758.543	594.187	17.450.157
Ativos não correntes	48.651.319	13.212.238	10.944.959	6.725.682	4.231.449	11.580.202	11.326.637	12.641.650
Passivos correntes	64.406.413	6.743.808	539.070	6.641.905	7.886.333	27.682.731	1.056.900	21.448.009
Passivos financeiros	60.112.772	970.942	-	-	-	-	228.588	231.068
Outros passivos correntes	4.293.641	5.772.866	539.070	6.641.905	7.886.333	27.682.731	828.312	21.216.941
Passivos não correntes	29.859.345	8.217.033	-	4.728.490	1.787.549	171.115.920	1.229.643	2.199.682
Passivos financeiros	28.005.285	3.057.591	-	-	-	-	752.940	40.630
Outros passivos não correntes	1.854.060	5.159.442	-	4.728.490	1.787.549	171.115.920	476.703	2.159.052
Receitas totais	16.991.692	10.759.464	2.928.614	3.687.067	2.052.312	23.403.228	1.330.134	9.325.198
Receita de juros	15.356.710	114.936	2.928.614	993.476	905.533	21.651.151	-	8.009.403
Despesa de juros	(8.715.817)	(61.274)	-	-	-	-	-	(96.698)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(1.852.469)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(64.048)	(424.207)	(385.873)	(37.926)	(84.972)	(21.901)	(3.296)	(241.448)
IR e CSLL	(257.185)	(1.654.671)	(292.174)	(1.026.057)	(145.788)	(688.312)	(7.035)	(1.410.631)
Lucro ou (prejuízo) do período	273.072	3.567.835	567.124	1.682.902	224.092	859.470	380.332	1.384.403
Outros resultados abrangentes	220.830	2.699	-	24.522	9.006	844	-	(1.741)
Resultado abrangente total	493.902	3.570.534	567.124	1.707.424	233.098	860.314	380.332	1.382.662
Patrimônio líquido ajustado	10.244.301	9.325.685	12.182.681	3.296.735	3.486.895	2.540.106	9.634.519	6.696.703
% de participação	50,00%	28,70%	30,00%	74,99%	50,00%	74,99%	11,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	5.122.151	2.676.667	3.654.804	2.472.221	1.743.447	1.904.952	1.154.899	2.075.019
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	693.836	291.702	-	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31.12.2016	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais	31.12.2017
Banco Votorantim S.A.	5.122.151	277.081	(55.299)	35.794	5.379.727
Cielo S.A.	3.678.791	961.932	(287.352)	4.244	4.357.615
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	3.654.804	205.842	(205.465)	-	3.655.181
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	3.166.057	1.121.521	(1.599.227)	10.621	2.698.972
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	1.904.952	769.665	(568.036)	952	2.107.533
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	2.035.149	(26.104)	(134.610)	(99.142)	1.775.293
Neoenergia S.A.	1.154.899	25.588	(34.969)	424.537	1.570.055
Elo Participações S.A.	939.826	161.588	(38.262)	4.314	1.067.466
IRB-Brasil Resseguros S.A.	683.288	103.886	(83.086)	(175.064)	529.024
Brasilcap Capitalização S.A.	411.447	150.371	(209.525)	-	352.293
Kepler Weber S.A.	79.657	(6.518)	-	-	73.139
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	50.603	8.000	-	-	58.603
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC	-	(5.431)	-	34.155	28.724
Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	7.778	5.183	(621)	-	12.340
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	9.263	384	(166)	(114)	9.367
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	3.338	(1.831)	-	-	1.507
Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE	568	(179)	-	1	390
Subtotal	22.902.571	3.750.978	(3.216.618)	240.298	23.677.229
Resultado não realizado	(3.260.687)	-	-	115.511	(3.145.176)
Total	19.641.884	3.750.978	(3.216.618)	355.809	20.532.053

e) Perdas por redução ao valor recuperável

O Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento em coligadas e *joint ventures*.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação.

Na Mapfre BB SH2, empresa que atua no segmento de seguros patrimoniais, observou-se desvalorização dos ativos, justificada pelo cenário econômico adverso, diminuição das projeções de prêmios emitidos e menor resultado financeiro devido à diminuição da taxa de juros futuros.

As participações societárias da Mapfre BB SH2 foram consideradas como unidades geradoras de caixa, sendo considerado, entre outros fatores, a relação entre o valor presente do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. Tendo em vista que as empresas não possuem endividamento financeiro e geram valor tanto pelo resultado de suas operações quanto pela aplicação do caixa gerado pelas reservas técnicas legais, foi adotada a abordagem do Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA), descontado ao custo do capital próprio de cada empresa para um prazo de cinco anos.

As principais premissas utilizadas no teste de imparidade foram: (i) Receitas e Custos: foi utilizada base histórica e expectativas de crescimento do mercado, do segmento de atuação e do desempenho de cada negócio; (ii) Resultado Financeiro: projeção da rentabilidade média condizente com o rendimento histórico apresentado pelas empresas; (iii) Capital Mínimo Requerido: considerado o capital regulatório vigente na data da avaliação, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional Seguros Privados e Agência Nacional de Saúde Suplementar; (iv) Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas previstas na legislação vigente; (v) Perpetuidade: foi considerada a taxa de crescimento nominal correspondente à expectativa de inflação futura de longo prazo. Essa premissa considera que no longo prazo não haverá incremento real nas receitas em razão da consolidação/estabilidade do mercado brasileiro de seguros; (vi) Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa projetados, utilizou-se a metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que o fluxo utilizado foi o Fluxo de Caixa Livre do Acionista. Este foi apurado pelo modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, resultando em uma taxa de 15,6% a.a.

O teste realizado em 31.12.2016 requereu do Banco o reconhecimento de perda na participação societária na Mapfre BB SH2 no valor de R\$ 176.101 mil, para o qual foi realizado o devido registro contábil.

f) Outras informações

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

27 – ENVOLVIMENTO COM ENTIDADES ESTRUTURADAS NÃO CONSOLIDADAS

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado;
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (*funding*), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir *tranches* com diferentes níveis de subordinação.

Fundos de investimentos

O Banco administra diversos fundos de investimentos, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimentos possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimentos têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (*seed capital*).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Ao final do exercício, o Banco não possuía fundos de investimentos administrados sob os quais não possuía participação.

Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos *off-balance*, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a: (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimentos; (ii) direitos junto a consorciados contemplados; (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados; (iv) contribuições devidas aos grupos e (v) bens a contemplar.

Veículos de securitização

O Banco administra veículos de securitização que visam à compra de diversas cestas de ativos, incluindo títulos de renda fixa e empréstimos e recebíveis corporativos. Os veículos financiam essas compras por meio da emissão de várias *tranches* de títulos/cotas com diversos níveis de subordinação, cujo retorno ao investidor está diretamente relacionado ao desempenho dos ativos adquiridos pelos veículos.

O Banco mantém participações nesses veículos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os veículos de securitização não consolidados são aqueles em que o Banco não possui poder sobre as atividades relevantes.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31.12.2017	31.12.2016
Fundos de investimento	<ul style="list-style-type: none"> Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas aos investidores. 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em cotas emitidas pelos fundos. Taxas de administração e outras. 	994.899.554	830.674.816
Grupos de consórcios	<ul style="list-style-type: none"> Administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxas de administração de cotas de consórcios e outras. 	30.953.965	25.555.835
Veículos de securitização	<ul style="list-style-type: none"> Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores. 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em cotas emitidas pelos veículos. Taxas de administração e outras. 	28.368.913	25.749.060
Total			1.054.222.432	881.979.711

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas, além de exposições *off-balance*. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31.12.2017	31.12.2016
Fundos de investimentos	2.483.800	2.952.732
Grupos de consórcios ⁽¹⁾	2.266.201	2.345.653
Veículos de securitização	-	6.657
Total	4.750.001	5.305.042

(1) Aplicações em fundos de investimentos dos recursos de consórcios disponíveis a utilizar pelos grupos.

28 – IMOBILIZADO DE USO

	Edificações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamento de processamento de dados	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31.12.2015	5.156.668	3.483.535	3.389.248	4.213.350	196.123	15.668	699.140	17.153.732
Aquisições	244.720	368.444	433.118	355.083	7.598	2.195	90.378	1.501.536
Baixas	(15.756)	(33.005)	(148.461)	(594.951)	(16)	(257)	(40.172)	(832.618)
Variação cambial	(31.130)	(19.810)	(31.039)	(13.933)	(5.369)	(2.403)	(14.161)	(117.845)
Outras movimentações	8.201	(123)	713	614	(230)	-	(12.171)	(2.996)
Saldo em 31.12.2016	5.362.703	3.799.041	3.643.579	3.960.163	198.106	15.203	723.014	17.701.809
Aquisições	196.830	243.560	245.503	450.532	53	2.390	60.800	1.199.668
Baixas	(3.795)	(242.229)	(342.691)	(286.236)	(454)	(1.055)	(56.478)	(932.938)
Variação cambial	(10.565)	(1.627)	(9.218)	579	(2.124)	(800)	(991)	(24.746)
Outras movimentações	(10.495)	756	(46)	49	(800)	-	(2.902)	(13.438)
Saldo em 31.12.2017	5.534.678	3.799.501	3.537.127	4.125.087	194.781	15.738	723.443	17.930.355
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2015	(2.617.911)	(1.797.887)	(1.900.937)	(3.014.125)	-	(8.016)	(393.353)	(9.732.229)
Despesa de depreciação	(161.893)	(243.065)	(258.491)	(434.561)	-	(1.497)	(49.661)	(1.149.168)
Baixas	1.104	23.490	120.800	594.302	-	222	11.579	751.497
Variação cambial	7.547	12.208	16.945	10.849	-	1.428	3.679	52.656
Outras movimentações	(6.018)	297	(205)	15.116	-	51	232	9.473
Saldo em 31.12.2016	(2.777.171)	(2.004.957)	(2.021.888)	(2.828.419)	-	(7.812)	(427.524)	(10.067.771)
Despesa de depreciação	(159.281)	(239.766)	(281.507)	(429.215)	-	(1.429)	(51.624)	(1.162.822)
Baixas	2.081	163.518	288.065	282.062	-	712	36.591	773.029
Variação cambial	1.963	(198)	3.238	(1.498)	-	512	781	4.798
Outras movimentações	6.681	472	8.847	(4.552)	-	9	(2.731)	8.726
Saldo em 31.12.2017	(2.925.727)	(2.080.931)	(2.003.245)	(2.981.622)	-	(8.008)	(444.507)	(10.444.040)
Perda por imparidade								
Saldo em 31.12.2015	(9.531)	-	(25)	-	-	-	-	(9.556)
Perdas	(13.382)	-	(100)	-	-	-	-	(13.482)
Reversões	3.059	-	-	-	-	-	-	3.059
Saldo em 31.12.2016	(19.854)	-	(125)	-	-	-	-	(19.979)
Perdas	(10.121)	-	(101)	-	-	-	-	(10.222)
Reversões	10.036	-	-	-	-	-	-	10.036
Saldo em 31.12.2017	(19.939)	-	(226)	-	-	-	-	(20.165)
Valor contábil								
Saldo em 31.12.2016	2.565.678	1.794.084	1.621.566	1.131.744	198.106	7.391	295.490	7.614.059
Saldo em 31.12.2017	2.589.012	1.718.570	1.533.656	1.143.465	194.781	7.730	278.936	7.466.150

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 128.558 mil em 31.12.2017 (R\$ 128.754 mil em 31.12.2016).

Os valores das perdas e reversões de perdas por imparidade são registrados em outras despesas e outras receitas na demonstração do resultado consolidado, respectivamente.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

	Exercício/2017	Exercício/2016
Até um ano	1.097.514	1.211.238
Entre um e cinco anos	2.432.522	2.769.429
Após cinco anos	1.070.611	1.711.491
Total	4.600.647	5.692.158

As despesas de alugueis e arrendamentos operacionais no exercício de 2017 foram de R\$ 1.565.351 mil (R\$ 1.449.876 mil no exercício de 2016). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

Acordos de arrendamentos operacionais

Os acordos de arrendamentos operacionais relevantes do Banco referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos não possuem cláusula de opção de compra do bem arrendado e são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação, utilizando-se como principais parâmetros de reajuste os índices oficiais de inflação do País. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

29 – ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa**

Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	31.12.2017	31.12.2016
Bancário		
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	591.582	591.582
Total	591.582	591.582

Teste de valor recuperável do ágio

O valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação do Banco, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa livre para o acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

Banco Nossa Caixa

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2017 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2018 e projeções internas de resultado de 2019 a 2022.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Outras Informações

A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável do ágio do Banco Nossa Caixa é determinada pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM, referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice *Emerging Market Bond Index + Brasil* (EMBI + BR), como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta do Banco, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Em 2016, foi reconhecida perda por imparidade sobre o ágio na aquisição do BB Américas, no valor de R\$ 47.510 mil, motivada principalmente pela revisão anual das projeções financeiras, as quais subsidiaram o cálculo do valor em uso da unidade geradora de caixa.

No exercício de 2017, não houve registro de perda por imparidade sobre o ágio.

Premissas utilizadas no teste de valor recuperável

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de crescimento ⁽¹⁾	Taxa de desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽²⁾	3,0 % a.a.	14,3 % a.a.

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

b) Movimentação do ágio

	31.12.2017	31.12.2016
Valor bruto do ágio no início do ano	591.582	648.506
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	591.582	648.506
Ágio reconhecido no exercício	-	-
Valor bruto do ágio ao final do ano	591.582	648.506
Variação cambial	-	(9.414)
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	-	(47.510)
Saldo contábil do ágio ao final do ano	591.582	591.582

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos	Outros ⁽¹⁾	Total
Custo de aquisição							
Saldo em 31.12.2015	911.126	2.057.813	9.794.023	3.138.313	901.695	189.360	16.992.330
Gerado internamente	274.507	-	-	-	-	-	274.507
Aquisições	-	162.197	2.289.407	-	-	-	2.451.604
Baixas	-	(136.523)	(944.386)	-	-	-	(1.080.909)
Variação cambial	-	(62.354)	-	(160.774)	1.615	-	(221.513)
Saldo em 31.12.2016	1.185.633	2.021.133	11.139.044	2.977.539	903.310	189.360	18.416.019
Gerados internamente	264.781	-	-	-	-	-	264.781
Aquisições	-	268.186	776.148	-	-	-	1.044.334
Baixas	(10.076)	(26.535)	(1.824.210)	-	-	-	(1.860.821)
Variação cambial	-	5.034	-	(33.247)	-	-	(28.213)
Saldo em 31.12.2017	1.440.338	2.267.818	10.090.982	2.944.292	903.310	189.360	17.836.100
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2015	(350.332)	(909.022)	(4.187.735)	(2.305.581)	(835.485)	(189.360)	(8.777.515)
Amortizações	(68.058)	(165.958)	(1.977.367)	(327.927)	(67.825)	-	(2.607.135)
Baixas	-	94.151	944.386	-	-	-	1.038.537
Variação cambial	-	31.768	-	100.198	-	-	131.966
Saldo em 31.12.2016	(418.390)	(949.061)	(5.220.716)	(2.533.310)	(903.310)	(189.360)	(10.214.147)
Amortizações	(94.854)	(177.196)	(1.806.337)	(338.016)	-	-	(2.416.403)
Baixas	-	22.317	1.824.209	-	-	-	1.846.526
Variação cambial	-	(2.593)	-	23.795	-	-	21.202
Saldo em 31.12.2017	(513.244)	(1.106.533)	(5.202.844)	(2.847.531)	(903.310)	(189.360)	(10.762.822)
Perda por imparidade							
Saldo em 31.12.2015	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Saldo em 31.12.2016	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Saldo em 31.12.2017	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Valor contábil							
Saldo em 31.12.2016	767.243	1.072.072	5.868.588	444.229	-	-	8.152.132
Saldo em 31.12.2017	927.094	1.161.285	4.838.398	96.761	-	-	7.023.538

(1) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Valores a amortizar	1.729.050	1.558.980	1.197.601	994.562	480.184	1.063.161	7.023.538

30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Outros ativos	31.12.2017	31.12.2016
Financeiros	56.975.278	48.959.364
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	38.794.946	35.110.707
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	6.269.485	993.762
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ⁽²⁾	4.602.486	4.734.320
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	3.131.410	2.666.060
Rendas a receber	2.146.510	2.611.461
Negociação e intermediação de valores	891.172	1.106.802
Direitos por aquisição de <i>royalties</i> e créditos governamentais	494.100	661.559
Relações interfinanceiras/interdependências	407.765	3.421
Carteira de câmbio líquida	237.404	1.071.272
Não financeiros	22.349.862	25.382.274
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 45.f)	9.602.214	9.562.010
Devedores diversos no país	5.983.916	11.313.297
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	4.540.356	151.828
Impostos pagos antecipadamente	521.206	524.148
Despesas pagas antecipadamente	285.390	268.818
Adiantamentos a empregados	255.568	1.731.201
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	230.054	208.547
Outros	931.158	1.622.425
Total	79.325.140	74.341.638

(1) Refere-se principalmente a antecipação de recebíveis de operações com cartões.

(2) Inclui o saldo de R\$ 2.166.453 mil (R\$ 3.418.200 mil em 31.12.2016) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992, e o saldo de R\$ 416.269 mil (R\$ 377.698 mil em 31.12.2016) relativo ao alongamento de crédito rural.

Outros passivos	31.12.2017	31.12.2016
Financeiros	36.177.471	49.082.539
Obrigações por transações de pagamento	23.450.809	20.954.952
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	6.100.891	20.178.005
Recebimentos por conta de terceiros	2.981.316	2.854.260
Depósitos vinculados a garantias	2.422.714	4.523.775
Obrigações por negociação e intermediação de valores	1.019.194	129.246
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	202.547	442.301
Não financeiros	34.883.625	37.837.748
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	11.919.681	12.527.486
Credores diversos no país	5.313.655	7.400.946
Encargos e obrigações trabalhistas	3.986.748	5.217.460
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.330.013	1.568.020
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	2.069.019	1.936.541
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	1.353.830	671.881
Impostos	1.092.078	1.288.822
Credores diversos no exterior	672.359	520.269
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	429.373	446.262
Outros	5.716.869	6.260.061
Total	71.061.096	86.920.287

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

31 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31.12.2017	31.12.2016
Brasil	396.556.349	393.137.097
Depósitos à vista	61.086.591	59.983.665
Sem remuneração	60.655.284	59.563.834
Com remuneração ⁽¹⁾	431.307	419.831
Depósitos a prazo	175.179.883	181.390.088
Depósitos de poupança	160.289.875	151.763.344
Exterior	29.520.254	32.178.789
Depósitos à vista	9.071.314	9.418.631
Sem remuneração	9.071.314	9.418.631
Depósitos a prazo	20.448.940	22.760.158
Total	426.076.603	425.315.886

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

32 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos de instituições financeiras	24.152.759	20.664.802
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	496.365	612.132
Total	24.649.124	21.276.934

33 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2017	31.12.2016
Carteira própria	40.235.552	59.207.850
Títulos privados	23.576.205	25.591.345
Letras Financeiras do Tesouro	15.660.312	32.718.983
Outros títulos	999.035	897.522
Carteira de terceiros	336.007.143	315.426.182
Letras Financeiras do Tesouro	332.990.784	219.552.794
Letras do Tesouro Nacional	3.016.349	45.709.377
Notas do Tesouro Nacional	-	50.163.996
Outros títulos	10	15
Total	376.242.695	374.634.032

34 – OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	133.765.797	164.801.898
Obrigações por repasses	80.885.216	83.083.170
Dívidas subordinadas	63.342.298	61.975.751
Bônus perpétuos	23.621.736	23.290.074
Fundos financeiros e de desenvolvimento	16.794.750	14.790.525
Outros	19.572.493	20.409.350
Total	337.982.290	368.350.768

a) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Programa "Global medium-term notes"						9.986.539	6.056.975
	EUR	1.000.000	3,75%	2013-2014	2018	4.034.287	3.496.582
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	943.297	891.100
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.695.693	1.669.293
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	3.313.262	-
"Senior Notes"						6.002.340	7.561.835
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	-	1.656.809
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	6.002.340	5.905.026
Notas estruturadas						73.527	63.632
	EUR	18.400	2.76% to 3.55%		2021	73.527	63.632
Certificado de depósito ⁽²⁾						4.840.777	3.388.669
Curto prazo			1.00% to 10.15%			4.353.804	3.169.956
Longo prazo			2.35% to 10.15%		2027	486.973	218.713
Certificado de operações estruturadas						102.553	102.312
Curto prazo			7.69% to 15.07%			67.291	-
Longo prazo			7.93% to 10.94%		2020	35.262	102.312
Letras de crédito imobiliário						16.885.957	17.073.622
Curto prazo			50.00% a 81.00% DI or TR + 7.7151%			1.484.174	39.344
Longo prazo					2026	15.401.783	17.034.278
Letras de crédito do agronegócio						88.897.938	124.965.334
Curto prazo			70.00% to 98.00% DI			54.510.038	62.584.051
Longo prazo					2021	34.387.900	62.381.283
Letras financeiras						3.874.634	2.631.826
Curto prazo			98.25% to 104.00% DI IPCA + 4.50% to IPCA + 5.30%			2.722.723	-
Longo prazo			Pré 7.70% to 14.00%		2020	1.151.911	2.631.826
Banco Patagonia						393.408	325.553
Curto prazo	ARS		22.50% to 27.45% + Badlar + 299 pto to Badlar + 397 pto			225.743	247.691
Longo prazo	ARS				2020	167.665	77.862
Entidades de propósitos específicos no exterior (EPE)						2.765.909	2.801.840
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	12.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	39.789	117.580
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2.50%	2014-2015	2034	1.665.228	1.639.455
	USD	320.000	Libor 6m + 3.25%	2015	2030	1.060.892	1.044.805
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(57.785)	(169.700)
Total						133.765.797	164.801.898

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos no exterior em USD e BRL.

(3) Informações relativas às EPE podem ser encontradas na Nota 5.

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

b) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau);
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e
- Poupança Rural.

Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações por repasses		
Do país – Instituições oficiais	80.884.739	83.082.693
Do exterior	477	477
Total	80.885.216	83.083.170

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxa de Atualização	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro nacional – crédito rural		145.264	149.248
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a.(se aplicado)	27.991	30.766
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	101.247	98.243
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	11.381	16.096
Outros		4.645	4.143
BNDES ⁽¹⁾	Pré até 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,26% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	26.936.192	32.086.856
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 5,28% a.a. (média)	26.558.065	23.758.043
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a.	19.775.098	24.765.860
Outras instituições oficiais		7.470.120	2.322.686
Suprimento especial – Poupança rural	TR	7.158.515	-
Suprimento especial – Depósitos		249.844	1.874.492
Funcafé	TMS (se disponível) ou Pré 8,50% a.a. a 11,25% a.a.(se aplicado)	61.734	448.167
Outros		27	27
Total		80.884.739	83.082.693

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 55 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 306 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 32 meses.

Notas:

TMS – Taxa média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI – Índice geral de preços – disponibilidade interna.

IGP-M – Índice geral de preços – mercado.

Do Exterior

	31.12.2017	31.12.2016
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477
Total	477	477

c) Dívidas subordinadas

Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016	
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					27.870.141	25.237.153	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					26.276.745	22.219.924	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					1.593.396	3.017.229	
Dívidas subordinadas no exterior					9.826.030	9.668.175	
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.232.252	2.197.183
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.059.991	4.977.616
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.533.787	2.493.376
Letras financeiras subordinadas					25.679.955	27.100.626	
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	-	3.918.702
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	8.923.941	8.120.026
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	408.542	367.374
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	8.400.751	7.561.372
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	286.248	258.947
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	586.670	526.593
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	261.465	234.894
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.462.830	2.208.470
		2.273.804	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	3.688.487	3.309.117
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	661.021	595.131
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(33.828)	(30.203)	
Total das dívidas subordinadas ⁽³⁾					63.342.298	61.975.751	

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 39.523.718 mil (R\$ 40.181.808 mil em 31.12.2016) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de preços ao consumidor amplo.

d) Bônus perpétuos

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2017	31.12.2016
Bônus perpétuos						
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	5.032.780	4.954.884
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.800.902	4.731.512
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.641.984	6.539.293
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.176.685	7.065.637
Total					23.652.351	23.291.326
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(30.615)	(1.252)
Total					23.621.736	23.290.074

(1) Refere-se ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 41 – Capital Regulatório e Limite de Imobilização.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.907.900 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 22.565.112 mil em 31.12.2016).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27 de setembro de 2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192/2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os novos termos e condições alterados em 27 de setembro de 2013 e o bônus emitido em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, impedindo que a instituição se torne inviável;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

e) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2017	31.12.2016
Marinha Mercante	8.428.862	8.190.785
Pasep	4.285.088	2.632.348
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	2.009.071	2.070.560
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.175.704	893.803
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	776.541	761.340
Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC	55.989	64.926
Outros	63.495	176.763
Total	16.794.750	14.790.525

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0,1% ou 0,5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público – Pasesp é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil – Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial – TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. Excetuando-se os repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros, por não serem reembolsáveis, à medida que são aplicados os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

f) Outras obrigações

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações por empréstimos	19.455.138	20.345.738
Financiamentos à importação	117.355	63.612
Total	19.572.493	20.409.350

Em 31.12.2017, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações por empréstimos no exterior era de 2,71% a.a. (2,43% a.a. em 31.12.2016).

g) Obrigações por prazo de exigibilidade

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Sem vencimento	Total
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	67.394.565	36.105.657	17.024.358	133.997	6.002.340	7.104.880	-	133.765.797
Obrigações por repasses	44.419.547	8.286.897	6.312.182	5.282.739	4.828.519	11.755.332	-	80.885.216
Dívidas subordinadas	9.168.341	8.809.293	1.134.383	8.383.569	5.721.012	30.125.700	-	63.342.298
Bônus perpétuos	283.071	-	-	-	-	-	23.338.665	23.621.736
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.339.505	634.031	634.031	634.031	634.031	4.919.121	-	16.794.750
Outras	16.872.613	1.210.691	1.210.691	139.250	139.248	-	-	19.572.493
Total	147.477.642	55.046.569	26.315.645	14.573.586	17.325.150	53.905.033	23.338.665	337.982.290

h) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31.12.2016	Movimentações Caixa		Movimentações Não Caixa		31.12.2017
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	85.265.825	6.228.583	(4.973.256)	442.882	-	86.964.034
Dívida subordinada	61.975.751	4.381.609	(3.144.975)	129.913	-	63.342.298
Bônus perpétuo	23.290.074	1.846.974	(1.828.281)	312.969	-	23.621.736
Instrumentos de patrimônio	1.186.806	-	(3.926.693)	(124.383)	3.928.141	1.063.871
Resultado acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(2.513.647)	-	(1.462.999)	-	1.158.922	(2.817.724)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	3.700.453	-	(2.463.694)	(124.383)	2.769.219	3.881.595
Total – movimentação		6.228.583	(8.899.949)	318.499	3.928.141	
Movimentação líquida		(2.671.366)		4.246.640		

(1) Inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal e dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas controladores, bem como a variação de participações em coligadas e *Joint Ventures*.

(2) Inclui dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas não controladores.

	31.12.2015	Movimentações Caixa		Movimentações Não Caixa		31.12.2016
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	88.921.690	7.878.581	(4.819.711)	(6.714.735)	-	85.265.825
Dívida subordinada	59.935.564	5.806.042	(1.852.172)	(1.913.683)	-	61.975.751
Bônus perpétuo	28.986.126	2.072.539	(2.967.539)	(4.801.052)	-	23.290.074
Instrumentos de patrimônio	2.352.299	-	(4.244.451)	(330.441)	3.409.399	1.186.806
Resultado acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(1.320.444)	-	(2.970.881)	-	1.777.678	(2.513.647)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	3.672.743	-	(1.273.570)	(330.441)	1.631.721	3.700.453
Total – movimentação		7.878.581	(9.064.162)	(7.045.176)	3.409.399	
Movimentação líquida		(1.185.581)		(3.635.777)		

(1) Inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal e dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas controladores.

(2) Inclui dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas não controladores, bem como a variação de participações societárias em controladas.

35 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.

Ações fiscais

Em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades) e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2017, o salário mínimo era R\$ 937.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 01.03.2018.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentação das provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	2.456.978	2.088.833	2.070.567
Constituição	1.227.945	1.979.961	1.220.599
Reversão da provisão	(207.902)	(869.084)	(212.550)
Baixa por pagamento	(1.099.010)	(1.112.098)	(1.256.075)
Ajuste combinação de negócios	26.083	28.982	28.982
Atualização monetária e variação cambial	248.267	340.384	237.310
Saldo final	2.652.361	2.456.978	2.088.833
Demandas fiscais			
Saldo inicial	276.015	245.695	206.515
Constituição	98.276	185.316	119.522
Reversão da provisão	(99.684)	(130.877)	(72.644)
Baixa por pagamento	(35.907)	(50.761)	(19.222)
Atualização monetária e variação cambial	19.624	26.642	11.524
Saldo final	258.324	276.015	245.695
Demandas cíveis			
Saldo inicial	6.829.946	7.046.482	5.395.630
Constituição	1.872.625	5.817.446	4.854.727
Reversão da provisão	(631.664)	(4.745.939)	(2.588.483)
Baixa por pagamento	(1.660.655)	(1.667.061)	(1.169.978)
Ajuste combinação de negócios	33.179	36.866	36.866
Atualização monetária e variação cambial	246.235	342.152	517.720
Saldo final	6.689.666	6.829.946	7.046.482
Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	9.600.351	9.562.939	9.381.010

Despesa com demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas trabalhistas	(1.294.393)	(1.480.243)	(1.274.341)
Demandas fiscais	(18.216)	(81.081)	(58.402)
Demandas cíveis	(1.520.375)	(1.450.525)	(2.820.830)
Total	(2.832.984)	(3.011.849)	(4.153.573)

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.584.670	130.864	5.451.024
De 5 a 10 anos	67.601	100.811	1.209.743
Acima de 10 anos	90	26.649	28.899
Total	2.652.361	258.324	6.689.666

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que provavelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando a chance de vencer é igual à chance de perder, não havendo elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo.

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas trabalhistas	193.780	171.422
Demandas fiscais ⁽¹⁾	12.475.951	10.702.278
Demandas cíveis	2.327.630	1.975.843
Total	14.997.361	12.849.543

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.498.911 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 313.273 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 884.066 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.619.077 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos judiciais em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas trabalhistas	5.579.789	5.126.635
Demandas fiscais	9.905.943	9.709.954
Demandas cíveis	23.309.214	20.274.118
Total	38.794.946	35.110.707

36 – IMPOSTO DE RENDA

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Impostos correntes			
Do exercício	(3.292.860)	(6.650.204)	(6.192.939)
Ajuste de exercícios anteriores	2.175	14.636	47.559
Total	(3.290.685)	(6.635.568)	(6.145.380)
Impostos diferidos			
Ajustes decorrentes de provisão para perdas em empréstimos a clientes	791.144	1.622.038	277.504
Ajustes de combinação de negócios	186.384	179.060	197.177
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	27.492	3.602	(4.132)
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(2.477)	24.763	(262.724)
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	(4.987)	(122.176)	148.919
Decorrente de resultado não realizado (Nota 6.b)	(68.611)	(77.543)	2.261.658
Decorrente de ganhos atuariais	-	36.618	(136.718)
Atualização de depósitos judiciais	(321.619)	(442.739)	(390.415)
Outros encargos diferidos ⁽¹⁾	(971.799)	3.181.095	9.714.646
Total	(364.473)	4.404.718	11.805.915
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(3.655.158)	(2.230.850)	5.660.535

(1) Inclui, no Exercício/2015, valores relativos à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL, de acordo com a legislação brasileira.

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.930.461	10.890.427	10.137.504
Despesa de IR (25%) e de CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾ pelas alíquotas legais	(7.168.708)	(4.900.692)	(4.118.044)
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	1.687.940	1.781.947	1.805.044
Encargos dos juros sobre o capital próprio	1.453.029	1.059.573	1.889.754
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	1.183.882	1.101.674	564.687
Encargos sobre resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	469.734	415.585	520.003
Resultado com conversão de investimentos no exterior	155.930	(826.057)	1.709.205
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ⁽²⁾	(1.436.965)	(862.880)	3.289.886
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.655.158)	(2.230.850)	5.660.535
Alíquota efetiva	22,94%	20,48%	-55,84%

(1) A elevação da alíquota da CSLL, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produziu aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Inclui, no Exercício/2015, valores relativos à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL, de acordo com a legislação brasileira.

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(3.655.158)	(2.230.850)	5.660.535
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	(2.321.347)	620.581	3.802.364
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado abrangente	(5.976.505)	(1.610.269)	9.462.899

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado
Ativos

	31.12.2016	Constituições	Baixas	31.12.2017
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	23.589.030	12.283.379	(11.236.870)	24.635.539
Provisão com planos de benefícios pós-emprego	7.356.889	1.764.925	(3.345.021)	5.776.793
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	4.303.322	1.032.371	(1.015.535)	4.320.158
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	1.444.251	416.870	(744.150)	1.116.971
Combinação de negócios	1.755.898	169.935	-	1.925.833
Contribuição social a compensar	694.371	-	(27.311)	667.060
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	285.833	-	(25.203)	260.630
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	184.240	946.914	(605.159)	525.995
Outras provisões	2.559.253	424.172	(2.731.945)	251.480
Total	42.173.087	17.038.566	(19.731.194)	39.480.459

Passivos

	31.12.2017	31.12.2016
Passivos fiscais diferidos		
Ganhos por compras vantajosas	(917.729)	(917.729)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(747.579)	(968.307)
Decorrentes de ganhos atuariais	(419.069)	(37.566)
Créditos recuperados a prazo	(397.092)	(350.838)
Atualização de depósitos judiciais	(88.924)	(88.924)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(51.938)	(79.430)
Outras diferenças temporárias	(446.986)	(453.704)
Total	(3.069.317)	(2.896.498)

As dependências no exterior possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 729.700 mil, sendo R\$ 493.139 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 236.561 mil referente a diferenças temporárias. No Brasil, há créditos tributários não reconhecidos de R\$ 8.067 mil, sendo R\$ 7.906 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 161 mil referente a diferenças temporárias.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2018	6.719.749
Em 2019	13.453.868
Em 2020	13.463.523
Em 2021	4.936.980
Em 2022	424.326
Em 2023	202.218
Em 2024	107.173
Em 2025	67.139
Em 2026	26.738
Em 2027	78.745
Total	39.480.459

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2017.

No exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 20.358.796 mil, correspondentes a 203,81% da respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial por ação ordinária

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	97.356.833	86.376.240
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	34,96	31,02
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	31,82	28,09

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2016), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível a capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013.

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível a capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível a capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014.

d) Reserva de capital

O saldo da conta reserva de capital de R\$ 5.604.313 mil (R\$ 5.607.386 mil em 31.12.2016) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações e ao aumento da participação societária no Banco Patagonia decorrente da oferta pública de aquisição obrigatória de ações.

e) Reservas de lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reservas de lucros	35.280.691	27.646.569
Reserva legal	7.111.684	6.570.147
Reservas estatutárias	28.169.007	21.076.422
Margem operacional	24.312.045	17.567.395
Equalização de dividendos	3.856.962	3.509.027

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

g) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade bem como eventuais lucros retidos e não distribuídos. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
3º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	212.471	0,076	11.09.2017	29.09.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	621.704	0,223	21.11.2017	30.11.2017
4º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	230.029	0,083	11.12.2017	28.12.2017
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	675.667	0,243	01.03.2018	12.03.2018
Total destinado aos acionistas no Exercício/2017	3.228.953	1,160		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
3º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	352.694	0,126	12.09.2016	30.09.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	305.963	0,110	21.11.2016	29.11.2016
4º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	214.235	0,077	12.12.2016	29.12.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	70.497	0,025	01.03.2017	10.03.2017
Total destinado aos acionistas no Exercício/2016	2.354.607	0,845		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado no resultado do período e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Resultados acumulados não apropriados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2017, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.453.029 mil (R\$ 1.059.573 mil no exercício de 2016).

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2017		31.12.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.502.374.642	52,4	1.558.511.715	54,4
Tesouro Nacional	1.453.493.742	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	48.880.900	1,7	105.024.600	3,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	244.572.814	8,5	281.209.714	9,8
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	80.463.476	2,8	80.666.497	2,8
Outros acionistas	1.038.006.088	36,3	945.029.094	33,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Em 31.12.2017, inclui 40.900 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (50.100 ações em 31.12.2016).

	Ações ON	
	31.12.2017	31.12.2016
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	144	144
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	145.195	166.334
Comitê de Auditoria	18	10.075

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2016	2.865.417.020	80.666.497
Movimentação	-	(203.021)
Saldos em 31.12.2017	2.865.417.020	80.463.476

	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8
Aquisição de ações - Tesouro Nacional	(6.627)	-	-	-
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	-	-	87.368.167	-
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	-	-	7.500.000	-
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	56.143.700	-	-	-
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval	-	-	(8.075.350)	-
Outras movimentações ⁽¹⁾	224.160	-	241.923	-
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.282.433.554	44,8	1.226.072.321	42,8

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

k) Ações em tesouraria

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do Programa de 2014. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente.

Em 31.12.2017, o Banco possuía 80.463.476 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.850.043 mil, das quais 71.861.516 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval, 526.547 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

I) Pagamento baseado em ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas ⁽¹⁾	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	259.674	71.488	03/2018
Total de ações a distribuir				71.488	
BB DTVM	24.546	23,83	19.639	4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				4.907	
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	166.755	64.030	02/2018
				64.029	02/2019
Total de ações a distribuir				128.059	
BB DTVM	27.063	22,98	16.239	5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				10.824	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	109.634	68.705	03/2018
				68.703	03/2019
				68.703	03/2020
Total de ações a distribuir				206.111	
BB DTVM	26.109	19,92	10.449	5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				15.660	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	19.902	19.863	03/2018
				19.861	03/2019
				19.861	03/2020
				19.861	03/2021
Total de ações a distribuir				79.446	
BB DTVM	10.397	32,84	2.085	2.078	03/2018
				2.078	03/2019
				2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				8.312	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016, não foram distribuídas aos administradores a totalidade das ações relativas a parcelas daqueles períodos, sendo 1.197 ações referentes à BB DTVM e 91.333 ações referentes ao Banco do Brasil.

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	13.471.112	13.471.112	12.798.204	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	69.081.139	69.081.139	63.451.094	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	35.116.862	35.097.241	49.119.008	49.103.377
Aplicações em operações compromissadas	348.186.760	341.576.706	371.682.685	371.618.407
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	8.453.138	7.669.398	7.669.398
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.214.877	120.214.877	104.669.675	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	10.457.429	9.111.951	9.120.261	8.474.880
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	585.190.941	553.753.095	603.856.735	589.799.371
Outros ativos financeiros	56.975.278	56.975.278	48.959.364	48.959.364
Passivo				
Depósitos de clientes	426.076.603	425.840.845	425.315.886	425.219.066
Valores a pagar a instituições financeiras	24.649.124	24.706.865	21.276.934	21.850.979
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	789.887	2.234.846	2.234.846
Obrigações por operações compromissadas	376.242.695	374.699.807	374.634.032	373.070.084
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	337.982.290	348.346.494	368.350.768	364.858.923
Outros passivos financeiros	36.177.471	36.177.471	49.082.539	49.082.539

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas) e o modelo *Black-Scholes* (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos são estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. Os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto que o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O *spread* de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada chamado IPP. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos que possuímos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por *rating*. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, são utilizados os *spreads* desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os *ratings*, as *durations* e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos *spreads* de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por *rating*), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso *spread* de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes *spreads* são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

	Saldo em 31.12.2017	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	128.668.015	97.175.734	31.492.281	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	5.855.058	2.598.080	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.798.219	5.855.058	1.943.161	-
Títulos públicos	6.000.532	5.852.850	147.682	-
Títulos privados	1.797.687	2.208	1.795.479	-
Derivativos	654.919	-	654.919	-
<i>Swaps</i>	386.920	-	386.920	-
Operações a termo	127.878	-	127.878	-
Opções	123.557	-	123.557	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	16.564	-	16.564	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.214.877	91.320.676	28.894.201	-
Títulos públicos	91.573.247	90.712.540	860.707	-
Títulos privados	28.641.630	608.136	28.033.494	-
Passivo	789.887	-	789.887	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	-	789.887	-
Derivativos	789.887	-	789.887	-
<i>Swaps</i>	467.523	-	467.523	-
Operações a termo	232.568	-	232.568	-
Opções	19.611	-	19.611	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	70.185	-	70.185	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	996.514.271	-	9.111.951	987.402.320
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	35.097.241	-	-	35.097.241
Aplicações em operações compromissadas	341.576.706	-	-	341.576.706
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.111.951	-	9.111.951	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	553.753.095	-	-	553.753.095
Outros ativos financeiros	56.975.278	-	-	56.975.278
Passivo	1.209.771.482	-	-	1.209.771.482
Depósitos de clientes	425.840.845	-	-	425.840.845
Valores a pagar a instituições financeiras	24.706.865	-	-	24.706.865
Obrigações por operações compromissadas	374.699.807	-	-	374.699.807
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	348.346.494	-	-	348.346.494
Outros passivos financeiros	36.177.471	-	-	36.177.471

	Saldo em 31.12.2016	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço de forma recorrente				
Ativo	112.339.073	75.251.238	37.087.835	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	4.784.375	2.885.023	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.056.835	4.784.375	1.272.460	-
Títulos públicos	4.904.256	4.750.659	153.597	-
Títulos privados	1.152.579	33.716	1.118.863	-
Derivativos	1.612.563	-	1.612.563	-
<i>Swaps</i>	1.128.169	-	1.128.169	-
Operações a termo	253.699	-	253.699	-
Opções	193.414	-	193.414	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	37.281	-	37.281	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.669.675	70.466.863	34.202.812	-
Títulos públicos	70.651.495	69.800.524	850.971	-
Títulos privados	34.018.180	666.339	33.351.841	-
Passivo	2.234.846	-	2.234.846	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.234.846	-	2.234.846	-
Instrumentos de dívida	364.455	-	364.455	-
Derivativos	1.870.391	-	1.870.391	-
<i>Swaps</i>	1.190.214	-	1.190.214	-
Operações a termo	582.138	-	582.138	-
Opções	30.656	-	30.656	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	67.383	-	67.383	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.067.955.399	-	8.474.880	1.059.480.519
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	49.103.377	-	-	49.103.377
Aplicações em operações compromissadas	371.618.407	-	-	371.618.407
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.474.880	-	8.474.880	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	589.799.371	-	-	589.799.371
Outros ativos financeiros	48.959.364	-	-	48.959.364
Passivo	1.234.081.592	-	-	1.234.081.592
Depósitos de clientes	425.219.066	-	-	425.219.066
Valores a pagar a instituições financeiras	21.850.979	-	-	21.850.979
Obrigações por operações compromissadas	373.070.084	-	-	373.070.084
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	364.858.923	-	-	364.858.923
Outros passivos financeiros	49.082.540	-	-	49.082.540

39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características: (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma *commodity* etc.); (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	31.12.2017	31.12.2016
	Valor de referência	Valor de referência
Contratos de futuros		
Compromissos de compra	5.629.177	12.675.733
Risco de taxa de juros	3.924.393	3.767.529
Risco de moedas	1.695.165	8.899.499
Outros riscos	9.619	8.705
Compromissos de venda	12.138.777	2.109.516
Risco de taxa de juros	10.774.927	1.103.821
Risco de moedas	1.321.124	872.351
Outros riscos	42.726	133.344

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica, tendo seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	6.180.063	127.878	4.472.363	253.699
Risco de taxa de juros	1.057	1.057	-	-
Risco de moedas	6.136.946	120.745	4.436.664	242.787
Outros riscos	42.060	6.076	35.699	10.912
Posição passiva	5.333.287	(232.568)	10.058.932	(582.138)
Risco de taxa de juros	1.057	(1.057)	-	-
Risco de moedas	5.266.052	(228.765)	10.053.226	(581.870)
Outros riscos	66.178	(2.746)	5.706	(268)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que o comprador e o vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de opções				
Posição comprada	125.664	123.557	194.283	193.414
Risco de moedas	1.488	73	573	67
Outros riscos	124.176	123.484	193.710	193.347
Posição vendida	390.784	(19.611)	245.367	(30.656)
Risco de taxa de juros	207.308	(2.273)	160.485	(30.367)
Risco de moedas	15.954	(758)	74.932	(176)
Outros riscos	167.522	(16.580)	9.950	(113)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de swap				
Posição ativa	7.261.065	386.920	8.501.030	1.128.169
Risco de taxa de juros	1.768.338	143.415	4.567.660	845.682
Risco de moedas	5.492.727	243.505	3.933.370	282.487
Posição passiva	6.610.242	(467.475)	10.748.833	(1.190.214)
Risco de taxa de juros	1.470.941	(104.863)	2.917.818	(164.126)
Risco de moedas	4.940.410	(353.208)	7.831.015	(1.026.088)
Outros riscos	198.891	(9.404)	-	-

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os swaps de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos swaps de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	669.542	16.564	3.258.028	37.281
Risco de moedas	669.542	16.564	3.258.028	37.281
Posição passiva	4.063.593	(70.233)	2.735.958	(67.383)
Risco de moedas	4.063.593	(70.233)	2.735.958	(67.383)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	Vencimento em dias				31.12.2017	31.12.2016
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de futuros	632.624	2.897.063	755.119	1.344.371	5.629.177	12.675.733
Contratos de operações a termo	889.892	4.492.331	715.277	82.563	6.180.063	4.472.363
Contratos de opções	743	1.437	123.484	-	125.664	194.283
Contratos de swap	1.282.672	2.360.448	2.003.751	1.614.194	7.261.065	8.501.030
Outros contratos de derivativos	554.555	61.577	32.260	21.150	669.542	3.258.028

Valor de referência – posição passiva	Vencimento em dias				31.12.2017	31.12.2016
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de futuros	29.111	2.758.915	3.005.217	6.345.534	12.138.777	2.109.516
Contratos de operações a termo	1.343.227	2.716.406	876.009	397.645	5.333.287	10.058.932
Contratos de opções	18.183	2.094	144.824	225.683	390.784	245.367
Contratos de swap	1.540.106	491.910	2.867.720	1.710.506	6.610.242	10.748.833
Outros contratos de derivativos	660.107	2.738.953	633.033	31.500	4.063.593	2.735.958

c) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor justo

As operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilidade das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. O principal objetivo da implementação de uma contabilidade de *hedge* consiste em registrar os ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto de *hedge* afetam o resultado contábil da entidade, de forma a reduzir a volatilidade do resultado contábil criada pelo registro dos derivativos ao valor justo.

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado. O Banco optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros.

O Banco utilizou até julho/2017 um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap*) como instrumento de *hedge*, com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial, enquanto o BB Investimentos utiliza contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	123.483	555.105
Swap	-	361.772
Opções	123.483	193.333
Itens objeto de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	36.993	197.585
Ativo financeiro disponível para venda	36.993	197.585
Passivo	-	(364.455)
Outros passivos	-	(364.455)

Para os exercícios de 2017, 2016 e 2015, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objetos de *hedge*.

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(135.005)	(1.090)	(155.010)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	139.807	1.252	153.943
Efeito líquido	4.802	162	(1.067)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	59.150	279.165	-
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(65.582)	(277.290)	-
Efeito líquido	(6.432)	1.875	-

40 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos contratados a liberar	117.609.174	118.745.942
Garantias prestadas	3.977.234	6.445.216
Créditos abertos para importação	176.766	229.143
Créditos de exportação confirmados	221.115	218.348

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Em atendimento à IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas em 31.12.2017 no valor de R\$ 202.547 mil (R\$ 442.301 mil em 31.12.2016).

41 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro/2017, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 80%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)	135.511.422	130.453.208
Nível I	95.227.960	90.283.551
Capital principal (CP)	72.320.060	67.718.439
Patrimônio líquido	88.067.958	76.702.977
Instrumentos elegíveis a capital principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(23.847.898)	(17.084.538)
Capital complementar	22.907.900	22.565.112
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.111.300	17.840.287
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.796.600	4.724.825
Nível II	40.283.462	40.169.657
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	40.327.803	40.181.808
Dívidas subordinadas autorizadas conforme a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – letras financeiras	4.558.860	5.466.093
Dívidas subordinadas autorizadas segundo as normas anteriores à Res. CMN n.º 4.192/2013	35.768.943	34.715.715
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	27.870.141	25.237.153
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽³⁾	7.898.802	9.478.562
Dedução do Nível II	(44.341)	(12.151)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(44.341)	(12.151)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	689.856.756	705.851.280
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	616.822.462	643.214.021
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	17.296.387	18.844.349
Risco operacional (RWA _{OPAD})	55.737.907	43.792.910
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	63.811.750	69.702.814
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR)	71.699.672	60.750.394
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA)	13,80%	12,79%
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,48%	9,59%
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,64%	18,48%

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50% em 31.12.2017 (60% em 31.12.2016), conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Índice de imobilização e capital excedente

	31.12.2017	31.12.2016
Índice de imobilização	16,02%	15,52%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	46.049.655	44.979.050

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

42 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla, entre outros, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio *versus* risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas subsidiárias integrais, é centralizada no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC), composto por membros do Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição a riscos e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito proporcionando sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

Os riscos tratados no Pilar II demonstram a necessidade do Banco em manter volume de capital adequado a todos os riscos envolvidos no negócio. O Banco instituiu conceitos, categorias e atividades de gestão para os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental, em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 e da Circular Bacen n.º 3.846/2017.

Adicionalmente, a Diretoria de Gestão de Riscos tem responsabilidade pela gestão dos riscos do Pilar II, riscos de estratégia, de reputação e o risco socioambiental.

O Comitê de Administração (CA), em conjunto com o Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e o CEGRC, foram definidos como a estrutura de governança para deliberar os assuntos relacionados a esses riscos.

O risco de taxa de juros do *banking book* segue a governança estabelecida para risco de mercado e o risco de concentração e o risco de crédito da contraparte seguem a governança estabelecida para o risco de crédito.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foi criado o CEGRC, tendo poder decisório por delegação.

O comitê executivo reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observando o quórum de instalação e a conveniência administrativa.

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos comitês supracitados.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- planejamento: fase de coleta, análise dos dados e elaboração de propostas;
- decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos subcomitês/CEGRC.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de mercado do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch (RW), desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo Comitê de Risco Global (CRG), estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o Conselho de Administração do Banco do Brasil, através da RAS (*Risk Appetite Statement*) estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: limites de caráter estratégico, alinhados aos limites de tolerância a riscos, utilizados para controlar aspectos globais relacionados a cada risco.

Limites específicos: limites definidos como desdobramentos dos limites globais, utilizados para controlar aspectos específicos relacionados a cada risco.

O processo de apuração e monitoramento dos limites de riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária do Banco do Brasil utiliza sistemas corporativos, desenvolvidos pelo Banco, e dois aplicativos de mensuração e monitoramento de riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária, o Riskwatch e o Algo Risk Application (ARA), fornecidos pela empresa IBM.

Os referidos aplicativos de risco viabilizam o monitoramento e a identificação de eventuais posições que extrapolem os limites aprovados.

O controle dos limites ao longo do dia encontra-se sob a responsabilidade da primeira camada de controle, isto é, das diretorias gestoras dos grupos e livros vinculados a Carteira de Negociação e a Carteira Bancária.

Quando da extrapolação dos limites de riscos de mercado ou de taxa de juros da carteira bancária das carteiras/grupos gerenciais do Banco do Brasil, é emitida ficha de extrapolação para os gestores, via correio corporativo, até três dias úteis após a data do movimento extrapolado.

Na ficha de extrapolação o gestor da carteira deve justificar a extrapolação do limite e datar a previsão para reenquadramento do mesmo.

Caso sejam identificadas três ou mais extrapolações para o mesmo limite no intervalo de seis meses, a Diris emite Recomendação Técnica de Risco (RTR), recomendando o aprimoramento da primeira linha de defesa do processo de Gestão de Riscos do Conglomerado.

Mensalmente, é reportado ao comitê executivo o consumo dos limites globais e específicos, por meio do painel de riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de Estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos para negociação, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco	Exposição	31.12.2017		31.12.2016	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(64.629)	67.943	10.361	(11.711)
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	-	-	2	(2)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(15.746)	16.684	(6.456)	7.317
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(7.353)	6.728	(5.172)	5.231
Total		(87.728)	91.355	(1.265)	835

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

Fatores de risco	Exposição	31.12.2017		31.12.2016	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(4.409.075)	4.578.636	(3.828.732)	3.979.738
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	1.972.533	(1.989.098)	1.969.250	(1.995.390)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(1.215.728)	1.307.717	(777.325)	824.566
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	3.431.621	(3.930.679)	2.405.793	(2.670.098)
Total		(220.649)	(33.424)	(231.014)	138.816

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança uni caudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível “estado do mercado” sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de *backtesting*

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

O *backtesting* é realizado com periodicidade mensal, comparando-se as variações negativas ocorridas nas posições (perdas) com as estimativas do valor em risco (VaR).

Os modelos de *backtesting* utilizam métodos estatísticos de avaliação baseados em testes de hipóteses (Kupiec, Christoffersen e de Basileia), com nível de significância de 99%.

Todos os métodos consistem em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo modelo de VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo de *backtesting*, que preveem faixas de aceitação que dependem do tamanho da série.

Nos testes de Kupiec e Christoffersen, existe um limite inferior e um limite superior da faixa, rejeitando eventos quando estes estiverem fora da faixa e não rejeitando caso estejam dentro da faixa. O teste de Christoffersen também verifica se as extrapolações ocorreram de forma independente ao longo do tempo, situação de não rejeição.

Para o teste de Basileia (Traffic Lights), há uma faixa verde, abaixo de um número definido de extrapolações, em que o modelo está acurado; uma faixa amarela, entre dois valores de limite que coloca o modelo sob observação e uma faixa vermelha, acima de um número definido de extrapolações, em que o modelo é considerado não acurado.

A tabela abaixo relaciona as duas vezes e os percentuais relacionados de extrapolação em relação ao VaR, de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. Em 2016, não houve extrapolações em relação ao VaR.

Data	% em comparação ao VaR
17/05/2017	177,86%
19/12/2017	116,45%

O modelo de VaR se mostrou consistente, dado que os testes realizados indicaram que os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos e pelo nível de confiança (99%).

Não existiram posições ou instrumentos financeiros que não foram considerados no cálculo do VaR para os períodos apresentados.

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) testes retrospectivos – carteira de negociação;
- (ii) testes prospectivos – carteira de negociação; e
- (iii) testes de análise de sensibilidade.

Teste retrospectivo – carteira de negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da Instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de abril de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.761	(2.394.858)
Moedas estrangeiras	2.806.340	(2.150.204)
Commodities	(125)	(18.001)
Total	5.684.976	

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	(1.129.624)
Moedas estrangeiras	3.497.356	(3.901.764)
Commodities	1.432	(8.654)
Total	4.233.418	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.761	3.141.674
Moedas estrangeiras	2.806.340	1.235.523
Commodities	(125)	19.989
Total	5.684.976	

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	2.047.853
Moedas estrangeiras	3.497.356	16.726.436
Commodities	1.432	9.497
Total	4.233.418	

Informamos que as premissas assumidas para os testes retrospectivos foram:

Para a pior perda, base 31.12.2017, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 733 e 7329 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 8,12% na data de 01.08.2002;
- (iii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -28,93% na data de 13.02.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2017, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 12.05.2000 para instrumentos com vencimento entre 1832 e 7329 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -11,48% na data de 26.03.2002;
- (iii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de -0,49% na data de 18.05.2017.

Para a pior perda, base 31.12.2016, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 370 e 739 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 1,72% na data de 04.01.2000;
- (iii) variação na cotação da Libra (GBP) na ordem de -0,16% na data de 01.08.2002;
- (iv) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -28,93% na data de 13.02.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2016, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Euro (EUR) na ordem de 0,52% na data de 04.01.2000;
- (iii) variação na cotação da Libra (GBP) na ordem de -0,02% na data de 04.01.2000.

Explicamos que a coluna “exposição líquida” é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Detalhamento das exposições líquidas para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	Exposição líquida	
	31.12.2017	31.12.2016
Moeda estrangeira	1.758.336	2.387.393
CHF	25.755	70.739
CAD	466	1.842
EUR	264.724	586.306
GBP	(74.889)	1.712.055
JPY	36.237	61.214
USD	1.146.295	(292.687)
Outras moedas	359.748	247.924
Commodities	(125)	1.432
Opções de <i>commodities</i>	(125)	1.432
Taxas de juros	2.878.762	734.631
Prefixado	2.098.755	193.777
Cupom de índices de preço	352.450	112.746
Cupom de moeda estrangeira	427.557	428.108
Total	4.636.973	3.123.456

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado. Os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos na carteira de não negociação não estão dentro do escopo dos testes de estresse, embora estejam sujeitos a análises de sensibilidade e medidas de Valor em Risco.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Conseqüentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. As tabelas abaixo mostram os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados de 1º de janeiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

Detalhamento das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	31.12.2017		31.12.2016	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda estrangeira	(699.261)	734.782	(3.901.763)	16.726.435
CHF	(10.568)	17.916	(29.136)	328.358
CAD	(183)	186	(726)	8.556
EUR	(90.423)	100.062	(200.827)	2.747.188
GBP	(29.376)	28.418	(648.831)	7.979.227
JPY	(14.276)	4.521	(24.226)	282.364
USD	(423.941)	458.650	(1.364.353)	108.952
Outras moedas	(130.494)	125.029	(1.633.664)	5.271.790
Commodities	(18.001)	19.989	(8.654)	9.497
Opções de <i>commodities</i>	(18.001)	19.989	(8.654)	9.497
Taxas de juros	(2.394.858)	3.141.674	(1.129.625)	2.047.853
Prefixado	(1.916.821)	2.616.961	(890.457)	1.696.742
Cupom de índices de preço	(298.893)	393.654	(114.546)	220.713
Cupom de moeda estrangeira	(179.144)	131.059	(124.622)	130.398
Total	(3.112.120)	3.896.445	(5.040.042)	18.783.785

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido através da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste prospectivo – carteira de negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação percentual no valor de mercado resultante de exposições a fatores de risco subjacentes aos requisitos de capital, aplicando choques correspondentes a fatores de risco de mercado. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças usando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e Deterioração Fiscal Brasileira; e

- Cenário 2: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e aumentos da taxa de juros na economia dos EUA.

Apresentamos abaixo os resultados dos testes de estresse prospectivos de nossa carteira de negociação de acordo com nosso programa de teste de estresse de risco de mercado.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, utilizamos as hipóteses do Cenário 1 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa de juros média anual de 7,00%;
- (ii) taxa de câmbio (real/dólar) de R\$ 4,02; e
- (iii) uma variação negativa de 12,51% do índice *Commodity Research Bureau*, ou CRB, para os preços das *commodities*.

Cenário 1 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.761	(949.737)
Moedas estrangeiras	2.806.340	3.612.179
Commodities	(125)	(97.481)
Total	5.684.976	

Utilizamos as hipóteses do Cenário 2 em relação à nossa estimativa dos resultados do teste de estresse prospectivo para nossa carteira de negociação, que se baseia na percepção de nossa alta administração sobre o comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa média anual de juros de 7,00%;
- (ii) taxa de câmbio (real/dólar) de R\$ 4,59; e
- (iii) uma variação negativa de 9,64% do CRB para os preços das *commodities*.

Cenário 2 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2017	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	2.878.761	(3.061.148)
Moedas estrangeiras	2.806.340	4.335.514
Commodities	(125)	(95.852)
Total	5.684.976	

Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, utilizamos as hipóteses do Cenário 1 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa de juros média anual de 13,00%;
- (ii) taxa de câmbio (real/dólar) de R\$ 3,26; e
- (iii) uma variação negativa de 10,18% do índice *Commodity Research Bureau*, ou CRB, para os preços das *commodities*.

Cenário 1 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	39.792
Moedas estrangeiras	3.497.356	3.980.419
Commodities	1.432	3.789
Total	4.233.418	

Utilizamos as hipóteses do Cenário 2 em relação à nossa estimativa dos resultados do teste de estresse prospectivo para nossa carteira de negociação, que se baseia na percepção de nossa alta administração sobre o comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa média anual de juros de 22,61%;
- (ii) taxa de câmbio (real/dólar) de R\$ 3,26; e
- (iii) uma variação negativa de 7,07% do CRB para os preços das *commodities*.

Cenário 2 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	276.687
Moedas estrangeiras	3.497.356	4.763.513
Commodities	1.432	(1.815)
Total	4.233.418	

A diferença entre os resultados dos testes retrospectivos e prospectivos pode ser explicada pelo fato de que a metodologia prospectiva utiliza cenários específicos de aumento ou diminuição de preços, taxas de juros e índices e pode apresentar ganhos ou perdas devido à exposição líquida de cada fator de risco. O resultado total do teste prospectivo é obtido adicionando os resultados individuais de cada fator de risco. A metodologia retrospectiva calcula as piores perdas e maiores ganhos para cada fator de risco com base em cenários de mudanças históricas nas curvas corporativas.

Como resultado, a metodologia prospectiva com cenários de diminuição de índices pode apresentar ganhos ou perdas, o mesmo ocorrendo com cenários de aumento. Na metodologia retrospectiva, a métrica das piores perdas só apresenta perda, e a métrica de maiores ganhos só apresenta ganhos.

Em nossa gestão de risco de mercado, utilizamos a metodologia retrospectiva, pois apresenta a pior perda nos cenários apresentados. Em nossa política de gestão de capital, estabelecemos uma margem de dois pontos percentuais acima do índice regulatório de Basileia, a fim de suportar os requisitos de capital dos riscos do Pilar II, incluindo esses resultados de testes de estresse. Historicamente, essa margem provou ser suficiente para suportar os cenários de perda de teste de estresse. Portanto, não há alocação de capital adicional, mas avaliamos continuamente a adequação dos riscos do Pilar II nesta margem prudencial. Para obter mais informações sobre nossas diretrizes e requisitos de adequação de capital, consulte "Item 4.B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação do Setor Bancário Brasileiro – Basileia III" e "Item 5.B. Liquidez e Recursos de Capital – Informações de Adequação de Capital".

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2017, é passiva no valor de US\$ 1.700,3 milhões e, para o período de 31.12.2016, é passiva no valor de US\$ 1.079,7 milhões.

Balanco em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	Contas patrimoniais			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	148.272.383	161.137.734	155.727.488	170.409.956
Euro	11.731.508	10.701.773	9.139.130	9.317.632
Libra Esterlina	129.851	395.480	541.656	702.275
Iene	2.237.969	1.655.376	2.487.405	2.477.277
Franco Suíço	13.981	967.761	19.392	893.936
Dólar Canadense	21.845	21.069	3.579	84.270
Ouro	10.161	-	8.288	-
Demais moedas	13.434.750	12.507.592	11.884.142	10.603.103
Total	175.852.448	187.386.785	179.811.080	194.488.449
Posição líquida – contas patrimoniais		(11.534.337)		(14.677.369)

Moeda	Derivativos			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	28.605.369	20.866.851	62.039.857	53.352.724
Euro	3.850.489	5.774.616	3.581.362	3.811.838
Libra Esterlina	-	528.847	2.464.426	581.345
Iene	39.281	959.795	771.135	1.049.180
Franco Suíço	980.156	933	945.421	-
Dólar Canadense	-	264	100.237	17.704
Demais moedas	565.960	207	73.256	4.468
Total	34.041.255	28.131.513	69.975.694	58.817.259
Posição líquida – derivativos	5.909.742		11.158.435	

Moeda	31.12.2017	31.12.2016
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	(5.126.833)	(5.995.335)
Euro	(894.392)	(408.978)
Libra Esterlina	(794.476)	1.722.462
Iene	(337.921)	(267.917)
Franco Suíço	25.443	70.877
Dólar Canadense	512	1.842
Ouro	10.161	8.288
Demais moedas	1.492.911	1.349.827
Posição líquida total	(5.624.595)	(3.518.934)

Resumo	31.12.2017		31.12.2016	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	209.893.703	215.518.298	249.786.774	253.305.708
Posição líquida total		(5.624.595)		(3.518.934)
Posição líquida total – em US\$		(1.700.301)		(1.079.726)

(1) Cotação do dólar em 31.12.2017 – 1 US\$ = R\$ 3,3080. Cotação do dólar em 31.12.2016 – 1 US\$ = R\$ 3,2591.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez:

- Indicador de liquidez de curto prazo (LCR): indicador regulatório que tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.
- Reserva de Liquidez (RL): nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado.
- Colchão de Liquidez: métrica prudencial que permite antever a tendência de aproximação da liquidez observada ao valor da Reserva de Liquidez. Evidencia a exposição ao risco de liquidez sem caracterizar estado de contingência.

- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL): utilizado na gestão de descasamento estrutural de liquidez o indicador visa assegurar o equilíbrio entre a captação e aplicação de recursos da carteira comercial, garantindo o financiamento da liquidez com recursos estáveis

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da Reserva de Liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao CEGRC, Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e CA do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto os limites da Reserva de Liquidez, Colchão de Liquidez e LCR asseguram o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários em condições normais de mercado e em cenários de estresse, o Indicador DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da Instituição, permitiu a manutenção da liquidez em patamares adequados às características do negócio do Banco, sem necessidade de acionamento de plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O LCR é exigido para instituições financeiras do Segmento S1, conforme previsto na Resolução CMN n.º 4.401/2015. O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central do Brasil, através da Circular n.º 3.749/2015, alinhado a diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar um cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

Assim, o LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total das saídas líquidas de caixa previstas para um período de 30 dias, representados na figura abaixo:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa (*) = Saídas Líquidas de Caixa
* Limitadas a 75% das Saídas de Caixa

Em 2017 a exigência mínima para o indicador foi de 80% e chegará a 100% em janeiro de 2019. As tabelas abaixo apresentam o resultado do indicador para dezembro de 2017 e dezembro de 2016. A queda no período deve-se, principalmente, às alterações na metodologia de cálculo do indicador implementadas pelo Banco Central em virtude de processo de RCAP (*Regulatory Consistency Assessment Programme*) do Comitê de Basileia.

Itens	Valor ponderado ⁽¹⁾	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativos de Alta Liquidez (HQLA) ⁽²⁾	116.271.347	116.772.055
Total de saídas líquidas de caixa	49.575.890	33.315.768
LCR (%)	234,5%	350,5%

(1) Valor após a aplicação dos fatores de ponderação e limites estabelecidos pela Circular Bacen n.º 3.749/2015.

(2) Total de ativos que permanecem líquidos durante períodos de estresse e podem ser facilmente convertidos em caixa com baixo risco.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos de clientes, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão dos riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destacam-se, entre outras captações comerciais, as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio que, após o período de carência de 90 dias, têm disponibilidade diária para o poupador.

As captações por meio de operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

A queda observada de cerca de R\$ 14,6 bilhões no volume total das captações entre dezembro de 2017 e dezembro 2016 deve-se, principalmente, à queda de outras captações comerciais sem maturidade definida (Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e Letras de Crédito Imobiliário – LCI) e captação no mercado externo, parcialmente compensada pela elevação das operações compromissadas.

Composição das captações

Passivo	31.12.2017						Total	Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Depósitos a prazo fixo	1.582.804	1.220.360	963.222	10.520.739	-	14.287.125	1,2%	
Captação de tesouraria	5.005.207	6.449.948	8.216.310	27.402.045	3.904.819	50.978.329	4,3%	
Depósitos judiciais	121.210.235	-	-	-	-	121.210.235	10,1%	
Captação no mercado externo	848.036	10.264.800	12.241.278	34.397.561	74.886.618	132.638.293	11,0%	
Outras captações comerciais	11.800.061	15.010	-	-	-	11.815.071	1,0%	
Depósitos Comerciais SMD	250.599.325	-	-	-	-	250.599.325	20,9%	
Outras Captações Comerciais SMD	105.783.894	-	-	-	-	105.783.894	8,8%	
Fundos e repasses	5.094.057	10.645.107	8.894.380	50.876.661	49.547.256	125.057.461	10,4%	
Operações compromissadas	187.115.047	167.668.017	19.209.365	12.763.102	327.543	387.083.074	32,3%	
Total	689.038.666	196.263.242	49.524.555	135.960.108	128.666.236	1.199.452.807	100,0%	

Passivo	31.12.2016						Total	Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Depósitos a prazo fixo	1.356.279	424.681	500.027	11.057.811	-	13.338.798	1,1%	
Captação de tesouraria	4.048.972	3.289.534	1.964.114	39.265.065	3.503.496	52.071.181	4,3%	
Depósitos judiciais	122.150.871	-	-	-	-	122.150.871	10,1%	
Captação no mercado externo	3.525.204	9.595.369	7.583.979	35.148.976	90.277.063	146.130.591	12,0%	
Outras captações comerciais	11.938.434	1.781	-	-	-	11.940.215	1,0%	
Depósitos Comerciais SMD	246.816.961	-	-	-	-	246.816.961	20,3%	
Outras Captações Comerciais SMD	142.038.955	-	-	-	-	142.038.955	11,7%	
Fundos e repasses	4.373.827	8.669.376	10.054.155	52.606.008	52.630.388	128.333.754	10,6%	
Operações compromissadas	329.530.252	13.096.821	3.314.646	5.257.081	-	351.198.800	28,9%	
Total	865.779.755	35.077.562	23.416.921	143.334.941	146.410.947	1.214.020.126	100,0%	

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31.12.2017 e 31.12.2016:

Descrição	31.12.2017					Total
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Avais e Fiança	3.147.973	655.656	1.292.794	1.432.033	6.528.456	
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	-	3.549	3.549	
Demais coobrigações	188.464	-	-	-	188.464	
Total	3.336.437	655.656	1.292.794	1.435.582	6.720.469	

Descrição	31.12.2016					Total
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Avais e Fiança	2.614.734	1.260.324	4.400.381	2.591.741	10.867.180	
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	1	4.762	4.763	
Demais coobrigações	175.000	-	-	-	175.000	
Total	2.789.734	1.260.324	4.400.382	2.596.503	11.046.943	

Compromisso de empréstimos

O Banco do Brasil oferece linhas de crédito que impactam o risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém um limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

Abaixo os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31.12.2017 e 31.12.2016:

Passivo		31.12.2017			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque Especial	Utilizado	9.957.788	6.948.133	1.440.312	18.346.233
	Não Utilizado	1.358.233	809.288	126.802	2.294.323
Cartão de Crédito	Utilizado	9.416.248	-	32.480.115	41.896.363
	Não Utilizado	6.402.926	477.434	24.040.210	30.920.570
Total		27.135.195	8.234.855	58.087.439	93.457.489

Passivo		31.12.2016			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque Especial	Utilizado	12.050	385.355	2.319.497	2.716.902
	Não Utilizado	-	19.221.173	-	19.221.173
Cartão de Crédito	Utilizado	149.795	177.185	34.521.731	34.848.711
	Não Utilizado	-	36.105.924	-	36.105.924
Total		161.845	55.889.637	36.841.228	92.892.710

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

Risco de Contraparte: possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

Risco País: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

Risco de *Commitment*: possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

Risco de Intermediadora ou Conveniente: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;

Risco de Concentração: possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir os interesses dos acionistas.

Política de crédito

A Política Específica de Crédito orienta o comportamento com relação ao crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito no Banco do Brasil. É aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente. Esta Política compreende a assunção e gerenciamento do risco de crédito, a cobrança e recuperação do crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito, inclusive aqueles realizados por conta e risco de terceiros, ressalvada, neste caso, a adoção de regra diferenciada decorrente de análise específica ou de orientações do alocador de recursos.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco do Brasil é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência do Banco e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

A gestão de cobrança estabelece a postura do Banco nos processos de cobrança em operações em curso anormal a partir do seu vencimento, em situações de infringência de qualquer obrigação contratual ou legal e em situações peculiares à atuação internacional, arbitragem ou legislação específica do país onde as dependências do Banco estejam localizadas.

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito, em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente e aborda, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

A quantidade e a natureza das nossas operações, a diversidade e a complexidade de nossos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

O Banco utiliza informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considera, para a apuração do risco final de operações, natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo, risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, bem como operações com riscos mais elevados, presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- (i) operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- (ii) operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- (iii) operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- (iv) demais operações: aquelas não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - (a) clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - (b) clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de metodologia específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores <i>ratings</i> , consideradas como de baixa probabilidade de <i>default</i> .
A		
B		
C		
D	Médio Risco	Operações classificadas em <i>ratings</i> médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou arrasto ⁽¹⁾ .
E		
F	Alto Risco	Operações de <i>ratings</i> mais elevados, com alta probabilidade de <i>default</i> , podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ⁽¹⁾ ou renegociadas.
G		
H		

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e complexidades dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que sua mensuração seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficiente para efetuar-la de forma abrangente.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários	13.471.112	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	69.081.139	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras	35.116.862	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	348.186.760	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	7.669.398
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.214.877	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	10.457.429	9.120.261
Empréstimos a clientes	621.512.738	637.804.116
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.226.494.055	1.256.314.441
Itens não registrados no balanço patrimonial	132.684.121	125.638.649
Total da exposição a risco de crédito	1.359.178.176	1.381.953.090

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno e apresentam baixo risco de crédito.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o patrimônio líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos privados.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável; e
- sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

	31.12.2017	31.12.2016
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	519.520.586	545.257.658
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	26.648.202	22.948.334
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	75.343.950	69.598.124
Total de empréstimos a clientes	621.512.738	637.804.116
Perdas por redução ao valor recuperável	(36.321.797)	(33.947.381)
Total líquido	585.190.941	603.856.735

(1) Inclui o valor de empréstimos em atraso e de curso anormal

Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

Nível de risco	31.12.2017	31.12.2016
Baixo risco	515.199.796	535.413.356
Médio risco	3.031.516	9.490.140
Alto risco	1.289.275	354.162
Total	519.520.587	545.257.658

Integram essa categoria os empréstimos a clientes em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como “alto risco” não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2017, apenas 0,25% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto risco são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, conseqüentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes – vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	31.12.2017	31.12.2016
1 a 60 dias	26.324.432	20.817.461
61 a 90 dias	34.927	484.704
Acima de 90 dias	288.843	1.646.169
Total	26.648.202	22.948.334

Integra essa categoria o saldo total dos empréstimos a clientes vencidos sem indício de perda, ou vencidos com indício de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos a clientes com prazo vencido por mais de 90 dias classificados como “vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável” são considerados como “sem perda por imparidade” pois as normas do CMN e BACEN permitem ao Banco garantir a seus clientes um prazo para regularização com novas condições de pagamento (por exemplo, pagamento de parcelas atrasadas e novos cronogramas de pagamento de acordo com condições específicas estabelecidas pelos gestores dos produtos). Se o cliente regularizar sua situação de acordo com os novos termos, o empréstimo é reclassificado para o status de não inadimplente. Do contrário, esses empréstimos devem ser reclassificados e a imparidade pode ser calculada.

Nível de risco	31.12.2017	31.12.2016
Baixo risco	25.968.260	17.800.507
Médio risco	339.724	4.808.608
Alto risco	340.218	339.219
Total	26.648.202	22.948.334

Os empréstimos vencidos classificados como “alto risco” não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2017, 1,27% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco e 1,27% com clientes considerados de médio risco.

Empréstimos a Clientes – sujeitos a perda por redução ao valor recuperável

	31.12.2017	31.12.2016
Avaliação coletiva	56.390.795	53.302.391
Avaliação individual	18.953.155	16.295.733
Total	75.343.950	69.598.124

Integram essa categoria os empréstimos a clientes com indício de perda e para os quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Para empréstimos a clientes com valores significativos e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como os empréstimos em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e conseqüente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- situação das operações do cliente;
- compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil *versus* risco de terceiros);
- situação econômico-financeira do cliente;
- restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em *bureaus* de crédito); e
- garantias das operações.

Nível de risco	31.12.2017	31.12.2016
Baixo risco	26.639.238	25.137.256
Médio risco	19.608.030	16.038.800
Alto risco	29.096.682	28.422.068
Total	75.343.950	69.598.124

Em 2017, o saldo dos empréstimos a clientes sujeitos a perda por redução ao valor recuperável apresentou 38,61% das exposições classificados como "alto risco" e 26,02% classificadas como médio risco.

Ativos recebidos em garantia

	31.12.2017	31.12.2016
Contratadas com garantias	401.308.809	423.760.950
Contratadas sem garantias	135.256.972	143.730.238
Contratadas outros mitigadores	84.946.957	70.312.928
Total	621.512.738	637.804.116

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam auto liquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Percentual de adiantamento sobre os ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de *hedge* cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- existência ou não da apresentação de contragarantias;
- limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

A tabela a seguir apresenta o valor das garantias sobre as quais o Banco tem direito, com relação aos empréstimos. O valor de garantias é considerado na metodologia de cálculo de perda por empréstimos.

	31.12.2017	31.12.2016
Valor das operações	19.246.712	11.490.982
Valor das garantias	5.683.504	8.795.051

Os valores das garantias apresentadas na tabela acima se referem às garantias reais, vinculadas ao Banco, por meio de instrumentos de crédito (cédula ou contrato), passíveis de serem executadas judicialmente, para realização dos créditos, até o limite do valor contratado ou arbitrado judicialmente no caso de judicialização da cobrança.

Em relação às garantias dos empréstimos analisadas pelo Banco do Brasil para definição das perdas dos clientes classificados como impairment relevante (tratadas de forma individualizada), são adotados os seguintes critérios:

- consideradas todas as garantias registradas em sistema proprietário do Banco;
- consideradas como garantias reais os bens imóveis, títulos e direitos, operações no BB, rede externa, e os bens móveis (apenas máquinas, veículos e bens industriais com maior prazo de vida útil);
- excluídas as garantias com preço extremamente volátil, a exemplo de ações;
- excluídas as garantias de fácil deterioração, a exemplo de safras e animais, com avaliação realizada há mais de um ano da data de referência; e
- excluídas as garantias constituídas por nota promissória sem aval, Aval/Fiança GBB, Aval/Fiança empresa coligada, Aval/Fiança de sócio PF ou dirigente e carta de crédito *standby*.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no Índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 23 – Empréstimos a Clientes.

Exposições por região geográfica

	31.12.2017	31.12.2016
Banco do Brasil		
Mercado interno	584.959.383	601.167.193
Sudeste	305.596.746	321.916.939
Sul	102.797.011	105.980.696
Centro-Oeste	79.866.471	78.314.069
Nordeste	68.709.929	67.243.679
Norte	27.989.226	27.711.810
Mercado externo	36.553.355	36.636.923
Total	621.512.738	637.804.116

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam na Nota 23.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31.12.2017	31.12.2016
Imóveis	227.848	198.068
Máquinas e equipamentos	2.206	2.505
Veículos e afins	140	237
Outros	42	42
Total	230.236	200.852

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de Leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Com o objetivo de cumprir as estratégias e políticas definidas para risco operacional e atendendo aos requisitos regulatórios, as atividades referentes às fases de gestão, estão sintetizadas na tabela a seguir.

Fases do processo de gestão do risco operacional

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

A política de risco operacional, aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, esperando-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 3.380/2006, a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos associados a cada instituição individualmente do Conglomerado Financeiro, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais empresas integrantes no Consolidado Econômico-Financeiro.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- problemas trabalhistas;
- falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões e fraude documental);
- fraudes internas; e
- falhas em sistemas.

O acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do CSGRC e CEGRC. Em caso de extrapolações dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço são acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

43 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	174.710	190.846	473.446	424.813
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.997.903	30.928.290	36.936.707	36.052.691
Ativos financeiros mantidos até o vencimento ⁽¹⁾	9.259.124	9.270.571	23.141.191	23.139.314
Total	40.431.737	40.389.707	60.551.344	59.616.818

(1) Referem-se às debêntures adquiridas da BB Leasing, eliminadas no processo de consolidação.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	496.056	499.253	612.087	616.291
Passivos financeiros associados	496.365	496.365	612.132	612.132
Posição líquida	(309)	2.888	(45)	4.159

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes líquidos de provisão" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Vendas com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

44 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos os critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *Netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *Multiple Transaction Payment Netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *Set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte que não está em *default* opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments ou multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2017	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	13.514.423	(13.086.490)	427.933	(22.008)	(27.787)	-	378.138	226.986	654.919
Aplicações em operações compromissadas	570.465	-	570.465	-	-	(515.419)	55.046	347.616.295	348.186.760
Total	14.084.888	(13.086.490)	998.398	(22.008)	(27.787)	(515.419)	433.184	347.843.281	348.841.679

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2017	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(13.643.772)	13.086.490	(557.282)	86.495	245.193	-	(225.594)	(232.605)	(789.887)
Obrigações por operações compromissadas	(992.073)	-	(992.073)	-	-	806.971	(185.102)	(375.250.622)	(376.242.695)
Total	(14.635.845)	13.086.490	(1.549.355)	86.495	245.193	806.971	(410.696)	(375.483.227)	(377.032.582)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2016	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	11.294.339	(10.173.760)	1.120.579	(107.213)	-	-	1.013.366	491.984	1.612.563
Aplicações em operações compromissadas	165.903	-	165.903	-	-	(149.385)	16.518	371.516.782	371.682.685
Total	11.460.242	(10.173.760)	1.286.482	(107.213)	-	(149.385)	1.029.884	372.008.766	373.295.248

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2016	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(11.670.417)	10.173.760	(1.496.657)	27.155	221.875	-	(1.247.627)	(373.734)	(1.870.391)
Obrigações por operações compromissadas	(936.029)	-	(936.029)	-	-	794.998	(141.031)	(373.698.003)	(374.634.032)
Total	(12.606.446)	10.173.760	(2.432.686)	27.155	221.875	794.998	(1.388.658)	(374.071.737)	(376.504.423)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

45 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2017			31.12.2016		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	102.110	118.499	220.609	106.110	116.432	222.542
Plano de Benefícios 1 – Previ	10.637	98.788	109.425	11.268	99.037	110.305
Plano Previ Futuro	77.975	1.520	79.495	78.886	1.084	79.970
Plano Informal	-	3.076	3.076	-	3.267	3.267
Outros Planos	13.498	15.115	28.613	15.956	13.044	29.000
Planos de Assistência Médica	103.239	105.724	208.963	105.364	106.429	211.793
Cassi	92.390	98.618	191.008	93.283	99.245	192.528
Outros Planos	10.849	7.106	17.955	12.081	7.184	19.265

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.564.536	1.470.795	1.367.680
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	606.677	575.569	549.275
Plano Previ Futuro	619.585	570.814	499.803
Plano Informal	180.153	184.003	180.547
Outros Planos	158.121	140.409	138.055
Planos de Assistência Médica	1.287.365	1.221.675	1.110.904
Cassi	1.132.016	1.061.596	976.675
Outros Planos	155.349	160.079	134.229
Total	2.851.901	2.692.470	2.478.584

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 45.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2018, estão estimadas em R\$ 912.400 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	(1.396.267)	(1.496.120)	(439.930)
Plano de Benefícios 1 – Previ	(465.601)	(616.738)	358.000
Plano Previ Futuro	(619.585)	(570.814)	(499.803)
Plano Informal	(128.051)	(159.964)	(141.379)
Outros Planos	(183.030)	(148.604)	(156.748)
Planos de Assistência Médica	(1.545.553)	(1.610.839)	(1.362.534)
Cassi	(1.407.685)	(1.464.114)	(1.238.351)
Outros Planos	(137.868)	(146.725)	(124.183)
Total	(2.941.820)	(3.106.959)	(1.802.464)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 45.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais (Nota 45.f).

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamto. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2017 e 31.12.2016.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
Custo de juros	(15.912.131)	(17.069.298)	(96.792)	(121.736)	(901.981)	(941.398)	(819.764)	(860.756)
Custo do serviço corrente	(429.542)	(455.492)	-	-	(98.102)	(85.735)	(23.819)	(26.616)
Custo do serviço passado	-	-	(31.259)	(38.228)	-	-	-	-
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	12.228.789	10.350.474	180.153	184.002	724.412	624.614	653.780	585.425
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais	(2.796.329)	(19.845.343)	(46.324)	(80.228)	(500.037)	(1.297.805)	(1.100.287)	(1.006.081)
Ajuste de experiência	3.518.247	(1.749.063)	(7.965)	(8.380)	(10.283)	(293.184)	45.167	259.022
Alterações em premissas biométricas	-	-	-	-	-	-	(644.827)	(78.102)
Alterações em premissas financeiras	(6.314.576)	(18.096.280)	(38.359)	(71.848)	(489.754)	(1.004.621)	(500.627)	(1.187.001)
Saldo final	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(155.258.787)	(143.946.397)	-	-	-	-	(5.713.736)	(5.731.092)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	(4.403.177)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(3.186.303)	(1.878.857)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	143.946.397	118.378.747	-	-	-	-	5.731.092	5.394.014
Receita de juros	15.410.472	16.291.315	-	-	-	-	608.154	725.014
Contribuições recebidas	606.678	575.569	180.153	184.002	724.412	624.614	220.451	177.830
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(12.228.789)	(10.350.474)	(180.153)	(184.002)	(724.412)	(624.614)	(653.780)	(585.425)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	16.289.868	19.051.240	-	-	-	-	(192.181)	19.659
Saldo final	164.024.626	143.946.397	-	-	-	-	5.713.736	5.731.092

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1) Valor justo dos ativos do plano	164.024.626	143.946.397	-	-	-	-	5.713.736	5.731.092
2) Valor presente das obrigações atuariais	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	8.765.839	(4.403.177)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(3.186.303)	(1.878.857)
4) Ativo / (Passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	4.382.919	(2.201.588)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(2.078.422)	(1.260.178)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				Total
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	acima 3 anos	
Plano 1 (Previ)	9,34	13.297.575	13.142.312	12.984.304	243.411.753	282.835.944
Plano Informal (Previ)	5,57	154.261	137.927	122.797	907.784	1.322.769
Plano de Associados (Cassi)	9,90	753.742	740.040	725.455	15.179.919	17.399.156
Regulamento Geral (Economus)	10,14	453.591	453.981	454.153	10.426.188	11.787.913
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,75	1.455	1.558	1.667	107.905	112.585
Plus I e II (Economus)	6,67	59.245	55.058	51.052	514.204	679.559
Grupo B' (Economus)	9,75	16.056	15.980	15.895	334.383	382.314
Prevmiais (Economus)	12,15	20.169	20.154	20.276	656.763	717.362
Multifuturo I (Fusesc)	10,37	6.160	6.111	6.057	140.257	158.585
Plano I (Fusesc)	9,20	41.458	41.299	41.075	778.181	902.013
Plano BEP (Prevbep)	11,63	3.908	4.307	4.375	136.264	148.854

(1) Duração média ponderada (em anos) da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2015
Custo do serviço corrente	(214.772)	(227.746)	(214.361)	-	-	-	(98.101)	(85.734)	(95.421)	(11.909)	(13.324)	(17.170)
Custo dos juros	(7.956.065)	(8.534.649)	(7.608.718)	(96.792)	(121.736)	(111.770)	(901.980)	(941.398)	(731.014)	(446.325)	(466.551)	(415.349)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	7.705.236	8.145.657	8.181.079	-	-	-	-	-	-	303.477	361.817	313.068
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	(31.259)	(38.228)	(29.609)	-	-	-	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(407.604)	(436.982)	(411.916)	(173.065)	(184.881)	(163.199)
Outros ajustes/reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.924	7.610	1.719
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	(465.601)	(616.738)	358.000	(128.051)	(159.964)	(141.379)	(1.407.685)	(1.464.114)	(1.238.351)	(320.898)	(295.329)	(280.931)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Renda fixa	70.104.125	58.053.582	4.708.087	4.831.482
Renda variável ⁽¹⁾	77.501.636	70.648.892	316.452	294.651
Investimentos imobiliários	9.759.465	9.126.202	190.893	194.858
Empréstimos e financiamentos	5.593.240	5.254.043	121.801	100.183
Outros	1.066.160	863.678	376.503	309.918
Total	164.024.626	143.946.397	5.713.736	5.731.092

Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano

Em instrumentos financeiros próprios da entidade	12.191.887	11.631.219	30.297	23.926
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	155.611	156.758	7.684	7.848

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 45.179.060 mil (R\$ 30.265.763 mil em 31.12.2016), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de inflação (a.a.)	5,10%	5,41%	5,00%	5,29%	5,11%	5,43%	5,11%	5,40%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	5,77%	5,05%	5,84%	5,32%	5,75%	5,31%	5,77%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,67%	11,49%	-	-	-	-	10,69%	11,48%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93%	1,04%	-	-	-	-	0,91%	0,92%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000/ AT-83	AT-2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) A partir de 30.06.2017, os planos Regulamento Complementar 1 e Grupo B' passaram a utilizar a tábua de sobrevivência AT-83.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	5,00%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 – Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Valor apurado – Previ	142.116.752	130.196.465	(146.567.430)	(144.371.339)	(4.450.678)	(14.174.874)
Incorporação dos valores do Contrato 97	13.506.509	14.251.784	(13.506.509)	(14.251.784)	-	-
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.101.682	1.145.314	(1.101.682)	(1.145.314)	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	7.299.683	(1.647.166)	-	-	7.299.683	(1.647.166)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	5.916.834	11.418.863	5.916.834	11.418.863
Valor apurado – Banco	164.024.626	143.946.397	(155.258.787)	(148.349.574)	8.765.839	(4.403.177)

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2017	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	155.258.787	151.561.097	158.921.732	155.306.251	155.211.324	151.852.415	158.809.808
	Superávit/(déficit) do plano	8.765.839	12.463.529	5.102.894	8.718.375	8.813.302	12.172.211	5.214.818
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	959.692	922.038	998.110	-	-	946.932	972.829
	Superávit/(déficit) do plano	(959.692)	(922.038)	(998.110)	-	-	(946.932)	(972.829)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	8.724.130	8.509.285	8.937.459	8.726.940	8.721.320	8.516.369	8.941.503
	Superávit/(déficit) do plano	(8.724.130)	(8.509.285)	(8.937.459)	(8.726.940)	(8.721.320)	(8.516.369)	(8.941.503)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	6.902.096	6.797.371	7.003.546	-	-	6.719.685	7.093.139
	Superávit/(déficit) do plano	(2.633.398)	(2.528.673)	(2.734.849)	-	-	(2.450.987)	(2.824.441)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	45.493	47.149	43.876	-	-	43.909	47.158
	Superávit/(déficit) do plano	(956)	(2.612)	661	-	-	628	(2.621)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	656.497	630.484	683.032	-	-	642.310	671.291
	Superávit/(déficit) do plano	(656.497)	(630.484)	(683.032)	-	-	(642.310)	(671.291)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	210.324	206.099	214.423	-	-	205.496	215.351
	Superávit/(déficit) do plano	(210.324)	(206.099)	(214.423)	-	-	(205.496)	(215.351)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	314.908	313.662	316.205	317.409	312.451	305.677	324.644
	Superávit/(déficit) do plano	87.070	88.315	85.773	84.569	89.527	96.301	77.334
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	81.695	80.233	83.118	-	-	79.700	83.780
	Superávit/(déficit) do plano	126.571	128.033	125.148	-	-	128.566	124.486
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	618.161	606.881	629.220	-	-	607.348	629.391
	Superávit/(déficit) do plano	52.975	64.255	41.916	-	-	63.787	41.745
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	70.865	69.770	71.925	70.985	70.745	68.956	72.866
	Superávit/(déficit) do plano	48.256	49.352	47.196	48.136	48.376	50.165	46.255

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Plano 1 (Previ)	4.382.919	-	-	(2.201.588)
Plano Informal (Previ)	-	-	(959.692)	(965.470)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	(8.724.130)	(7.948.422)
Regulamento Geral (Economus)	-	-	(1.368.699)	(829.730)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	-	-	(339)	(2.659)
Plus I e II (Economus)	-	-	(656.497)	(409.315)
Grupo B' (Economus)	-	-	(210.324)	(170.302)
Prevmais (Economus)	43.535	36.846	-	-
Multifuturo I (Fusesc)	63.286	57.514	-	-
Plano I (Fusesc)	26.488	33.586	-	-
Plano BEP (Prevbep)	24.128	23.882	-	-
Total	4.540.356	151.828	(11.919.681)	(12.527.486)

f) Destinações do superávit – Plano 1

	Exercício/2017	Exercício/2016
Fundo Paridade		
Saldo inicial	129.900	120.378
Atualização	9.092	14.065
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(36.266)	(4.543)
Saldo final	102.726	129.900
Fundo de Utilização		
Saldo inicial	9.432.110	8.959.543
Contribuições ao Plano 1	(570.411)	(571.026)
Atualização	637.789	1.043.593
Saldo final	9.499.488	9.432.110
Total dos fundos de destinação do superávit	9.602.214	9.562.010

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

46 – PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Benefícios de curto prazo	48.812	47.096	53.683
Honorários e encargos sociais	33.098	34.674	33.569
Diretoria Executiva	32.699	34.167	33.078
Conselho de Administração	399	507	491
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	12.592	9.067	16.865
Outros ⁽¹⁾	3.122	3.355	3.249
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	549	1.180	97
Remuneração baseada em ações	8.459	7.260	5.966
Total	57.820	55.536	59.746

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 37.I).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Conforme as normas vigentes e o Estatuto Social, o Banco do Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração. Eventuais saldos existentes referem-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o pessoal-chave da administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Dentre as transações realizadas com o Controlador (Tesouro Nacional) destacam-se: as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 20, 21 e 22. Informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 34; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 45.

A Previ utiliza-se dos sistemas internos do Banco, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas. Há também contratos de comodato entre o Banco e algumas partes relacionadas, onde o Banco figura basicamente como cessionário nos contratos, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2017, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 54.457 mil (R\$ 48.343 mil no exercício de 2016).

c) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2017				Total
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	9.788.955	-	301.087	10.090.042
Ativos financeiros	-	3.440.424	-	682.928	4.123.352
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	-	3.418.210	2.774	31.326.490	34.747.474
Outros ativos ⁽⁶⁾	4.430.928	801.095	-	356.159	5.588.182
Total	4.430.928	17.448.684	2.774	32.666.664	54.549.050
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	-	2.278.693	-	3.920.441	6.199.134
Passivo					
Depósitos de clientes	262.607	41.085	1.279	8.885.618	9.190.589
Obrigações por operações compromissadas	-	1.993.484	-	3.465.726	5.459.210
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	145.264	-	-	73.268.852	73.414.116
Outros passivos ⁽⁸⁾	452.077	13.565.303	18.327	1.570.053	15.605.760
Total	859.948	15.599.872	19.606	87.190.249	103.669.675
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	-	6.804.136	-	735.098	7.539.234
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2017				
Receitas de juros, prestação de serviços e outras receitas	5.210.625	6.979.402	340	4.034.584	16.224.951
Despesas de juros e outras despesas	(71.607)	(554.665)	(1.203)	(5.288.710)	(5.916.185)
Total líquido	5.139.018	6.424.737	(863)	(1.254.126)	10.308.766

(1) Tesouro Nacional.

(2) Compreendem as empresas relacionadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo como: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R\$ 39.798 mil no exercício/2017). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	31.12.2016				Total
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	14.208.705	-	-	14.208.705
Ativos financeiros	-	3.526.917	-	897.187	4.424.104
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	-	702.922	3.153	31.239.992	31.946.067
Outros ativos ⁽⁶⁾	5.162.844	1.040.105	-	53.199	6.256.148
Total	5.162.844	19.478.649	3.153	32.190.378	56.835.024
Passivo					
Depósitos de clientes	379.593	176.621	2.493	14.844.610	15.403.317
Obrigações por operações compromissadas	-	5.699.646	-	3.100.600	8.800.246
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	2.471.934	-	-	80.610.367	83.082.301
Outros passivos	115.348	1.425.515	25.396	662.042	2.228.301
Total	2.966.875	7.301.782	27.889	99.217.619	109.514.165
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁷⁾	-	6.814.807	-	837.984	7.652.791
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2016				
Receitas de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	7.787.233	386	4.718.993	18.900.288
Despesas de juros e outras despesas	(103.273)	(478.407)	(3.286)	(5.797.816)	(6.382.782)
Total líquido	6.290.403	7.308.826	(2.900)	(1.078.823)	12.517.506

(1) Tesouro Nacional.

(2) Compreendem as empresas relacionadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo como: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes com outras partes relacionadas possuem R\$ 120.404 mil de provisão.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

47 – ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

	31.12.2017		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	13.471.112	-	13.471.112
Depósitos compulsórios em bancos centrais	69.081.139	-	69.081.139
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	28.238.016	6.878.846	35.116.862
Aplicações em operações compromissadas	347.671.300	515.460	348.186.760
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.453.138	-	8.453.138
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.798.219	-	7.798.219
Derivativos	654.919	-	654.919
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.373.298	114.841.579	120.214.877
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.627.111	2.830.318	10.457.429
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	221.200.764	363.990.177	585.190.941
Ativos não correntes disponíveis para venda	94.512	-	94.512
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	20.532.053	20.532.053
Ativo imobilizado	-	7.466.150	7.466.150
Ativos intangíveis	-	7.615.120	7.615.120
Ágio sobre investimentos	-	591.582	591.582
Outros	-	7.023.538	7.023.538
Ativos fiscais	8.267.861	39.601.948	47.869.809
Correntes	8.267.861	121.489	8.389.350
Diferidos	-	39.480.459	39.480.459
Outros ativos	41.386.835	37.938.305	79.325.140
Total	750.865.086	602.209.956	1.353.075.042
Passivo			
Depósitos de clientes	383.786.362	42.290.241	426.076.603
Valores a pagar a instituições financeiras	21.666.498	2.982.626	24.649.124
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	789.887	-	789.887
Derivativos	789.887	-	789.887
Obrigações por operações compromissadas	365.536.950	10.705.745	376.242.695
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	147.477.642	190.504.648	337.982.290
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.656.104	7.944.247	9.600.351
Passivos fiscais	2.365.251	3.069.317	5.434.568
Correntes	2.365.251	-	2.365.251
Diferidos	-	3.069.317	3.069.317
Outros passivos	56.129.844	14.931.252	71.061.096
Patrimônio líquido	-	101.238.428	101.238.428
Total	979.408.538	373.666.504	1.353.075.042

	31.12.2016		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	12.798.204	-	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.451.094	-	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	48.320.442	798.566	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	371.533.292	149.393	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	-	7.669.398
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.056.835	-	6.056.835
Derivativos	1.612.563	-	1.612.563
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.815.704	98.853.971	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	434.544	8.685.717	9.120.261
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	226.451.506	377.405.229	603.856.735
Ativos não correntes disponíveis para venda	44.531	-	44.531
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	19.641.884	19.641.884
Ativo imobilizado	-	7.614.059	7.614.059
Ativos intangíveis	-	8.743.714	8.743.714
Ágio sobre investimentos	-	591.582	591.582
Outros	-	8.152.132	8.152.132
Ativos fiscais	12.287.967	42.174.833	54.462.800
Correntes	12.287.967	1.746	12.289.713
Diferidos	-	42.173.087	42.173.087
Outros ativos	45.122.420	29.219.218	74.341.638
Total	793.929.102	593.286.584	1.387.215.686
Passivo			
Depósitos de clientes	376.841.299	48.474.587	425.315.886
Valores a pagar a instituições financeiras	18.177.520	3.099.414	21.276.934
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.234.846	-	2.234.846
Instrumentos de dívida	364.455	-	364.455
Derivativos	1.870.391	-	1.870.391
Obrigações por operações compromissadas	358.405.217	16.228.815	374.634.032
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	138.642.045	229.708.723	368.350.768
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.621.811	7.941.128	9.562.939
Passivos fiscais	5.946.803	2.896.498	8.843.301
Correntes	5.946.803	-	5.946.803
Diferidos	-	2.896.498	2.896.498
Outros passivos	81.699.469	5.220.818	86.920.287
Patrimônio líquido	-	90.076.693	90.076.693
Total	983.569.010	403.646.676	1.387.215.686

48 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

	Referência	31.12.2017	31.12.2016	
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		95.325.730	83.980.784	
Ajustes de IFRS		2.031.103	2.395.456	
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(651.576)	(714.582)	
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	6.209.347	5.006.061	
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(4.144.300)	(3.699.846)	
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	<u>834.877</u>	<u>851.735</u>	
Ganho		985.537	985.537	
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		(440.595)	(440.595)	
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		289.935	306.793	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>862.589</u>	<u>684.984</u>	
Amortização de ágio sobre investimentos		709.465	577.202	
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		35.833	53.849	
Outros ajustes		117.291	53.933	
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	448.073	2.206.170	
Outros ajustes		232.282	209.535	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	(1.760.189)	(2.148.601)	
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		97.356.833	86.376.240	
Participações de acionistas não controladores		3.881.595	3.700.453	
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		101.238.428	90.076.693	

	Referência	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		11.010.776	8.033.556	14.399.559
Ajustes de IFRS		(381.982)	(1.006.275)	(329.977)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	63.006	106.618	73.712
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	1.203.286	1.085.399	968.061
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(444.454)	(470.462)	(498.942)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre – Alocação do preço de compra	(c)	(16.858)	(16.764)	(19.036)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>177.605</u>	<u>7.399</u>	<u>159.015</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		132.263	65.112	69.212
Cessão de créditos com coobrigação		-	2.185	20.229
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(18.016)	(70.612)	79.463
Outros ajustes		63.358	10.714	(9.889)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	(1.758.097)	(3.604.527)	(505.954)
Outros ajustes		5.118	578.623	(76.058)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	388.412	1.307.439	(430.775)
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		10.628.794	7.027.281	14.069.582
Participações de acionistas não controladores		1.646.509	1.632.296	1.728.457
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		12.275.303	8.659.577	15.798.039

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Formação de *joint ventures* – Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a formação das *joint ventures* SH1 e SH2 em parceria com a Mapfre foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve aporte de recursos oriundos do Banco.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações consolidadas, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Os ajustes apresentados nessa categoria refletem os efeitos líquidos da reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos em participações societárias avaliados por equivalência patrimonial, apurados em conformidade com as IFRS. Nesse grupamento, destacam-se as diferenças de práticas relacionadas à amortização de ágio sobre investimentos detidos pela BB Seguros Participações S.A. e os ajustes de reconciliação de patrimônio líquido e resultado do Banco Votorantim S.A.

e) Provisão para perdas em empréstimos a clientes

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a: (i) situação econômico-financeira do devedor; (ii) grau de endividamento; (iii) capacidade de geração de resultados; (iv) fluxo de caixa; (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (vi) limite de crédito; (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRS, a partir das disposições da IAS 39, o Banco classifica seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.

49 – EFEITOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL NO RESULTADO

	Exercício/2017	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de juros	(7.224.021)	(7.271.268)	26.039.863
Despesas de juros	6.325.900	10.638.489	(31.404.693)
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	1.027.079	2.014.443	1.551.612
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	-	(1.835.683)	(44.708)
Impostos – correntes ⁽²⁾	383.191	(2.023.596)	2.716.208
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽³⁾	145.977	(1.023.604)	1.599.799
Efeitos da variação cambial no resultado	658.126	498.781	458.081

(1) Inclui, principalmente, variação cambial incidente sobre operações de câmbio e transações com cartão de crédito e ganhos/(perdas) com conversão de investimentos no exterior.

(2) Refere-se aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* utilizados para proteção cambial das participações societárias no exterior.

(3) Refere-se à variação cambial proveniente de instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial, mercado futuro, opções e termo de moedas e de mercadorias).

50 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após a data destas demonstrações contábeis consolidadas.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES

Antônio Gustavo Matos do Vale
Antonio Mauricio Maurano
Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marcio Hamilton Ferreira
Tarcisio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Carla Nesi
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cicero Przendsiuk
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florencio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergamo
José Ricardo Fagonde Forni
Leonardo Silva de Loyola Reis
Lucinéia Possar
Marcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Marcos Renato Coltri
Marvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Daniel Sigelmann
Fabiano Felix do Nascimento
Fabrício da Soller
Julio Cesar Costa Pinto
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Christianne Dias Ferreira
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

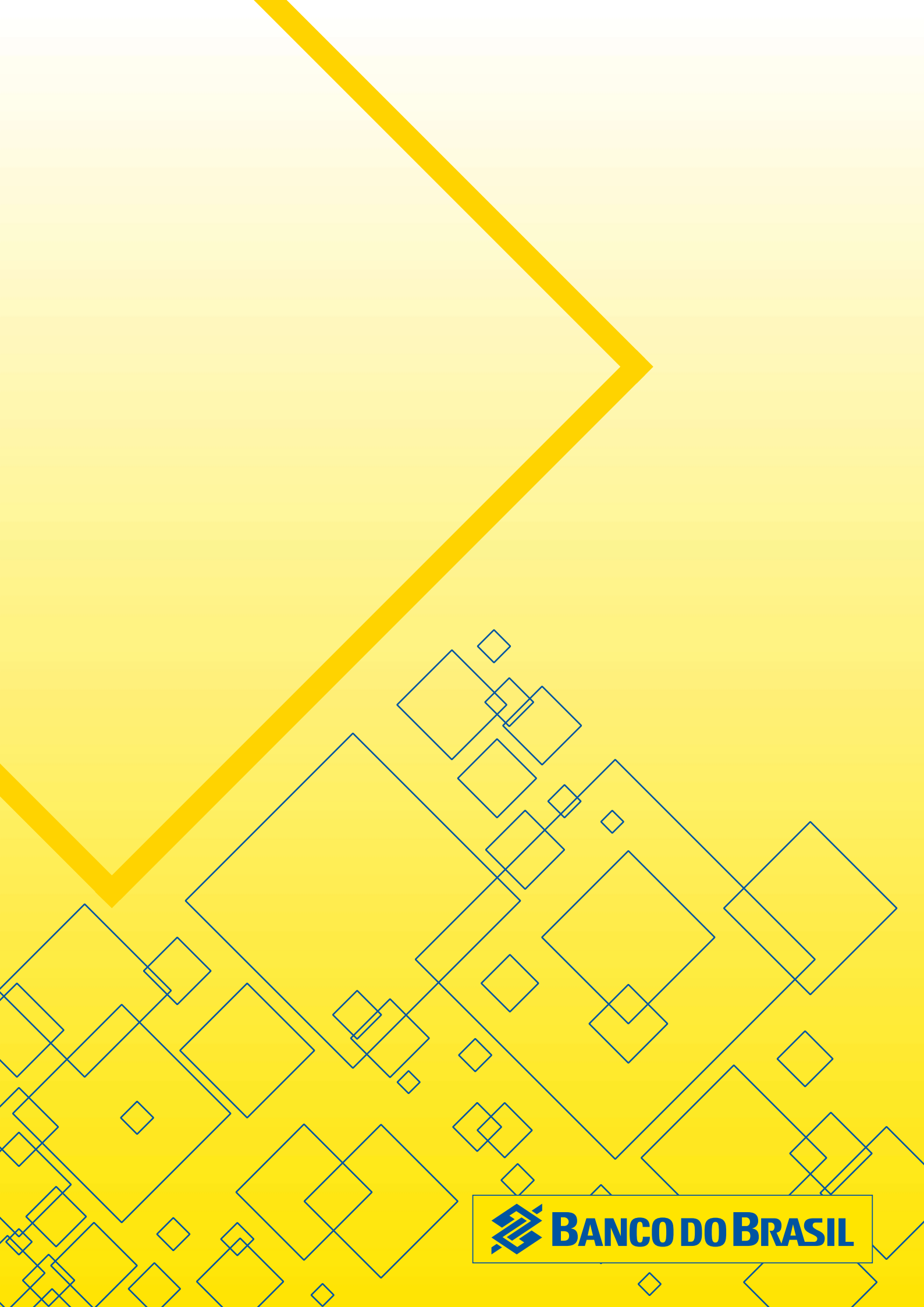
COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53



BANCO DO BRASIL